

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA APLICADA AO MANEJO E
CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

RAQUEL FERREIRA SIMIQUELI

**PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL DO IBITIPOCA – MG: PARTICIPAÇÃO SOCIAL,
AVALIAÇÃO, MANEJO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

Juiz de Fora
MINAS GERAIS – BRASIL
MARÇO – 2008

RAQUEL FERREIRA SIMIQUELI

**PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL DO IBITIPOCA – MG: PARTICIPAÇÃO SOCIAL,
AVALIAÇÃO, MANEJO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Juiz de Fora
MINAS GERAIS – BRASIL
MARÇO – 2008

*Perspectivas para a conservação do Parque Estadual
do Ibitipoca – MG: participação social, avaliação,
manejo e percepção ambiental.*

Raquel Ferreira Simiqueli

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Dissertação apresentada ao
Instituto de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como parte dos
requisitos para obtenção do Título
de Mestre em Ecologia.

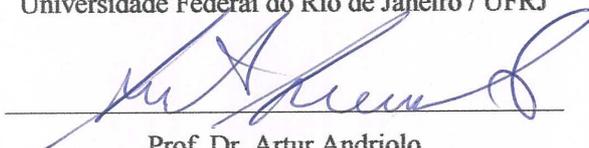
Aprovada em 25 de março de 2008.



Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF



Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ



Prof. Dr. Artur Andriolo
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

SIMIQUELI, RAQUEL FERREIRA

Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental. [Juiz de Fora] 2008.

158p. 29,7 cm (Instituto de Ciências Biológicas/ UFJF, M.Sc., PGECOL, 2008)

Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora, PGECOL

1. Unidades de Conservação 2. Percepção ambiental 3. Ecoturismo

I. ICB/UFJF II. Título (série)

Dedico este trabalho aos meu pais, José Henrique e
Célia Regina, e ao meu Zahir.

AGRADECIMENTOS

- ✓ À Deus por tudo.
- ✓ À toda minha família pelo apoio e estima de sempre. Aos bons domingos de conversa com tios, tias, primos e primas.
- ✓ Às minhas avós, lindas e amadas.
- ✓ À vocês: José Henrique e Célia Regina, Pai e Mãe! Sempre agradeço pelo incentivo e participação em minha caminhada profissional como bióloga, suas exigências fizeram-me crescer. Ainda é pouco o muito obrigada! Feliz o dia em que vivenciamos Ibitipoca juntos.
- ✓ Aos meus irmãos, Ronara, Priscila e Guilherme, por sempre me apoiarem em meus sonhos, apesar das longas lutas travadas pela disputa do computador.
- ✓ Gui, obrigada por ter me emprestado o laptop.
- ✓ Ao meu namorado Leandro, pelo amor e incentivo. Pelos momentos felizes no parque e pelos dias de trabalho de campo. Agradeço pela compreensão nas fases de ausência e saudades. Zahir, também, é claro, por você dizer: “te apresento hoje o Parque Estadual do Ibitipoca.”- um presente inesquecível, certeza!
- ✓ À presença atenciosa de todos os meus amigos e amigas que souberam compreender, incentivar e partilhar de minha trajetória no mestrado.
- ✓ Em especial às amigas Joseane, Daniele, Alba e Maísa. À Camille, pela presença atenciosa na revisão dos slides da apresentação.
- ✓ Ao prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto, por compartilhar comigo sua experiência e conhecimentos, por sua atenção, orientação, ótimas conversas e grande amizade!
- ✓ Ao Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais, coordenador, secretário e todos os docentes, pela oportunidade de realização de minha formação profissional e acadêmica.
- ✓ Ao prof. Dr. César Henrique Barra Rocha, pelo crescente incentivo em minha trajetória de pesquisas.
- ✓ Aos colegas mestres e mestrandos, pelos momentos de convívio.
- ✓ À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, pela concessão da bolsa de mestrado.
- ✓ Ao IEF e equipe administrativa do Parque Estadual do Ibitipoca, pela autorização da pesquisa e apoio necessários. À todos os funcionários do parque. Clarice, obrigada!
- ✓ Aos moradores do arraial de Conceição do Ibitipoca, pelo carinho e hospitalidade típica dos mineiros. Pelos momentos que estive com vocês e pelas ótimas conversas.
- ✓ Às colegas de campo Juliana, Bruna, Fernanda e Silvana. Obrigada por compartilharem comigo de etapas importantes e vivenciarem a pesquisa.
- ✓ À banca examinadora.
- ✓ Aos profissionais biólogos, engenheiros florestais, geógrafos e turismólogos que me auxiliaram na condução da pesquisa, através de textos e contatos por e-mail.
- ✓ À todos aqueles que, à seu modo, contribuíram para a realização e condução deste trabalho.

Em última instância, o comportamento das sociedades em geral quanto à biosfera tem de ser transformado, se pretender assegurar a consecução dos objetivos conservacionistas. É necessária uma nova ética, que abranja não só as pessoas, mas também as plantas e os animais, para que as sociedades humanas vivam em harmonia com o mundo natural, do qual dependem para a sua sobrevivência e bem-estar. A longo prazo, a tarefa da educação ambiental consistirá na promoção ou no esforço de atitudes e comportamentos consentâneos com esta nova ética

(IUCN, 1980)

SUMÁRIO

Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de figuras	v
Índice de tabelas e quadros	vi
Lista de abreviaturas	vii

INTRODUÇÃO

OBJETIVO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Objetivo	3
Bases metodológicas utilizadas	4
Contextualização do tema	4
Área de estudo: Parque Estadual do Ibitipoca – MG	6
Referências Bibliográficas	12

CAPÍTULO 1

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Resumo	15
Introdução	16
Metodologia	17
Revisão da literatura	17
Conclusão	35
Referências Bibliográficas	37

CAPÍTULO 2

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO ENTORNO: ESTUDO QUALITATIVO PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE LOCAL

Resumo	40
Introdução	41
Revisão da literatura	43
Metodologia	46
Resultados e discussão	47
Conclusão	61
Referências Bibliográficas	62

CAPÍTULO 3

USO PÚBLICO E CONSERVAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PARQUE E DIAGNÓSTICO DO MANEJO

Resumo	65
Introdução	66
Revisão da literatura	67
Metodologia	78
Resultados e discussão	80
Conclusão	92
Referências Bibliográficas	93

CAPÍTULO 4
PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO ECOTURISMO:
POSSIBILIDADES PARA O MANEJO

Resumo	96
Introdução	97
Revisão da literatura	98
Metodologia	105
Resultados e discussão	111
Conclusão	138
Referências Bibliográficas	139

CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
-----------------------------------	------------

ANEXOS

Carta topográfica do PEIB	146
Mapa dos atrativos turísticos	147
Regras de visitação	148
Roteiro de entrevistas para o entorno	149
Quadro A.1.: Efetividade de manejo – Parques em Minas Gerais	150
Roteiro de entrevistas com o gestor	151
Questionário do PEIB - “Pesquisa de Visitante”	152
Questionário de perfil e percepção	154
Fotos	155

SIMIQUELI, Raquel Ferreira. **Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

RESUMO

As áreas naturais protegidas, nem sempre almejadas enquanto espaços responsáveis pela conservação da biodiversidade, antes como monumentos públicos e protegidos em função de sua beleza cênica, hoje assumem o papel de conciliar uso público à proteção dos recursos naturais, exigindo a participação social. O efetivo planejamento e manejo irão direcionar a tentativa e a tendência da gestão, destas áreas, em cumprir a tarefa de conservar os recursos ambientais. Portanto, a participação social de comunidades no entorno à unidades de conservação passa a ser uma estratégia, um reconhecimento de que os problemas que afetam estas áreas são inerentes ao seu contexto sócio-ambiental, econômico, político, espacial e cultural. O manejo interno da unidade, tanto da biodiversidade quanto da visitação, assume a postura de lidar com conflitos de uso, contemplando metodologias de mínimo impacto. Neste sentido, o perfil e a percepção do visitante são capazes de fornecer dados que orientariam o manejo. Neste contexto, o presente estudo visa compreender as interfaces supracitadas, cumprindo a importante tarefa de investigar a conservação e o ecoturismo em um parque, neste caso o Parque Estadual do Ibitipoca - MG. Os passos da pesquisa foram apresentados em capítulos temáticos. Foi realizado um significativo levantamento bibliográfico que visou analisar a evolução dos modelos de conservação ambiental, o ecoturismo em áreas protegidas e a percepção ambiental. Além disso, os principais métodos utilizados para a obtenção dos dados foram: a observação participante, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas, o que contemplou tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa. Através deste trabalho, foi possível obter informações sobre a realidade do entorno, Vila Conceição do Ibitipoca, também sobre o diagnóstico da situação atual do manejo no parque, além da avaliação pelos visitantes. Os dados referentes ao perfil e percepção ambiental conseguiram revelar opiniões, atitudes e condutas dos visitantes, gerando informações capazes de orientar a gestão administrativa do parque para um correto manejo da unidade. As considerações finais sugerem algumas direções para a efetivação de um Programa de Educação Ambiental para o Parque Estadual do Ibitipoca e seu entorno. Acredita-se que esta proposta possa ser estendida às demais unidades de conservação, contanto que as devidas particularidades de cada área sejam consideradas.

Palavras-chave: áreas naturais protegidas, participação social, manejo, percepção ambiental, Ibitipoca

SIMIQUELI, Raquel Ferreira. **Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

ABSTRACT

The protected natural areas, not always desired as responsible spaces for the conservation of biodiversity, at the beginning as public monuments and protected because of to its scenic beauty, today it assumes the role of reconciling public use with the protection of natural resources, requiring social participation. The effective planning and management will direct the attempt and the trend of the administration in these areas, to conserve natural resources. Thus the social participation of communities around the units of conservation becomes a strategy, a recognition that the problems that affect these areas are inherent in their socio-environmental, economic, political, spatial and cultural context. The internal management of the unit, as much of the biodiversity as the visitation, in the position of dealing with conflicts of use, contemplating methodologies for minimum impact. Thus, the profile and perception of the visitor are able to provide data that orientariam the management. In this context, the present study aims to understand the interfaces above, fulfilling the important task of investigating the conservation and ecotourism in a park, in this case the State Park of Ibitipoca - MG. The steps of the research were presented in thematic chapters. It was made a significant bibliographic survey that aimed to analyze the evolution of environmental conservation models, ecotourism in protected areas and environmental perception. Moreover, the main methods used for obtaining the datas were the participant observation, questionnaires and interviews, which included as much the qualitative approach as the quantitative. Through this work, it was possible to obtain information about the reality of the environment, village of Conception Ibitipoca, also about the diagnosis of the current state of management in the park, in addition to evaluation by visitors. The datas about the profile and environmental perception to show opinions, attitudes and conduct of the visitors, generating capable information to guide the administration of the park for a proper management of the unit. The final consideration suggest some directions for the an effectived Environmental Education Program for the Ibitipoca State Park and its surroundings. It is believed that this proposal can be extended to other units of conservation, provided that the own features of each area should be considered.

Keywords: protected natural areas, social participation, management, environmental perception, Ibitipoca

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 1.1.: Localização do Parque Estadual do Ibitipoca	6
Figura 1.2.: Fluxo turístico no Parque Estadual do Ibitipoca (1988 a 2004)	7

CAPÍTULO I

Figura 1.1.: Crescimento global de áreas protegidas desde 1900	19
Figura 1.2.: Evolução do conceito de ecoturismo	33

CAPÍTULO II

Figura 2.1.: Valores e princípios do turismo sustentável	44
---	----

CAPÍTULO III

Figura 3.1.: Esquema ilustrativo do LAC, VIM, VERP	76
Figura 3.2.: Questionário aplicado para avaliar o PEIB	78
Figura 3.3.: Gráfico da frequência das opções conceituais	82

CAPÍTULO IV

Figura 4.1.: Esquema teórico do processo perceptivo	101
Figura 4.2.: Interação perceptor e o meio	102
Figura 4.3.: Modelo simplificado de percepção ambiental	104
Figura 4.4.: Delineamento da pesquisa	111
Figura 4.5.: Quantidade de pessoas por grupo	112
Figura 4.6.: Perfil dos grupos	113
Figura 4.7.: Estados	113
Figura 4.8.: Escolaridade	114
Figura 4.9.: Meio de transporte	114
Figura 4.10.: Visitação	115
Figura 4.11.: Estações do ano	115
Figura 4.12.: Motivo da visita	116
Figura 4.13.: Atividade principal na natureza	117
Figura 4.14.: Atrativos turísticos (ordem de preferência)	119
Figura 4.15.: Sentido que mais utiliza na natureza	120
Figura 4.16.: Na natureza você é... ..	121
Figura 4.17.: Símbolo para o PEIB	121
Figura 4.18.: O parque em uma palavra	122
Figura 4.19.: Quantidade de pessoas no parque	122
Figura 4.20.: Impactos observados 1	123
Figura 4.21.: Impactos observados 2	125
Figura 4.22.: Ecoturista sim, porque	126
Figura 4.23.: Ecoturista não, porque	126
Figura 4.24.: Preocupação com o ambiente do parque	129
Figura 4.25.: Importância do PEIB	130
Figura 4.26.: Atividade mais importante para o PEIB (ordem de prioridade)	131
Figura 4.27.: Responsabilidade de conservar o PEIB	132
Figura 4.28.: Comportamento inadequado do visitante (observado)	133
Figura 4.29.: Opinião sobre o Centro de Visitantes	134
Figura 4.30.: Conservação (ordem de prioridade)	135

LISTA DE TABELAS E QUADROS

INTRODUÇÃO

Tabela 1.1.: Fluxo turístico no Parque Estadual do Ibitipoca em 2007	8
---	---

CAPÍTULO I

Tabela 1.1.: Fundamentos da sustentabilidade da vida	24
Tabela 1.2.: Categorias de áreas protegidas de acordo com a UICN (1994)	26
Tabela 1.3.: Categorias de unidades de conservação, BRASIL (2000)	28
Tabela 1.4.: Gestão de áreas protegidas: entendimento convencional e emergente	31

CAPÍTULO II

Quadro 2.1.: Elementos da comunidade dentre os aspectos do turismo sustentável ...	60
---	----

CAPÍTULO III

Tabela 3.1.: Zoneamento típico das áreas protegidas brasileiras	72
Tabela 3.2.: Indicadores sociais, físicos e biológicos	74
Tabela 3.3.: Valores do questionário de avaliação pelo usuário	81
Tabela 3.4.: Parâmetros percentuais para avaliação conceitual	81
Tabela 3.5.: Critérios de avaliação para a CMP e a OGM	83
Tabela 3.6.: Classificação Média Ponderada – Resultados	83
Quadro 3.1.: Diagnóstico do Parque Estadual do Ibitipoca	87
Quadro 3.2.: Respostas da pergunta 14 (entrevista com o gestor)	91
Tabela 3.7.: Dificuldades no desenvolvimento da visitação em parques	92

CAPÍTULO IV

Tabela 4.1.: Estrutura do questionário	106
Tabela 4.2.: Ecoturista sim, porque... ..	127
Tabela 4.3.: Ecoturista não, porque... ..	127
Tabela 4.4.: Você se preocupa c/ o ambiente do PEIB? Sim. porque... ..	129
Tabela 4.5.: Porcentagem de visitantes no CVSH	134
Tabela 4.6.: Sugestões obtidas através de entrevistas com o visitante do PEIB	137

LISTA DE ABREVIATURAS

- AMAI** – Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca
- CDB** – Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CMMAD** – Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CMP** – Classificação por Média Ponderada
- CTSI** – Circuito Turístico Serras do Ibitipoca
- CV** – Centro de Visitantes
- CVSH** – Centro de Visitantes Saint-Hilaire
- FUNATURA** – Fundação Pró-Natureza
- IEF** – Instituto Estadual de Florestas
- IUCN** – União Internacional para a Conservação da Natureza
- LAC** – Limites Aceitáveis de Mudança (*Limits of Acceptable Changes*)
- MAB** – Homem e Biosfera (*Man and Biosphere*)
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MPTD** – Monitoramento Participativo do Turismo Desejável (*Desirable Tourism's Participatory Monitoring*)
- OGM** - Opinião Geral Média
- OMT** – Organização Mundial de Turismo
- ONGs** – Organizações não governamentais
- PEIB** – Parque Estadual do Ibitipoca
- PEA** – Programa de Educação Ambiental
- PNAP** – Plano Nacional de Áreas Protegidas
- PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PWPA** – Programa de Trabalho em Unidades de Conservação
- RAPPAM** – Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo
- ROS** – Espectro de oportunidades recreativas (*Recreation Opportunity Spectrum*)
- RPPNs** – Reservas Particulares do Patrimônio Natural
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- UC** – Unidade (s) de conservação
- VERP** – Experiência dos Visitantes e Proteção dos Recursos (*Visitor Experience and Resource Protection*)
- VIM** – Manejo do Impacto do Visitante (*Visitor Impact Management*)
- WCS** - Estratégia de Conservação da Natureza (*Word Conservation Strategy*)

INTRODUÇÃO

OBJETIVO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste início de século, em que o mundo vem passando por um importante processo de reorganização, a questão ambiental tenta resgatar sua essência frente às relações sociedade/natureza, como afirmam Bernardes & Ferreira (2005).

Para Boff (1993) a ecologia não abarca apenas a natureza (ecologia natural), mas também a cultura e a sociedade (ecologia humana, social etc.). Importa, entretanto, entender que a ecologia quer enfatizar o enlace existente entre todos os seres naturais e culturais e sublinhar a rede de interdependências vigentes de tudo com tudo, constituindo a totalidade ecológica. O conceito de ambiente deve, portanto, ser compreendido também como uma categoria sociológica, “relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes” (LEFF, 2001).

Acot (1992) faz uma abordagem sobre as relações sociedade/natureza, pontuando duas concepções norteadoras.

As concepções acerca das relações existentes entre as sociedades humanas e a natureza podem ser reunidas em duas categorias principais. Na primeira, a natureza é tida como ‘uma entidade na qual o homem está ausente’. Na segunda o homem é considerado como parte integrante da natureza, da qual é originário e ele transforma. No curso da história, estas formas de pensar determinaram opções filosóficas e legitimaram práticas sociais que coexistiram e continuam a coexistir contraditoriamente na consciência de muitos (ACOT, 1992).

O pensamento ecológico passou a estender seu alcance para além dos aspectos físicos e biológicos do meio ambiente, onde o ser humano passou a ser incluído ‘dentro’ da biosfera, levando em consideração as atitudes capazes de regular as mudanças no uso dos recursos, a partir de percepções que indivíduos e grupos têm sobre os recursos naturais e uso destes.

Porém, deve-se considerar que há muito a ser elucidado na discussão sobre a problemática ambiental. Avançar nas concepções sociedade/natureza constitui tarefa necessária, uma vez que pode oferecer balizamentos para propostas de análise.

Para Irving (2006), pensar natureza e sociedade, em relação, tem representado um foco prioritário para a reflexão acadêmica. Neste sentido, a principal motivação desta proposta de trabalho está na compreensão das relações sociedade/natureza, na interface entre a conservação da biodiversidade e os aspectos e particularidades do turismo em áreas naturais protegidas, bem como elucidar alternativas de educação ambiental em unidades de conservação (UC).

A necessidade de conhecimentos sobre turismo e conservação que apoiem decisões, em gestão e manejo de parques, é de fundamental importância para profissionais e pesquisadores da área, de modo a estabelecer estratégias de avaliação, conservação e manejo de espécies e comunidades ameaçadas, monitoramento de atividades turísticas e equilíbrio entre conservação e uso público. Alguns estudos permitem elucidar esta questão, tais como: realizar um levantamento das relações sócio-ambientais de comunidades do entorno em unidades de conservação, identificar como a gestão da unidade realiza o manejo para a conservação e propor alternativas, estudar o perfil do visitante e compreender suas percepções sobre a área natural. Esta dissertação visa a apresentação destes estudos no Parque Estadual do Ibitipoca, MG.

Os passos da pesquisa serão apresentados em capítulos. Cada capítulo encontra-se no formato de artigos, com a finalidade de facilitar a organização e posterior publicação dos mesmos.

O Capítulo 1 “Unidades de conservação: perspectivas para a proteção da biodiversidade, turismo e educação ambiental” faz uma análise do tema através da

pesquisa bibliográfica, uma revisão da literatura que dará suporte aos capítulos seguintes.

O Capítulo 2 “Ecoturismo e sustentabilidade no entorno: estudo qualitativo para a compreensão da realidade local” apresenta a pesquisa realizada no entorno do parque, Vila Conceição do Ibitipoca. Este estudo visa melhor compreender o planejamento local e as relações sócio-ambientais que se processam em função do turismo.

O Capítulo 3 “Uso público e conservação: avaliação do parque e diagnóstico do manejo” faz uma avaliação do manejo do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), em função da preocupação com a proteção da biodiversidade e a manutenção de atividades turísticas no parque.

O Capítulo 4, “Percepção ambiental no contexto do ecoturismo: possibilidades para o manejo”, pretende caracterizar o perfil e percepções dos visitantes do PEIB, com relação à conservação. Apresenta os dados através de estatística descritiva e análise das opiniões obtidas sobre visitação, manejo, biodiversidade, conservação e ecoturismo.

As considerações finais são uma forma de contribuir para o direcionamento da conservação do Parque Estadual do Ibitipoca, apontando algumas diretrizes para um Programa de Educação Ambiental.

Objetivo

O objetivo básico e geral deste estudo consiste em apresentar o ecoturismo e a percepção ambiental em unidades de conservação, através de estudo de caso do Parque Estadual do Ibitipoca. Deste modo, o trabalho se propôs a realizar um significativo levantamento bibliográfico sobre esta temática, além de visar a elaboração do diagnóstico, da situação atual, de manejo do parque, quanto ao uso público e à

conservação. Bem como, obter o perfil do visitante e compreender sua percepção como dados capazes de orientar a gestão dos recursos naturais e do uso turístico.

Bases metodológicas utilizadas

A pesquisa contou com dois tipos de abordagem, uma quantitativa envolvendo a mensuração de variáveis numéricas e outra qualitativa, fundamentada em dados obtidos das interações pessoais e na co-participação dos informantes.

Os principais métodos utilizados para a obtenção dos dados foram: a observação participante, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com informantes qualificados.

Contextualização do tema

As relações sociedade e natureza encontram-se, em alguns momentos, em uma encruzilhada. Em uma via está a busca social pelo contato com a natureza e, em outra, a necessidade de preservação da mesma.

Segundo Zborowski e Loureiro (2006) a conservação ambiental não pode ser efetivada em longo prazo sem que se considerem igualmente os fatores sociais como determinantes nos processos ditos "ambientais". Isso se aplica também no caso da gestão de unidades de conservação, que muitas vezes não conseguem promover adequadamente sua finalidade básica de conservação da natureza devido à pressão antrópica em seu entorno ou mesmo em seu interior. Diante deste cenário, os autores destacam a gestão participativa, na qual se insere a mediação de conflitos entre agentes sociais, pode se constituir em uma das ferramentas mais adequadas, no sentido de superar os problemas identificados e os conflitos de uso que comprometem a conservação *in situ*.

No Brasil, a prática do turismo de massa¹ nas unidades de conservação e a conseqüente degradação do meio natural vêm chamando a atenção de administradores de parques. O maior desafio dos gestores das unidades de conservação é estabelecer práticas e metodologias de manejo que atendam às necessidades de conservação ambiental e, simultaneamente, se adaptem à dinâmica das necessidades dos usuários, sejam eles autóctones ou turistas.

Nessa perspectiva, ainda se discute sobre o real potencial da atividade ecoturística em conservar a diversidade biológica (BOO, 2001). Contudo, deve-se ressaltar que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas dele decorrentes, dependem fundamentalmente do modo como é planejado e monitorado nas unidades de conservação. Neste sentido, busca-se ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais, histórico-culturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos atores sociais, envolvidos nas atividades destas áreas protegidas. Como afirma Ceballos-Lascuráin (2001):

As áreas naturais protegidas, em particular as áreas legalmente protegidas, sua paisagem, fauna e flora – juntamente com os elementos culturais existentes – constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de todo mundo. Por esse motivo, as organizações para a conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que o turismo mal administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural do planeta (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001).

Diante deste contexto, estudos em unidades de conservação que aprofundem as relações sociedade-natureza, tanto do ponto de vista da comunidade do entorno, como dos visitantes, adequando necessidades de manejo, tornam-se fundamentalmente

¹ Segundo Ruschmann (2001) turismo de massa é “caracterizado pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano”, com conseqüente superdimensionamento dos equipamentos receptivos, impactos aos meios sócio-cultural e ambiental. Ou, como define Pellegrini-Filho (1999), “é aquele cujo fluxo ultrapassa os limites de capacidade de recepção de um local em determinado tempo”.

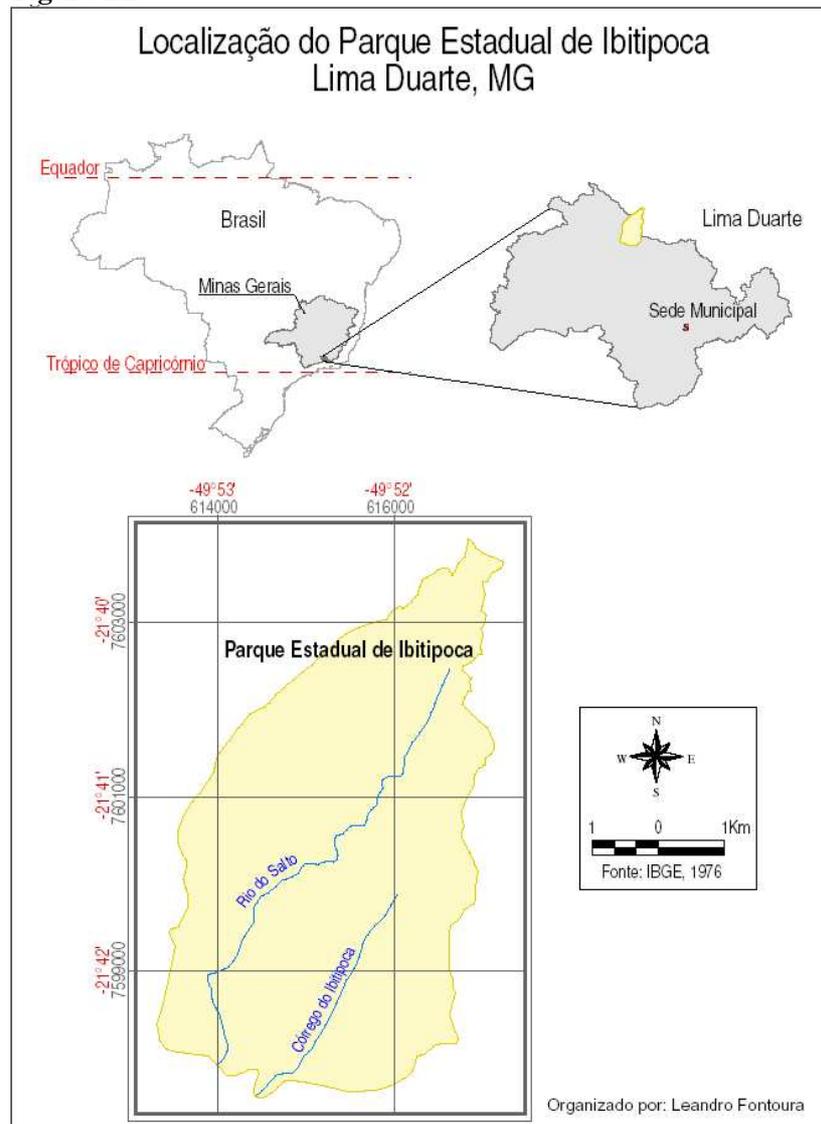
importantes. Diante tanto da necessidade de proteção da biodiversidade, quanto de participação social.

Área de estudo: Parque Estadual do Ibitipoca – MG

Aspectos gerais

O Parque Estadual de Ibitipoca (PEIB) foi criado através da Lei Estadual nº 6.126 de 4 de julho de 1973. O parque está situado no sudeste do Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Lima Duarte e Santa Rita de Ibitipoca, à 21°40' -21°44'S e 43°52' -43°55'W (Figura I.1).

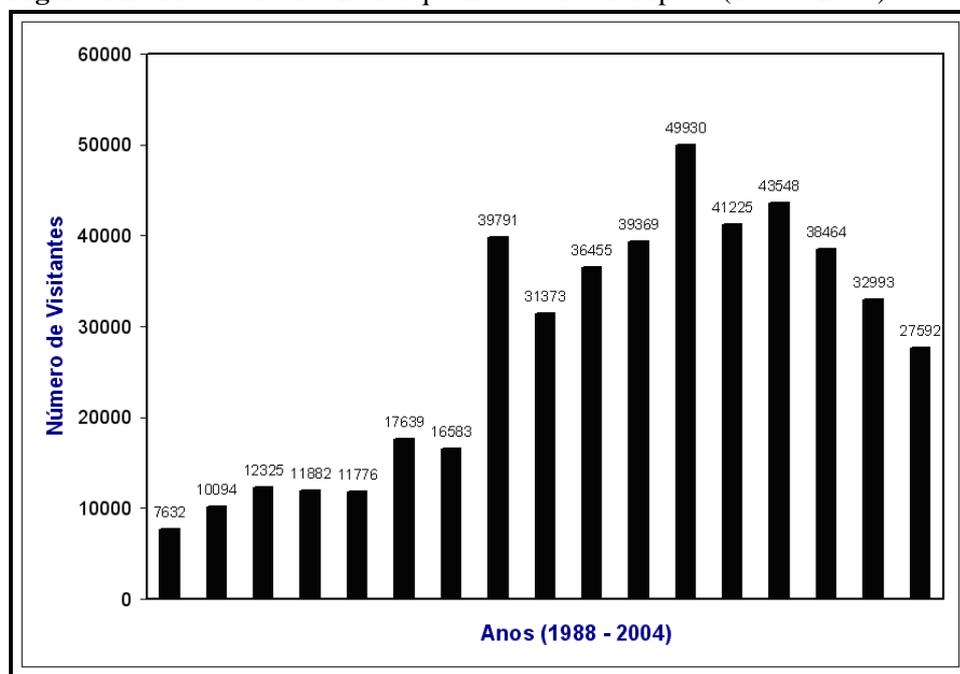
Figura I.1



Trata-se de uma unidade de conservação aberta à visitação, sob a guarda e administração do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Segundo dados do MMA (2004), o parque é a sétima unidade de conservação estadual mais visitadas no Brasil, com um fluxo aproximado de 35 mil visitantes por ano.

Ladeira (2005) apresenta a dinâmica do fluxo turístico no PEIB, entre os anos de 1988 e 2004, onde são observados os picos de visitação ao parque. No ano de 1999 o número de visitantes alcançou o marco de 49.930, maior valor registrado. Observe a figura I.2.

Figura I.2.: Fluxo turístico no Parque Estadual de Ibitipoca (1988 a 2004)



Fonte: Adaptado de Ladeira (2005)

Segundo dados administrativos do PEIB, o fluxo turístico, em 2007, se comportou da seguinte forma:

Tabela I.1.: Fluxo turístico em 2007

Fluxo turístico no PEIB – 2007			
Mês	Visitantes	Campistas	Veículos
Janeiro	1047	23	191
Fevereiro	3585	105	493
Março	1576	98	445
Abril	3951	161	561
Maio	1089	95	280
Junho	2123	93	465
Julho	4384	45	567
Agosto	1876	0	71
Setembro	3266	0	104
Outubro	2592	0	99
Novembro	2494	0	52
Dezembro	3431	0	88
Total	31414	620	3416
32034 visitantes			

Fonte: IEF – Dados administrativos da portaria do PEIB

A infra-estrutura básica do parque compreende portaria, estacionamento, área de camping, restaurante, lanchonete, banheiros, Centros de Visitantes, de Administração e de Pesquisas, casa de hóspedes e alojamentos destinados a pesquisadores e funcionários. Segundo Kinker (2002), quanto menos estruturas construídas houver em um parque, mais facilmente os objetivos de mínimo impacto e conservação serão alcançados, pois a maior parte da infra-estrutura de que o turista necessita pode e deve estar localizada nas comunidades do entorno, estimulando assim seu desenvolvimento.

Os atrativos turísticos do PEIB distribuem-se em três principais circuitos, o Circuito das Águas, Pico do Pião e Janela do Céu (anexo, página 146).

Aspectos Físicos

O PEIB, com área total de 1488 hectares, encontra-se na parte alta da chamada Serra do Ibitipoca, em altitudes que variam de 1.050 a 1784 m.

A Serra está inserida no sistema geológico da Mantiqueira e que faz parte do Grupo Andrelândia, Planalto do Itatiaia (anexo, página 145).

O relevo é bastante escarpado, destacam-se duas *cuestas*, uma a leste (onde se encontra o Pico do Pião) e outra a oeste (onde se localiza a Lombada), inclinadas para o

interior do vale. O evento formador que predominou foi o geológico tectônico estrutural, destacando-se *canyons* provenientes de abatimento e colapso do teto de grutas, conforme menciona Correa Neto (1997).

O Parque Estadual do Ibitipoca constitui-se em um grande divisor de águas, localizado entre as Bacias do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul, de onde divergem os sistemas de drenagem do Rio do Salto (ao sul) e Rio Vermelho (ao norte), tributários da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Para Zaidan & Silva (2004), a geomorfologia local esta relacionada com a fisiografia fluvial do parque. Pode-se destacar a ocorrência de leitos em forma de *canyons* e com encostas escarpadas existindo leitos mais abertos na região do Lago dos Espelhos, Prainha, Lago das Miragens e Cachoeira dos Macacos, todos localizados no Rio do Salto e formando o chamado “Circuito das Águas”.

De acordo com Rodela (2000), a influência do relevo sobre o clima de Ibitipoca é muito importante, pois a altitude e a topografia são diferentes das áreas vizinhas, originando um clima típico do parque. Classifica o clima local como mesotérmico, com inverno frio e seco e chuvas elevadas no verão. As temperaturas médias nos meses mais frios variam de 12° a 15° C, nos meses mais quentes variam de 18° a 22° C. A precipitação pluviométrica registra 2.200 mm ao ano.

A Serra do Ibitipoca apresenta solos predominantemente de natureza quartzítica. Maciel e Rocha (2000) definiram cinco unidades de solo mapeadas, dentre elas: Neossolos Litólicos, Cambissolos, Neossolos Quartzarênicos, Rochas com depósitos de areia e Afloramentos de Rochas.

Dias (2002) identificou, mapeou e caracterizou oito geoambientes na seguinte proporção, em relação à área total do parque: Patamares com Espodossolos (4%), Rampas com Vegetação Aberta (12,1%), Cristas Ravinadas (11,1%), Escarpas (15,6%),

Grotas (19,2%), Mata Baixa com Candeia (24,4%), Mata Alta sobre Xisto (7,3%), Topos Aplainados (6,1%), classificados conforme atributos geológicos, geomorfo-pedológicos e vegetacionais.

Aspectos biológicos e ecológicos

A Serra do Ibitipoca figura entre as áreas prioritárias para a conservação da flora no Estado de Minas Gerais, citada na categoria de importância biológica especial, o nível mais alto adotado (DRUMMOND, 2005).

Para evitar a criação desordenada de espaços protegidos, o Ministério faz uso de critérios científicos para a identificação de áreas prioritárias nos ecossistemas mais ameaçados. Nessa perspectiva, o MMA (2000) avaliou Ibitipoca como área prioritária para a conservação principalmente de mamíferos, anfíbios, répteis e da flora. Destaque foi dado à prioridade de conservação de mamíferos também no entorno.

A Constituição de Minas Gerais (inciso VI, § 1º, artigo 214) institui, como dever do Estado, “definir mecanismos de proteção à fauna e à flora nativas e estabelecer, com base em monitoramento contínuo, a lista de espécies ameaçadas de extinção e que mereçam proteção especial”. O parque abriga o habitat de muitas espécies nesta categoria, podendo-se citar dentre elas seis espécies de orquídeas, registradas por Menini Neto *et al* (2007), *Bulbophyllum warmingianum*, *Cattleya bicolor*, *C. loddigesii*, *Hadrolaelia coccinea* (citada como *Sophronitis coccinea*), *Oncidium warmingii* e *Zygopetalum triste*, as quais constam na Lista de espécies ameaçadas do Estado de Minas Gerais.

A flora do PEIB apresenta-se como um mosaico singular de formações vegetais que, de acordo com Salimena (2000), constitui-se de Floresta Atlântica Médio e Altomontana, Cerrados de Altitude e Campos Rupestre do Espinhaço, onde as

vegetações predominantes são os campos rupestres, que apresentam grande diversidade florística e a ocorrência de inúmeras espécies endêmicas.

Um dos maiores problemas relacionados à intensa visitação nas áreas de campos rupestres, é o desenvolvimento de processos erosivos em trilhas, desmoronamentos, deslizamentos nas encostas e a ação predatória de espécies vegetais com apelo visual, especialmente relacionada à Bromeliaceae, Orchidaceae e Cactaceae (FORZZA & MONTEIRO, 2004). A erosão nas trilhas, com a conseqüente alteração direta na biodiversidade local também foi destacada por Zaidan (2002), Ladeira (2005), Simiqueli *et al* (2006) e Menini-Neto *et al* (2007).

Campos (2005) cita a redução das populações de *Cambessedesia* no parque nos últimos cinco anos, provavelmente devido aos espécimes estarem próximos ou ao longo de trilhas sujeitos ao pisoteio. Aliado a ausência de um Plano de Manejo adequado e ao constante aumento no número de visitantes, pode levar a uma redução drástica ou mesmo irreversível das populações, como destaca a autora.

Nos últimos anos, *Hadrolaelia coccinea* foi a espécie que mais sofreu com a coleta predatória exercida pelos visitantes, em virtude de seu alto potencial ornamental e pequeno tamanho, o que facilita sua retirada do local. A espécie teve seu número reduzido visivelmente, segundo informação obtida através de guias e funcionários e registrada por Menini-Neto *et al* (2007). No entanto cumpre destacar o estado de conservação das Pleurothallidinae, registradas no PEIB por Menini-Neto (2005), estas não correm risco eminente de pressão de coleta, conforme destaca o autor, devido ao porte reduzido das espécies e por ocorrerem no interior das matas, áreas de acesso restrito e difícil aos visitantes.

Andrade *et al apud* Ladeira (2005) realizaram um levantamento da mastofauna do PEIB, sendo observados sagüis (*Callithri* sp.), barbado (*Allouata fusca*), onça parda

(*Puma concolor*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e jaguatirica (*Felis pardalis*). Com relação à avifauna foram identificadas espécies como o urubu-de-cabeça-vermelha (*Cathartes aura*), gavião carcará (*Milvagochima chimachima*), saracura (*Rallus nigricans*), seriema (*Cariama cristata*), andorião-de-coleira-falha (*Streptoprocne biscutata*). Dentre os anfíbios destaca-se a *Hyla ibitipoca*, identificada pela primeira vez na região e provavelmente endêmica.

Manhães (2003) em estudos sobre itens alimentares consumidos pelos traupíneos no Parque, identificou maior representatividade da dieta frugívora entre as famílias Myrtaceae (22,9%) e Melastomataceae (22,9%). Os artrópodos constituíram o segundo item, com 22,63%. Flores, folhas e outros itens como néctar, restos de alimentos deixados por turistas e galhas também foram representados na dieta.

Cumprе destacar que, no ano de 2006, foram realizados estudos de campo no parque, através de uma Avaliação Ecológica Rápida, com fins de obter dados sobre todos os aspectos do PEIB, de modo a subsidiar o Plano de Manejo para a área. O trabalho envolveu uma equipe multidisciplinar, coordenada pela Ong Valor Natural. O relatório final desta avaliação já foi encaminhado ao IEF e está em fase de aprovação. Este diagnóstico ambiental procura caracterizar a área, além de fornecer subsídios ao manejo da unidade de conservação.

Referências Bibliográficas

ACOT, P. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 1992.

BERNARDES, J. A. & FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. *In*: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOFF, L. **Ecologia mundialização e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. *In*: LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (editores) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3^a ed. São Paulo: Senac, 2001.

CAMPOS, B. C. **A família Melastomataceae nos campos rupestres e cerrado de altitude do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte, MG, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Botânica). Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro Escola Nacional de Botânica Tropical. 2005.

CEBALLOS-LASCUÁRIN, H. O ecoturismo como fenômeno mundial. *In*: LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (editores) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3^a ed. São Paulo: Senac, 2001.

CORREA NETO, A. V. **Cavernas em quartzitos da Serra do Ibitipoca, Sudeste de Minas Gerais**. *In*: Anais do Seminário de Pesquisa do Parque Estadual do Ibitipoca, MG. Juiz de Fora: Núcleo de Pesquisa em Zoneamento Ambiental da UFJF, 1997.

DIAS, H. C. T.; FILHO, E. I. F.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FONTES, L. E. F. & VENTORIM, L. B. **Geoambientes do Parque Estadual do Ibitipoca, município de Lima Duarte – MG**. Rev. Árvore, Viçosa – MG, v.26, n.6, 2002.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A. B. M; SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y (orgs.). **Biodiversidade em Minas Gerais, um atlas para sua conservação**. 2^a ed. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 2005.

FORZZA, R.C. & MONTEIRO, R.F. **Levantamento de espécies de Bromeliaceae no Parque Estadual do Ibitipoca, MG, Brasil**. Relatório apresentado ao Instituto Estadual de Florestas, MG, para renovação de autorização de coleta. 2004.

IRVING, M. A. (org.) **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Apresentação. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus. 2002.

LADEIRA, A. S. **Avaliação de impactos da visitação, capacidade de carga turística e perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte – MG**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal de Viçosa, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACIEL, D. M. G. & ROCHA, G. C. **Distribuição Geográfica dos solos do parque estadual do Ibitipoca – MG**. *In*: Anais do VIII Seminário de iniciação científica. Juiz de Fora : PROPP/UFJF, 2000.

MANHÃES, M. A. **Variação sazonal da dieta e comportamento alimentar de traupíneos (Passeriformes: Emberizidade) em Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil**. Ararajuba v. 11, n. 1, 2003.

MENINI NETO, L. ALVES, R. J. V.; BARROS, F. & FORZZA, R. C. **Orchidaceae do Parque Estadual de Ibitipoca, MG, Brasil.** Acta Botânica Brasilica v. 21, n.3, 2007.

MENINI NETO, L. **A Subtribo Pleurothallidinae Lindl. (Orchidaceae) no Parque Estadual de Ibitipoca, Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Botânica). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos.** Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica e Fundação Biodiversitas. Brasília, DF: MMA, 2000.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.** 2004.

RODELA, L. G. **Distribuição de Campos Rupestres e Cerrados de Altitude na Serra do Ibitipoca, sudeste de Minas Gerais.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP. 2000.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente.** 7ª ed. Campinas, SP. Editora Papirus, 2001.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo.** 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

SALIMENA, F.R.G. **Ecoturismo x Conservação dos Campos Rupestres.** In: Tópicos atuais em Botânica: Palestras convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica, 2000.

SIMIQUÉLI, R. F.; FONTOURA, L. & ROCHA, C. H. B. **Impactos ambientais nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca, MG.** In: Anais do I Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Rio de Janeiro, 2006.

ZAIDAN, R. T. & SILVA, J. X. **Geoprocessamento aplicado ao zoneamento de áreas com necessidade de proteção: o caso do Parque Estadual do Ibitipoca – MG.** In: SILVA, J. X. & ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

ZAIDAN, R. T. **Zoneamento de áreas com necessidade de proteção ambiental no Parque Estadual Do Ibitipoca – MG.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2002.

ZBOROWSKI, M. B. & LOUREIRO, C. F. B. **Analisando conflitos: percepção ambiental na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu.** In: Anais do II Seminário de Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social. Rio de Janeiro, 2006.

CAPÍTULO 1

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

As unidades de conservação são espaços cujos objetivos permeiam a tarefa de conservação, com oportunidades para a pesquisas científicas, a educação e o ecoturismo. No entanto, as primeiras áreas naturais protegidas foram criadas apenas pelo caráter estético da paisagem, desconsiderando a presença humana nestes locais, nem tão pouco evidenciando seu caráter de proteção da biodiversidade. Este fato marcou o pensamento inicial e que orientou a criação de várias outras áreas protegidas. No decorrer dos séculos, a história se reverte através dos movimentos ambientais, mobilização da opinião pública, estratégias políticas, decretos, documentos, acordos, encontros e conferências, as preocupações com as questões ambientais se evidenciam, as concepções sobre áreas naturais protegidas assumem outra postura: a de criação destes espaços para a conservação *in situ* da biodiversidade. Diante deste histórico e, aliado a este caráter conservacionista, surge o ecoturismo e seus conceitos. O ecoturismo assume um caráter próprio, que permeou as preocupações ambientais entorno do discurso de sustentabilidade. Concomitantemente, a educação ambiental vem como uma das maneiras de compor e, principalmente, assumir as responsabilidades de sensibilização, conscientização e formação de novas posturas, éticas e construtoras de um sujeito ecológico. Este capítulo tem por objetivo principal esboçar o panorama histórico da criação de áreas naturais protegidas, bem como o surgimento das preocupações com relação à proteção da biodiversidade e a inserção social nesse processo. Aliado a este objetivo, são gradualmente apresentadas as preocupações ambientais que promoveram mudanças políticas e na construção de estratégias conservacionistas. Também procurou mostrar o surgimento do ecoturismo, neste contexto, e apontar seus aspectos em unidades de conservação. Diante de tais propósitos, a intenção deste capítulo também foi servir de base teórica para a compreensão dos demais capítulos da dissertação. Para tanto, a apresentação do tema e as discussões geradas foram obtidas por meio de revisão da literatura.

Palavras-chave: áreas naturais protegidas, opinião pública, estratégias políticas, ecoturismo, educação ambiental

Introdução

A idéia de conservar a natureza nem sempre esteve marcadamente presente, ela decorre de um processo contínuo de questionamentos da humanidade, principalmente acerca de suas relações com a Terra.

A proteção da natureza não se faz apenas para garantir a nossa própria sobrevivência, tampouco com o objetivo principal de lucrar com ela; a proteção da natureza é antes de tudo uma necessidade moral essencial [...] é parte de nossa identidade como habitantes da Terra. (DOUROJEANNI *apud* MILANO, 2002).

Conforme esclarece Pires (2004), a concepção ambiental passou por três fases, cada uma baseada em um princípio geral. Do progresso e tecnologia à preservação, dentre elas a fase de discussões sobre qualidade de vida e o consumo. Primeiramente, as preocupações com o meio ambiente se pautaram na criação de parques e/ou santuários, seguida dos tratamentos de contaminação até às questões concernentes ao desenvolvimento sustentável. Os princípios que permearam estas fases foram a estética, o bem-estar e a ética, respectivamente.

Atualmente, o estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das alternativas mais utilizadas para a conservação *in situ* da natureza. Algumas dessas áreas protegidas foram criadas ainda no século XIX, com a intenção de preservar belas paisagens para as gerações futuras. Durante o século XX, esse instrumento se popularizou e as altas taxas de extinção de espécies (Wilson, 1992) conduziram à criação de grande maioria das áreas, como uma tentativa de resposta às crises de extinções, e conseqüente preocupação com a biodiversidade.

Dentro deste contexto, são estabelecidas as unidades de conservação cada qual com o objetivo primário de conservação, juntamente com a oportunidade de oferecer, nestes espaços protegidos, atividades de pesquisa, ecoturismo e educação ambiental.

Este capítulo tem por objetivo principal esboçar o panorama histórico de criação de áreas naturais protegidas, bem como o surgimento das preocupações com relação à proteção da biodiversidade e a inserção social neste processo.

Objetivos específicos:

- ✓ Traçar um esboço das preocupações ambientais que promoveram mudanças políticas e na construção de estratégias conservacionistas;
- ✓ Mostrar como o ecoturismo surge neste contexto;
- ✓ Apontar os aspectos do ecoturismo em unidades de conservação;
- ✓ Servir de base teórica para a compreensão dos demais capítulos da dissertação.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, através da busca por referencial teórico básico, para a análise do tema deste capítulo.

A apresentação do assunto seguiu uma gradação, partindo de uma questão mais ampla até o exame de aspectos cada vez mais diretamente relacionados à questão foco (ecoturismo em unidades de conservação), com o objetivo de demonstrar a necessidade de investigá-la.

Revisão da literatura

Segundo Irving & Matos (2006), estratégias de proteção da natureza vêm sendo desenvolvidas, historicamente, no sentido de serem assegurados os mecanismos de sobrevivência humana, tanto no plano simbólico, como na perspectiva operacional e pragmática.

As áreas protegidas têm raízes históricas, Davenport & Rao (2002) apontam que as primeiras diretrizes sobre a conservação da vida silvestre, que se tem registro,

remontam as florestas sagradas, desde os séculos antes de Cristo. Segundo os autores, originalmente a palavra “*parc*” designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou concessão do rei”. No entanto, o significado atual refere-se a parque tanto no sentido de proteção, quanto de uso público.

O primeiro parque a ser criado foi o Parque Nacional de *Yellowstone*, estabelecido em 1872 com o objetivo de preservar a beleza “intocada” da paisagem, para as futuras gerações, como destaca Diegues (2004). Segundo Bensusan (2006), o Congresso dos Estados Unidos determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. O ser humano ali seria um visitante, nunca um morador.

Nota-se que, a partir de *Yellowstone*, a prática preservacionista de proteção se inicia, culminando, especialmente na década de 70, em grande impulso à criação de demais áreas naturais protegidas (figura 1.1). Este fato também refletiu no Brasil.

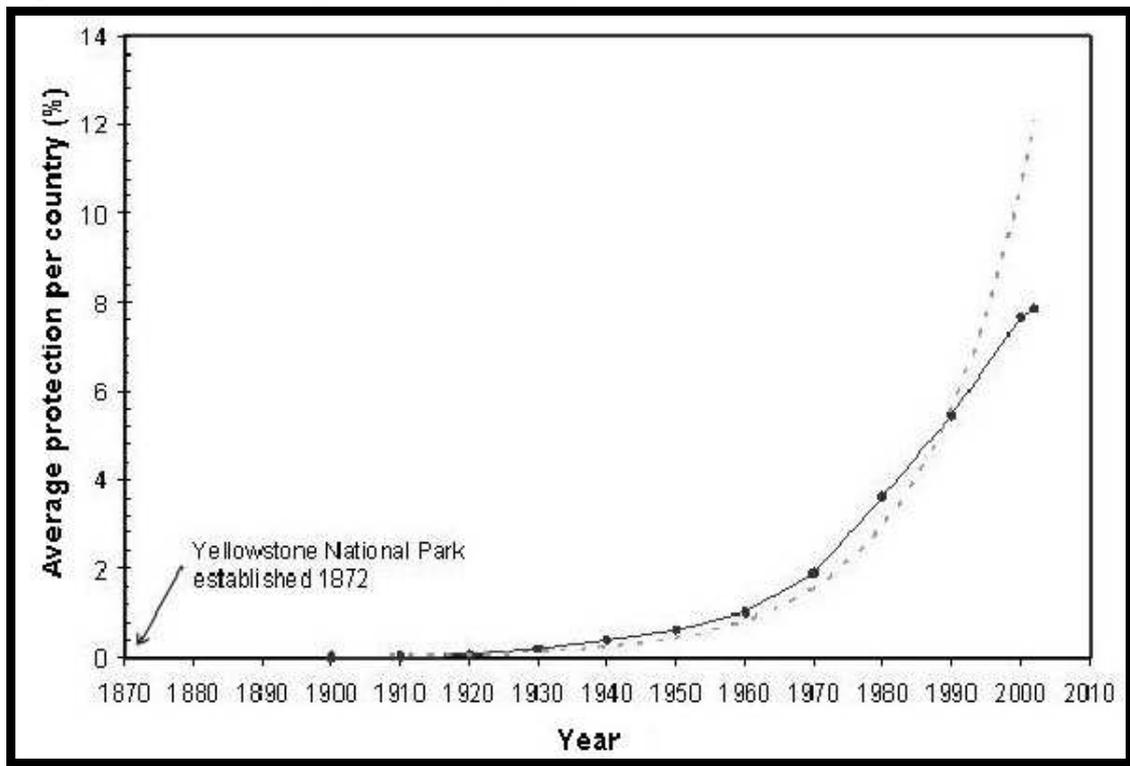
Até meados da década de setenta, o Brasil não possuía uma estratégia nacional global para selecionar e planejar as unidades de conservação fosse por meio de legislação básica ou por declaração política. As unidades de conservação, até então, justificavam-se pelas belezas cênicas que possuíam. A proteção dos ecossistemas e de espécies ameaçadas, do ponto de vista conceitual e metodológico, era ainda precária (BRITO, 2000).

A primeira iniciativa brasileira para a criação de uma área natural protegida ocorreu em 1876, através do Engenheiro André Rebouças, inspirado na criação do Parque de *Yellowstone*, o qual sugeriu a criação de dois parques nacionais.

Segundo Serrano (1999), a primeira conferência para a Conservação da Natureza ocorreu em 1934, mesmo ano de criação do Código Florestal, o qual possibilitou a criação de parques nacionais definindo-os como “monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que por circunstâncias peculiares o mereçam”.

Então, em 1937 é criado o primeiro Parque Nacional do Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Logo em seguida, em 1939, são criados os Parques Nacionais do Iguaçu e o da Serra dos Órgãos. Os primeiros parques em território brasileiro tiveram como características principais apenas a preservação dos recursos, vinculados ao conceito de monumentos públicos naturais, conforme assinala Brito (2000). Contudo, foi somente a partir de meados do século XX, que a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das unidades de conservação, antes sobressaiam os argumentos de beleza cênica.

Figura 1.1.: Crescimento global de áreas protegidas desde 1900.



Fonte: Pyke, 2007

No entanto, conforme Cunha & Coelho (2005), a definição de estratégias adequadas de conservação da biodiversidade biológica, da proteção dos ecossistemas ameaçados pela atividade antrópica, surge como um dos temas mais polêmicos no interior do movimento ambientalista (década de 1970), com implicações em termos de

política públicas, financiamentos de organismos internacionais e atuação de organizações não governamentais ligadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento.

Cumprе ressaltar que, a partir desse momento, ocorre um aumento global, crescente e significativo, no número de unidades de conservação, conforme ilustrado no gráfico da figura anterior. Fato marcado principalmente devido às preocupações com relação ao meio ambiente, decorrentes da década de 1970.

Para Diegues (2004), a questão ecológica é atravessada, no seu todo, por questões ideológicas, traduzidas como perspectivas biocêntricas² ou antropocêntricas³, preservacionistas ou conservacionistas.

Duas grandes vertentes puderam ser identificadas no interior do movimento ambientalista, em relação a estratégias de conservação da biodiversidade, proteção de ecossistemas e suas funções ecológicas. Segundo Cunha & Coelho (2005), são:

- ✓ Preservacionista: identificados com ações que objetivam a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem a interferência humana. Há um valor intrínseco na natureza, que deve ser preservado por si mesmo, não como reserva de recursos naturais para o uso dos seres humanos.
- ✓ Conservacionista: identificados como aqueles que advogam a implementação de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, com participação de populações locais no manejo adequado dos recursos.

Estas vertentes tanto conservacionistas, quanto preservacionistas, orientaram o pensamento sobre a criação e estabelecimento de áreas naturais protegidas, como as unidades de conservação, ao longo do processo de construção da percepção ecológica

² Para o Biocentrismo, “o mundo natural possui um valor em si mesmo, independentemente da utilidade que possa ter para os humanos” (DIEGUES, 2004).

³ O antropocentrismo “atua na dicotomia entre natureza e o homem, sendo delegado a este último o direito de controle e posse sobre os recursos naturais. [...] A natureza não tem valor em si, mas constitui uma reserva de ‘recursos naturais’ a serem explorados pelo homem” (DIEGUES, 2004)

mundial, principalmente com relação às preocupações com a manutenção da biodiversidade.

Seabra (2005) e Pires (2002) comentam que o culto à natureza pôde ser observado nos movimentos de contracultura e ecologistas, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. O culto à Mãe Natureza do movimento de contracultura⁴ e a natureza do movimento ambientalista deixaram também heranças que impulsionam, até os dias de hoje, práticas turísticas em áreas naturais, principalmente devido à mobilização e sensibilização de camadas da opinião pública em torno da causa ambiental.

No Brasil, Pires (2002) aponta que o ecoturismo surgiu a partir dos primeiros movimentos ambientalistas, no final dos anos 1970, consolidando-se na década de 1980⁵. O movimento começa a se organizar em entidades não-governamentais, atuando em duas frentes de ação, uma mais ideológica e política, denunciando e promovendo a conscientização em relação aos problemas ambientais, a importância da proteção de ecossistemas e processos ecológicos. A outra frente, mais pragmática e operativa, criando mecanismos de viabilização de financiamentos para projetos de proteção da natureza.

No Brasil o ecoturismo nasceu primeiro como atividade associada à Educação Ambiental. Isso dentro de uma forte influência dos movimentos sociais ambientalistas. Podemos dizer que os atores sociais tinham, inicialmente, objetivos muito semelhantes aos de Educação Ambiental. Surge num momento singular de nossa história, quando diferentes segmentos da sociedade despertaram para as questões ambientais. Podendo dizer que as primeiras iniciativas nessa linha mais educativa iniciaram-se na década de 80, portanto é um fenômeno recente no Brasil. Havia semelhanças entre os ideais da Educação Ambiental e do Ecoturismo. Essa semelhança se pautava na perspectiva de formar um sujeito ecológico. Um sujeito “novo”, consciente e com várias dimensões, mas de certo modo um sujeito ideal, capaz de aprender com o mundo na perspectiva de transformá-lo. Um sujeito ruptura com a sociedade de consumo. Um sujeito bom, onde a justiça e a equidade social fossem suas aspirações. Portanto, um sujeito produto de novas representações sociais do seu lugar no mundo (FURLAN, 2003).

⁴ Pires (2002) esclarece que o movimento de contracultura foi marcado por manifestações de libertação político-ideológicas, em oposição à sociedade tecnológico-industrial consumista, destruidora da natureza.

⁵ De acordo com Seabra (2001), em 1987 ocorre a primeira iniciativa de ordenar o ecoturismo no Brasil, através de uma comissão técnica, composta pelo Ibama e pela Embratur, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico.

De acordo com Dias (2003), a Unesco promove em 1968, Paris, uma Conferência sobre a Conservação e o uso racional dos Recursos da Biosfera, a qual lança bases para a criação em 1971 do programa *Man and Biosphere* (MAB), cujo objetivo era encontrar uma relação de equilíbrio entre utilização racional e conservação dos recursos naturais da Biosfera. Os objetivos do programa são:

Proporcionar os conhecimentos fundamentais das ciências naturais e das ciências sociais necessários para a utilização racional e a conservação dos recursos da Biosfera e para o melhoramento da relação global entre o homem e o meio, assim como para prever as conseqüências das ações de hoje sobre o mundo de amanhã, aumentando assim a capacidade do homem para ordenar eficazmente os recursos naturais da Biosfera (UNESCO *apud* Dias, 2003).

Segundo McCormick (1992), durante a Conferência da Biosfera vários temas emergiram, um deles foi o fato de “ainda que algumas mudanças no meio ambiente venham ocorrendo, há décadas ou mais, as mesmas parecem ter atingido um patamar crítico”, sendo necessárias pesquisas de enfoque interdisciplinar para o uso planejado dos recursos naturais. Sobretudo, o marco fundamental no ambientalismo internacional foi sem dúvida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

Fundamentalmente, justificado por McCormick (1992), devido a quatro resultados importantes. Em primeiro lugar, a conferência confirmou a tendência em direção a uma nova ênfase sobre o meio ambiente humano. Em segundo, forçou um compromisso entre diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países mais e menos desenvolvidos. Depois de Estocolmo, a necessidade dos países menos desenvolvidos tornaram-se um fator chave na determinação das políticas internacionais. Em terceiro, a presença das ONGs⁶. E por fim, o evento resultou na

⁶ Segundo Dias (2003), a partir dos anos 60-70, as ONGs ambientalistas tiveram um importante papel, mesmo com recursos escassos, conseguiram chamar a atenção da sociedade e dos governantes sobre a exploração predatória dos recursos naturais e a poluição do planeta.

Criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP – *United Nations Environmental Programme*) e marcou uma transição do Novo Ambientalismo, emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos de 1960, para a perspectiva racional, política e global dos anos de 1970.

A conferência de Estocolmo também criou alguns programas como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Segundo Dias (2003), o PNUMA tinha a função de monitorar o avanço dos problemas ambientais.

Refletindo a importância das discussões que ocorreram em Estocolmo, nos anos seguintes proliferaram acordos e conferências temáticas internacionais, como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (1973), a Convenção sobre a Proteção da Natureza no Pacífico Sul (1976), a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), a Conferência Mundial sobre o Clima (1978), a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migrantes pertencentes à Fauna Selvagem (1979), a Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marítimas da Antártida (1980) e muitos outros documentos que foram normatizando procedimentos que deveriam ser adotados pelas pessoas e organizações em relação ao meio ambiente natural (DIAS, 2003).

Durante a década de 1980, muitas conferências intergovernamentais foram realizadas, com intuito de pensar formas de desenvolvimento que levassem em conta a dimensão ecológica e social. Encontros entre especialistas, visando caminhos alternativos de desenvolvimento, foram realizados nessa década. Destaque deve ser feito para o artigo publicado, em 1980, pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Natural (IUCN), chamado *Word Conservation Strategy*, onde o conceito de desenvolvimento sustentável foi falado abertamente. Porém, esse conceito só foi definido em 1987 através do Relatório de *Brundtland* (SWARBROOKE, 2000).

Conforme destaca McCormick (1992), os objetivos específicos de conservação, traçados pela Estratégia de Conservação da Natureza (*Word Conservation Strategy* – WCS), eram a manutenção de processos ecológicos essenciais e sistemas de sustentação

da vida; preservar da diversidade genética, evitando a extinção de espécies. Adequar as necessidades dos ecossistemas ao tamanho, distribuição e administração das áreas protegidas e coordenar programas nacionais e internacionais de áreas protegidas; assegurar a utilização sustentável de espécies e ecossistemas.

Nessa ocasião, segundo Pires (2002), foi estabelecido o conceito de conservação pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), sendo definida como “gestão dos recursos naturais pelo homem, de tal forma que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantém na sua potencialidade, para satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras”.

Segundo Pires (2002), em 1987 a CMMAD apresentada no Relatório *Brundtland* – “Nosso Futuro Comum”, um novo conceito derivado da relação conservação-desenvolvimento, o que passaria a conduzir ideologicamente o movimento ambientalista. Sendo, “desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Foram expressos, em 1991, os princípios de sustentabilidade da vida (tabela 1.1).

Tabela 1.1.: Fundamentos da sustentabilidade da vida

Princípios	Objetivos
Respeitar e cuidar da comunidade de seres vivos	Os benefícios, custos de uso e conservação dos recursos devem ser partilhados com justiça pelas diversas comunidades atuais e futuras.
Melhorar a qualidade de vida humana	A realização do potencial das pessoas e proporcionar viver-se com dignidade e plenitude
Conservar a vitalidade e diversidade do planeta Terra	Conservar os sistemas de sustentação da vida e da biodiversidade e utilizar-se dos recursos renováveis de forma sustentável, ou seja, limitar o seu uso à capacidade de regeneração do recurso.
Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra	Políticas e tecnologias devem ser utilizadas para controlar a capacidade de suporte da Terra (expansão demográfica, modos de vida, utilização de recursos não renováveis, substituição de matéria prima)
Modificar atitudes e práticas pessoais	Análise de valores e comportamentos estimulada pela disseminação de informações pelo processo educacional (formal e informal)
Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente	Mobilização comunitária para planejar e administrar a alocação de recursos e de seu entorno.

Fonte: Relatório elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, (CMMAD, 1991).

O Documento “Nosso Futuro Comum” foi referência e base importante para os debates que ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, onde popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável (DIAS, 2003). Desse encontro foram gerados cinco documentos, os quais direcionariam as discussões sobre meio ambiente nos próximos anos, a Agenda 21, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre as Mudanças do Clima, os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas e a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Gastal (2002) destaca a CDB como o instrumento internacional o qual reconhece a importância da diversidade biológica, para a evolução e manutenção da vida no planeta e do combate às causas de redução ou perda dessa diversidade. De sobremaneira, a Convenção interessa-se pelo aumento dos esforços de conservação dos países tropicais, onde se concentra a maior porção de biodiversidade, e a eles cabe o desafio de conciliar desenvolvimento com conservação e uso sustentável.

Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente, em suas atribuições, estabeleceu as diretrizes da CDB. Como um mecanismo de conservação *in situ*⁷ da biodiversidade, o artigo oito direciona ao estabelecimento de áreas protegidas.

Área protegida define-se como “superfície de terra e ou mar destinada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, manejada através de meios legais ou de outros meios efetivos” (UICN, 1994). A partir deste conceito, são reconhecidas categorias, propostas no 4º Congresso Mundial de Parques, em 1992, e adotadas pela Assembléia Geral da UICN em 1994.

⁷ Conservação *in situ* significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais. Condições *in situ* significa as condições em que os recursos genéticos existem em ecossistemas e habitats naturais (artigo 2, CDB/92).

Tabela 1.2.: Categorias de áreas protegidas de acordo com a UICN (1994)

CATEGORIA	NOME	OBJETIVO PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
I a	Reserva Natural Restrita	Pesquisa científica	Área de terra e/ou mar que possui algum ecossistema, característica geológica ou fisiológica ou espécie especial ou representativa, disponível principalmente para pesquisas científicas ou monitoramento ambiental
I b	Área Silvestre	Proteção de Áreas Silvestres	Grande área de terra e/ou mar não modificada ou ligeiramente modificada que mantêm suas características e influências naturais, sem habitações permanentes ou significativas, e que é protegida e manejada de forma a sua condição natural
II	Parque Nacional	Proteção de Ecossistemas e recreação	Área natural de terra e/ou mar declarada como Parque Nacional para: (a). proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; (b). excluir a exploração ou ocupação prejudiciais aos propósitos da área; e (c). promover oportunidades espirituais, científicas, educacionais, de recreação e de visitação, todas ambientalmente e culturalmente compatíveis
III	Monumento Natural	Conservação de características naturais específicas	Área que apresenta uma ou mais características naturais ou naturais e culturais que sejam de valor especial ou único devido a suas qualidades próprias de raridade, representatividade, estéticas ou ao seu significado cultural
IV	Área de manejo de habitat/ espécie	Conservação por meio de intervenção de manejo	Área de terra e/ou mar sujeita a intervenção ativa para fins de manejo, para assegurar a manutenção de habitats e/ou para atender às necessidades de espécies específicas
V	Paisagens terrestres e marinhas protegidas	Conservação de paisagem terrestre/ marinha e recreação	Área de terra, com costa e mar, onde a interação de pessoas e natureza ao longo do tempo produziu uma área de características distintas, com significativo valor estético, ecológico ou cultural, e freqüentemente com alta diversidade biológica. Salvaguardar a integridade dessa interação tradicional é vital para a proteção, a manutenção e a evolução de tais áreas
VI	Área protegida com recursos manejados	Uso sustentável de ecossistemas naturais	Área que predominantemente apresenta sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar a proteção e a manutenção da diversidade biológica e a longo prazo, ao mesmo tempo que proporciona um fluxo sustentável de produtos e serviços naturais para suprir a necessidades da comunidade

Fonte: Adaptado de LEAL & CÂMARA (2005)

Conforme Schenini & Rocca (2004), as áreas protegidas são espaços definidos geograficamente, destinados, regulamentados e administrados para o alcance de determinados objetivos de conservação da natureza. A conservação da natureza é a preservação da biodiversidade, levando-se em consideração aspectos e valores culturais, sociais, econômicos, ecológicos, genéticos, científicos e recreativos, atendendo a sustentabilidade das necessidades de gerações humanas presentes e futuras.

Dentro dessa definição, encontram-se as unidades de conservação:

As unidades de conservação são áreas naturais ou seminaturais, em regime especial de administração, instituídas legalmente pelo poder público com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico-científicas e socioeconômicas que justificam a sua criação. Com localização e limites definidos, possuem, em geral, características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, como elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, significativa beleza cênica ou recursos naturais indispensáveis para o bem estar das comunidades humanas (KINKER, 2002).

Em 2000, através da lei nº 9.985, é estabelecido no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que definiu as diversas categorias de unidades de conservação, tanto nas esferas municipais, estaduais e/ou federais.

De acordo com Seabra (2001), entre as diversas categorias de unidades de conservação, os parques nacionais são os que apresentam maior interesse pela visitação pública, em virtude de suas dimensões territoriais e da multiplicidade de atrativos cênicos, ecológicos e culturais que possuem.

Tabela 1.3.: Categorias de unidades de conservação, BRASIL (2000)

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL		UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
Objetivo básico: preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.		Objetivo básico: compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.	
Parque Nacional (PARNA)	Área pública. Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Permitidas atividades de pesquisa, educacionais e turismo.	Área de Proteção Ambiental (APA)	Terras públicas ou privadas. Área extensa, com certo grau de ocupação humana e utilização econômica. Atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais. Busca-se proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade.
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) ⁸	Terras privadas, gravadas com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. São permitidas atividades de pesquisa, educacionais e turismo.	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Terras públicas ou privadas. Em geral, são pequenas áreas, com pouca ou nenhuma ocupação humana, mas com características naturais extraordinárias ou com espécies vegetais ou animais raras. Regulação do uso admissível dessas áreas, compatível com a conservação da natureza.
Estação Ecológica	Área pública. Preservação da natureza. Permitidas apenas pesquisas científicas	Floresta Nacional (Flona)	Terra pública. Cobertura florestal de espécies predominantemente nativas. Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica com ênfase na exploração sustentável de florestas nativas.
Reserva Biológica	Área pública. Preservação da natureza, sem interferência humana. Permitida apenas a recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar e preservar o equilíbrio natural.	Reserva extrativista	Terras públicas, com concessão de uso às populações extrativistas tradicionais. Proteção do meio de vida e da cultura dessas populações, além da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte, assegurando-se o uso sustentável desses recursos naturais.
Monumento Natural	Áreas públicas ou particulares. Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Reserva de Fauna	Área pública. É voltada para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável da fauna nativa ou migratória, inclusive de espécies aquáticas.
Refúgio da Vida Silvestre	Áreas públicas ou particulares. Proteção de ambientes naturais para a existência ou reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área pública, abriga populações tradicionais, cuja existência e cujo modo de vida baseiam-se em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.

Fonte.: Adaptado de Gorini *et al* (2006)

⁸ Para efeitos analíticos, optou-se por classificar as RPPNs junto com as demais unidades de proteção integral, conforme Gorini *et al* (2006)

Segundo Gorini *et al* (2006), o artigo 21, § 2º, inciso III do SNUC, o qual permitia a exploração dos recursos naturais pelas RPPNs foi vetado. Devido a esse fato, esta categoria de UC toma o caráter de parques nacionais privados, onde são permitidas pesquisas científicas, atividades educacionais e turismo. Por este veto, deveriam ser reclassificadas como de proteção integral.

A partir da análise e revisão dos acontecimentos nacionais e mundiais, observa-se que o cenário de criação de áreas naturais protegidas começa a mudar, refletindo todo um processo de discussões e ações entorno de preocupações maiores, tanto com relação à biodiversidade, quanto à inserção do ser humano nessa problemática.

Isso se evidencia no acordo de Durban, derivado do V Congresso Mundial de Parques, em 2003. Segundo Bensusan (2006), ele fundamenta o compromisso da conservação da biodiversidade em dois pilares: as áreas protegidas e as populações humanas. O acordo prevê algumas linhas de ação, como:

- ✓ Apoio significativo ao desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade;
- ✓ Estabelecimento de um sistema global de áreas protegidas, conectado às paisagens circundantes;
- ✓ Aumento da efetividade de manejo das áreas protegidas;
- ✓ Fortalecimento dos povos indígenas e comunidades locais;
- ✓ Aumento significativo do apoio de outras parcelas da sociedade às áreas protegidas;
- ✓ Aperfeiçoamento da gestão, reconhecendo enfoques tradicionais e novos de grande valor para a conservação;
- ✓ Aumento significativo dos recursos destinados às áreas protegidas, atendendo ao seu valor e às suas necessidades;

- ✓ Melhoria da comunicação sobre o papel e os benefícios das áreas protegidas.

No Brasil, o decreto nº 5758 institui, em 13 de abril de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Dentre os princípios do Plano, está a participação social e o exercício de cidadania na gestão de áreas protegidas. Um dos maiores desafios do PNAP, segundo Irving & Matos (2006), será pensar os parques como oportunidade de construção de modelos de desenvolvimento diferenciados para o entorno, baseados na valorização da natureza, como ponto focal para as estratégias de inclusão social.

O Plano reafirma a preocupação com a inserção dos atores sociais na gestão de áreas protegidas, ressaltando a necessidade de se considerar, neste desafio, práticas tradicionais de manejo de recursos naturais e repartição equitativa de custos e benefícios advindos do manejo de áreas protegidas, tendo como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com melhoria da qualidade de vida da população local (IRVING *et al*, 2006).

Assim, como decorrente de um longo processo que se inicia nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, toma-se consciência dos valores intrínsecos, ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educativos, culturais, recreativos e estéticos da diversidade biológica e seus componentes. Diante de tal fato, Brito (2000) afirma que a conservação brasileira evoluiu de preocupações estéticas (década de 30, com a criação dos primeiros parques nacionais), para a preocupação com as espécies, passando para a ênfase em conservação ecológica, daí para a promoção social das pessoas que vivem no interior ou entorno de unidades de conservação.

Borrini-Feyerabend *et al* (2004) apresentam, em suas discussões, a mudança de paradigma na gestão de áreas protegidas, destacando os principais tópicos relacionados ao entendimento convencional e o emergente. Veja tabela a seguir.

Tabela 1.4.: Gestão de áreas protegidas: entendimento convencional e emergente

MUDANÇA DE PARADIGMA NA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	
Entendimento convencional	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecidas como áreas separadas; - Manejadas como “ilhas”; - Manejadas relativamente, dentro de uma curta escala de tempo, dando pouca importância as lições aprendidas a partir da experiência; - Relacionadas à proteção de bens naturais e paisagísticos existentes não sobre restauração de valores perdidos; - Criadas e geridas para a conservação e proteção cênica; - Estabelecidas de maneira tecnocrática; - Geridas por cientistas naturais e peritos em recursos naturais; - Estabelecidas e geridas de forma a controlar a atividade de pessoas locais, sem preocupação com as suas necessidades e envolvimento; - Geridas pelo governo central; - Pagas pelos contribuintes; - Benefícios da conservação assumidos como auto-evidentes; - Beneficia primeiramente visitantes e turistas; - Vistas como um bem para o qual as considerações nacionais prevalecem sobre as considerações locais.
Entendimento emergente	<ul style="list-style-type: none"> - Planejadas como parte de um sistema nacional, regional e internacional; - Manejadas como elementos de “redes” (áreas protegidas conectadas por “corredores”, <i>stepping stones</i> e usos de terras ideais para biodiversidade); - Manejo adaptativo, a longo prazo, vantagem do aprendizado contínuo; - Relacionadas à proteção, mas também à restauração e reabilitação, para que valores perdidos ou erodidos possam ser recuperados; - Criadas e geridas para a conservação, mas também para objetivos científicos, culturais e sócio-econômicos (incluindo a manutenção de serviços ecossistêmicos); - Estabelecidas como um ato político, requer sensibilidade, consultas e julgamento; - Geridas por indivíduos com múltiplas habilidades, incluindo algumas habilidades sociais; - Estabelecidas e geridas com, para e em alguns casos pelas pessoas locais, sensíveis aos problemas das comunidades; - Geridas por vários parceiros, incluindo diferentes camadas do governo, comunidades locais, grupos indígenas, setor privado ONGs e outros; Pagas por muitas fontes e quando possível, auto-sustentadas; - Benefícios da conservação avaliados e quantificados, vistos como uma herança comunitária assim como um bem nacional; - Beneficiam primeiramente as comunidades locais que assumem as oportunidades e custos da conservação.

Fonte: Traduzido e adaptado de Borrini-Feyerabend *et al* (2004)

A partir da tabela 1.4, visualiza-se o processo de re-orientação do pensamento ambiental com relação às áreas naturais protegidas, antes como “natureza intocada”, hoje com planejamento e manejo dos recursos, a longo prazo, bem como protegida e gerida pelas populações locais, inseridas no processo de conservação da biodiversidade.

O ecoturismo em unidades de conservação

Nos últimos anos do século XX, observa-se um aumento do interesse pela melhoria na qualidade de vida, tornando-se o ambiente natural um potencial atrativo, fundamentalmente por apresentar-se como o oposto da vida urbana e cotidiana. De acordo com Dias (2003), o surgimento de novas formas de turismo foi favorecido por uma série de circunstâncias, dentre elas o aumento da consciência sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da 'busca do verde' e da 'fuga' dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 2001).

O surgimento do ecoturismo e, juntamente o desenvolvimento de sua base conceitual e prática, acompanhou o contexto histórico atrelado à criação de espaços naturais protegidos. A partir disso, incrementou em seu conceito cada fase da evolução de estratégias nacionais e internacionais para a conservação. Com base neste pressuposto, serão apresentados alguns conceitos importantes no que tange aos princípios do ecoturismo.

Kinker (2002) esclarece que, para o turismo desenvolvido na natureza possa ser chamado de ecoturismo, é necessário considerar três fatores principais capazes de garantir a sustentabilidade da atividade: a conservação do ambiente visitado natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora e o desenvolvimento local e regional integrado.

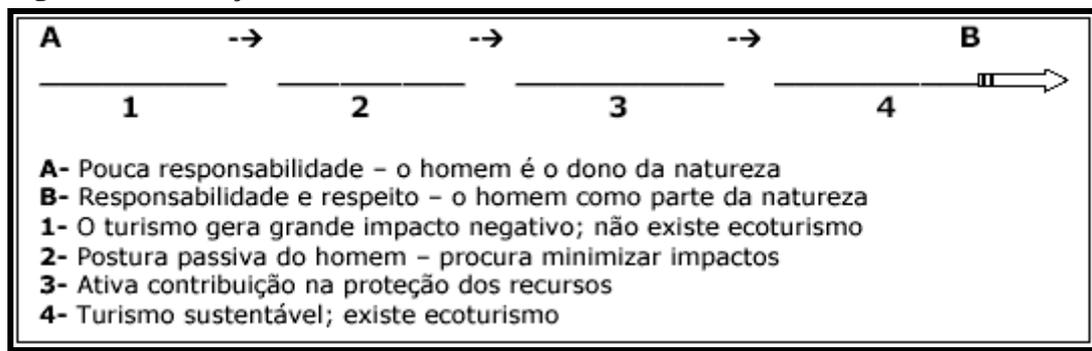
A primeira definição de ecoturismo como “viagens a áreas naturais protegidas, relativamente preservadas, com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar a paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente” foi

atribuída por Ceballos-Lascuráin⁹ e questionada por Kinker (2002). A autora afirma que essa definição indica o turista apenas como observador, com uma posição passiva em relação à natureza, de pouca responsabilidade. Para a autora, o ecoturismo é um tipo de turismo na natureza que abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

Para a análise da evolução do conceito de ecoturismo, Kinker (2002) propõe um esquema (figura 3.2). Percebe-se que, o conceito evolui da perspectiva “o homem é o dono da natureza” para “o homem como parte da natureza”, perpassando por discussões sobre impacto ambiental até ao caráter de turismo sustentável. Para a autora, a definição estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA estaria na posição 4 B, contemplando todos os aspectos particulares do ecoturismo.

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA, 1994)

Figura 3.2.: Evolução do conceito de ecoturismo



Fonte: Adaptado de Kinker (2002)

⁹ De acordo com Dias (2003), Ceballos-Lascuráin fez uma revisão da definição inicial, em 1993, incluindo a responsabilidade ambiental da atividade turística, o mínimo impacto e o envolvimento socioeconômico das populações locais.

Segundo Dias (2003) ainda há certa imprecisão quanto ao significado do ecoturismo. Os termos¹⁰ turismo de natureza, turismo baseado na natureza, turismo de aventura, turismo verde/ecológico, turismo alternativo, turismo sustentável, turismo rural etc compartilham alguns conceitos gerais, mas não são exatamente sinônimos de ecoturismo. O autor enfatiza que o ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e natureza, mas deve refletir os objetivos do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Buckley *apud* Pires (2002), os recursos naturais e seu potencial turístico, a sustentabilidade econômica e ambiental – por meio da geração de renda e manejo dos impactos ecológicos – e a educação ambiental constituem nos principais aspectos emergentes da relação turismo-ambiente. É a partir dessa base de relações que se desdobram os diferentes enfoques atribuídos ao turismo.

Analisando diversos conceitos sobre ecoturismo, Pires (2002) identifica pontos fundamentais como: a ênfase na natureza; a preocupação com relação aos impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos, na qual insere a questão da sustentabilidade dos recursos; a geração de benefícios para as comunidades locais e a preocupação com seu bem-estar; a necessidade de inserir as comunidades no planejamento e na gestão da unidade; as ações de desenvolvimento conservacionista, a opção pelo desfrute saudável e pela compreensão dos ambientes visitados, o aspecto educativo na sua dimensão ecológica e ambiental.

Com base neste pressuposto, os critérios supracitados parecem ser a base para o incremento do prefixo “eco” ao turismo, os quais deverão ser alcançados.

Fennell (2002) conceitua ecoturismo, acrescentando os princípios éticos a ele associados. Portanto seria:

¹⁰ Para compreensão de cada termo consultar Pires (2002).

Forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (FENNELL, 2002).

O conceito também enfatiza as áreas naturais como destinos essencialmente ecoturísticos. Esta premissa parece estar ligada a todos os conceitos sobre ecoturismo, principalmente devido à sua origem, ambientalista, marcada pela sensibilização em favor das causas ambientais, assim como o despertar para novas atitudes frente às áreas naturais.

Neste contexto, as unidades de conservação surgem como cenário “ideal” para a realização do ecoturismo, por todos os princípios que regem o conceito. No entanto, compatibilizar conservação e uso público nestes espaços tem sido um desafio, principalmente por falta de preparo da administração das unidades, ou mesmo pelo perfil do ecoturista, nem sempre “eco”.

Conclusões

A grande parte das áreas protegidas no mundo ocidental foi criada pós Yellowstone, como a única forma de salvar pedaços da natureza, assim qualquer intervenção humana na natureza era considerada intrinsecamente negativa¹¹. Esta concepção, que deu suporte aos primeiros parques nacionais, territorializou pedaços da natureza, transformando-os em ilhas de preservação da beleza estética, frente a despreocupações com relação à biodiversidade e às comunidades locais do entorno.

Percebe-se que, somente mais de um século depois de Yellowstone, os governos dos países passam a agir para o estabelecimento, expansão e gerenciamento de um sistema de áreas protegidas, de modo a contemplar todos os tipos de ecossistemas e

¹¹ Concepção que Diegues (2004) denomina de “Mito Moderno da Natureza Intocada”.

formas de vida. Isso ocorreu através da criação de determinados documentos de âmbito global, como a “Estratégia Mundial para a Conservação” (IUCN, 1980), “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1987) e “Convenção sobre a Diversidade Biológica” (CDB, 1992).

Apesar das UC terem sido construídas com base em um modelo-exportação norte americano, as preocupações brasileiras com a biodiversidade, a partir da década de 1970 aos dias atuais, tornaram-se evidentes na construção de estratégias à preservação. Na realidade, houve o desenvolvimento de políticas públicas, internacionais e nacionais, conforme elucidadas na revisão bibliográfica, voltadas à conservação do meio ambiente, bem como documentos como a Convenção de Diversidade Biológica.

O ambientalismo parte de uma mudança ampla e de longo prazo nas atitudes humanas perante a problemática ambiental, através da mobilização da opinião pública. Reuniões, acordos, decretos e documentos surgem para dar suporte e regulamentar a situação das áreas naturais protegidas. Percebe-se que as políticas se orientam para garantir o conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir da análise do contexto histórico sobre os pensamentos e atitudes em prol da conservação ambiental, evidencia-se uma certa evolução na “percepção ecológica”, uma percepção voltada à preocupação com os recursos naturais, uso sustentado dos mesmos e participação social sobre questões ambientais. Trata-se, portanto, de uma evolução acompanhada de eventos e estratégias sócio-econômicas, políticas e ambientais ao longo dos tempos.

Expor o ecoturismo a partir da dimensão de seus variados conceitos e também do contexto de sua origem possibilitou compreender a ênfase dada às áreas naturais, às responsabilidades para com as causas ambientais, ao perfil ético e gerador de mínimo impacto, ao seu caráter social e participativo, à perspectiva em educação e interpretação ambiental e, principalmente pautado na sustentabilidade. Nota-se que os conceitos

incorporam muito o caráter das discussões ambientais a partir das décadas de 1960 e 1970, até os dias atuais.

Neste contexto histórico, também se inserem as unidades de conservação, munidas de aparatos legais e objetivos a cumprir, principalmente perante a proteção dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações. Além de promover importantes atividades voltadas ao manejo e conservação destes recursos, promovendo o ecoturismo, a educação ambiental e o desenvolvimento de atividades científicas. Destaca-se que, a possibilidade de práticas turísticas em unidades de conservação implica na aplicação do conceito ecoturismo, para garantir a proteção da biodiversidade.

No entanto, embora o número de áreas orientadas à proteção da natureza esteja em crescimento progressivo, a biodiversidade continua em risco de extinção. Isto implica deduzir que, o sistema global de áreas protegidas parece inadequado para suprir a demanda turística e cumprir sua função de conservação das espécies ameaçadas. Neste sentido, cumpre investigar a efetividade de manejo das UC e as ações realizadas para atender aos seus objetivos. Portanto, a gestão de áreas protegidas deverá orientar-se a um entendimento emergente, com a participação das comunidades locais na tarefa de conservar a biodiversidade.

Referências Bibliográficas

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL – Governo Federal. **Decreto nº 5758/06 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. 13 de abril de 2006.

BRASIL – Governo Federal. **Lei nº 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. 18 de julho de 2000.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2000.

BORRINI-FEYERABEND, G.; KOTHARI, A. & OVIEDO, G. **Indigenous and Local Communities and Protected Areas Towards Equity and Enhanced Conservation**. Best Practice Protected Areas Guidelines, n.11. World Commission on Protected Areas (WCPA) /IUCN - The World Conservation Union, 2004.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CUNHA, L. H. & COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. *In*: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. A. **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVENPORT, L. & RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. *In*: TERBORGH, J. et al (Org.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para preservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. 1994.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, M. L. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. *In*: BENSUSAN, N. (Org.) **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade**: como, para que, por quê. Brasília: UNB, Instituto Socioambiental, 2002.

GORINI, A. P. F.; MENDES, E. F.; CARVALHO, D. M. P. **Áreas naturais protegidas: viabilização financeira, turismo e oportunidades na concessão de serviços**. BNDES Setorial, n. 24. Rio de Janeiro, 2006.

IRVING, M. A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: implementando a gestão de parques nacionais no Brasil. *In*: **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

IRVING, M. A. & MATOS, K. **Gestão de parques nacionais no Brasil**: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. *Rev. Floresta & Ambiente*, v. 13, n. 2, 2006.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LEAL, C. G. & CÂMARA, I. G. (eds.) **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MILANO, M. S. Por quê existem as unidades de conservação? In: MILANO, M. S. (org.) **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba, PR: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PIRES, F. **Modelo de avaliação para parques nacionais**. Dissertação (Mestrado em Eng. de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

PIRES, P. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PYKE, C. R. **The implications of global priorities for biodiversity and ecosystem services associated with protected areas**. *Ecology and Society* 12 (1): 4. 2007.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente**. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SCHENINI, P. C. & ROCCA, B. M. C. **Sustentabilidade de espaços territoriais protegidos legalmente e seus recursos naturais. Estudos de caso: Parque Municipal da Lagoa do Peri – Ilha de Santa Catarina – Brasil**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC. Florianópolis, 2004.

SEABRA, G. F. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. A. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SERRANO, C. M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza. **Guidelines for Protected Areas Management Categories**. IUCN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland. 1994.

WILSON, E. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAPÍTULO 2

ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO ENTORNO: ESTUDO QUALITATIVO PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE LOCAL

RESUMO

A participação social, no processo de planejamento e gestão das atividades turísticas, tem sido um caminho para as comunidades do entorno à unidades de conservação, com fins de promover estratégias sustentáveis de turismo de base comunitária. Partindo deste pressuposto, a compreensão da realidade local torna-se parte da investigativa sobre essa efetiva participação e como se processa a relação entre atividades turísticas e as comunidades receptoras. Neste sentido, a vila Conceição do Ibitipoca, distante 3 km do Parque Estadual do Ibitipoca, constituiu-se o local de estudo. A pesquisa destacou seis grupos (Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca; moradores tradicionais da região; proprietários de pousadas; comerciantes locais; presidente do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca; professora da Escola Municipal Padre Carlos) capazes de representar as relações que se estabelecem entre os diversos atores sociais e como a população reage frente à chegada do turismo, como se organizam, como são capazes de planejar, perceber e intervir em problemas sócio-ambientais que vivenciam. Diante deste quadro, o objetivo deste capítulo foi apresentar e caracterizar a problemática do turismo no arraial, através da fala dos moradores locais, representados pela categoria social em que se enquadram. Além de identificar a percepção da comunidade em relação ao parque e o que ele representa. A pesquisa qualitativa também visou averiguar iniciativas de educação ambiental e participação social, além de verificar se, para a comunidade, a atividade ecoturística visa estabelecer uma relação intrínseca com princípios de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. A apresentação dos resultados foi dividida em núcleos temáticos como: a identidade com o lugar, a reação da comunidade, a vila (antes e depois do turismo, infra-estrutura, aspectos econômicos, questões sociais e culturais), o parque e as questões ambientais. Foi possível verificar como os elementos da comunidade são inseridos dentre os aspectos sociais e culturais, econômicos, políticos e espaciais e ambientais/ ecológicos.

Palavras-chave: entorno, unidades de conservação, participação social, sustentabilidade

Introdução

Tuan (1983) cita que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Tuan (1980) utiliza o neologismo topofilia como um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, influenciando na experiência concreta de vida das pessoas. Entendido como um conjunto de conceitos que inclui a percepção, as atitudes e a visão de mundo na busca dos ideais ambientais. A abordagem do espaço vivido, onde o turismo está presente, deve adotar este ‘sentido de lugar’, procurando investigar qual o seu significado para as pessoas locais.

A compreensão da realidade local de comunidades no entorno à unidades de conservação, abertas à visitação pública, requer pensar sob a ótica destes conceitos acima mencionados. Outra abordagem recente sobre esta compreensão refere-se ao enfoque do turismo sustentável e participativo, mencionado por Irving *et al* (2005). Sob este ponto de vista, promover e praticar o turismo, de base sustentável, requer um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural e a dinâmica ambiental dos destinos. Sobre participação social destacam:

A efetiva participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão das atividades turísticas parece, portanto, essencial, pois a população local é conhecedora e vivencia sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e buscar soluções para problemas identificados, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social (IRVING *et al*, 2005)

De acordo com Antunes (2006), no caso específico de comunidades turísticas, depara-se com realidades complexas, pois são construídas por populações fixas e por turistas que estabelecem vínculos sociais temporários. Tal complexidade requer o desenvolvimento de pesquisas criteriosas, à luz da compreensão dos fenômenos ligados à relação entre atividades turísticas e as comunidades receptoras.

Diante deste quadro, o objetivo deste capítulo é apresentar e caracterizar a problemática do turismo no Arraial de Conceição de Ibitipoca, através da fala dos moradores locais, representados pela categoria social em que se enquadram. Além de identificar a percepção da comunidade em relação ao Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB) e o que ele representa.

Objetivos específicos:

- ✓ Expor as relações sociais e espaciais que ocorreram, devido à apropriação da natureza pelo turismo;
- ✓ Compreender a inserção da realidade local no contexto de comunidades no entorno à áreas naturais protegidas;
- ✓ Averiguar iniciativas de educação ambiental e participação social;
- ✓ Verificar se, para a comunidade, a atividade ecoturística visa estabelecer uma relação intrínseca com princípios de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental.

O local de estudo

A vila ou arraial de Conceição de Ibitipoca, distrito de Lima Duarte em Minas Gerais, localiza-se a uma distância de 3 km do Parque Estadual do Ibitipoca. Segundo Bartholo *et al* (2006), a vila possui pouco mais de mil habitantes, sendo o turismo a principal atividade econômica. Além de gerar oportunidades de trabalho, incremento na renda e melhorias na infra-estrutura e na oferta de serviços, o aumento do fluxo turístico também trouxe problemas característicos da falta de planejamento urbano e ambiental.

As mudanças provenientes da exploração turística se intensificaram após o ano de 1994. Em seis anos, o número de edificações e o fluxo de turistas aumentaram visivelmente, transformando Conceição de Ibitipoca em um estimulante universo de observação para se entender os efeitos da exploração turística sobre um pequeno

povoado, voltado até então para uma atividade agropecuária de pequeno porte RODRIGUES (2001).

Considerou-se a vila como local do estudo, pois ela representa parte do entorno à unidade de conservação PEIB que mais sofre pressão turística, não só pela proximidade, mas principalmente porque os turistas passam pelo arraial e utilizam os serviços (alimentação, hospedagem, transporte) e comércio local, fundamentalmente com o objetivo de visita ao parque.

Revisão da literatura

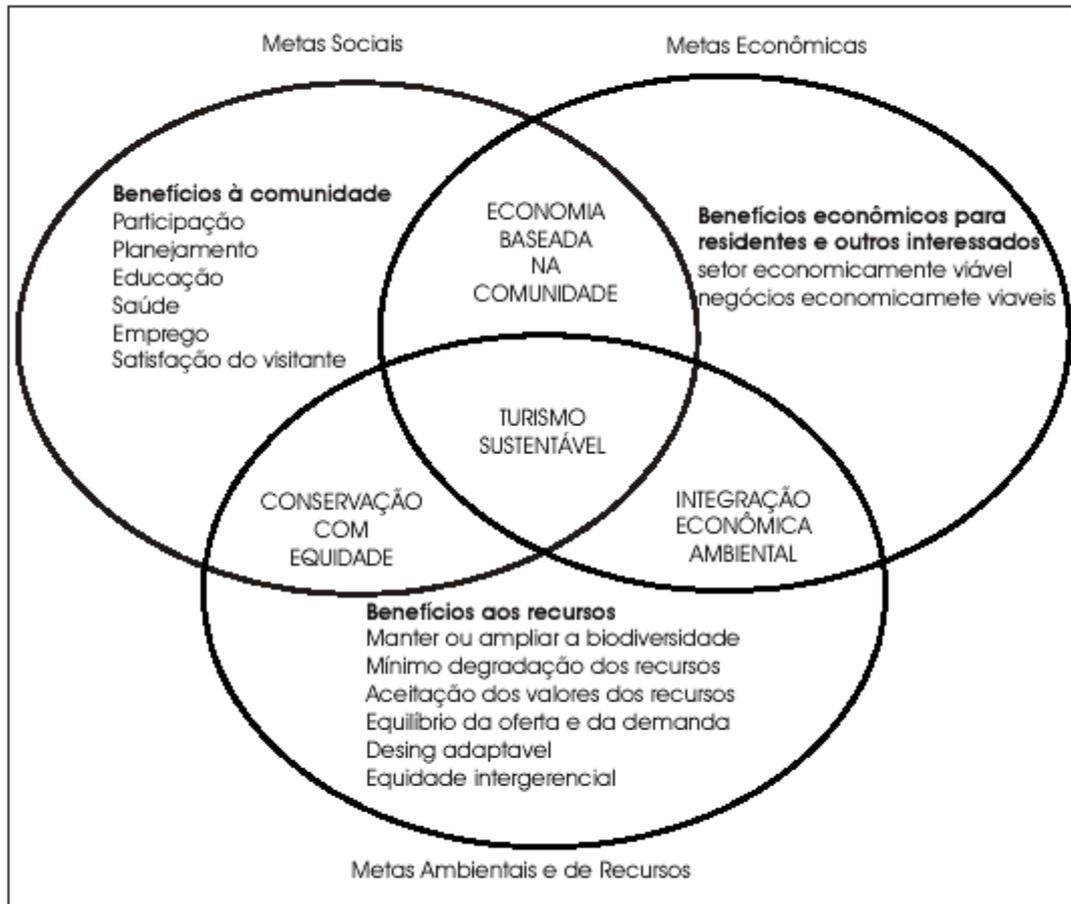
Sobre turismo sustentável, a Organização Mundial do Turismo estabelece:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT 2003).

Nesta direção, o turismo sustentável só será viável se bem administrado e planejado, juntamente em cumprimento aos objetivos de conservação da localidade. Entende-se que, para desenvolver um processo de planejamento e gestão turístico sustentável, é necessário agregar os fatores econômicos, sociais e ambientais. A figura 2.1 mostra que tais fatores devem ser analisados simultaneamente, visando alcançar aos valores e princípios do turismo sustentável.

No entanto, Antunes (2006) enfatiza que um Programa de Turismo Sustentável só adquire proporção caso esteja voltado para as necessidades identificadas pela própria comunidade. A melhoria da qualidade de vida desse segmento está ligada, portanto, à tarefa de interpretar seus principais anseios e reais problemas.

Figura 2.1.: Valores e princípios do turismo sustentável



Fonte.: Hall (2001)

Para Botelho (2006), estratégias de turismo sustentável de base comunitária têm sido um dos desafios à sociedade. Diante desta perspectiva, acrescenta o importante papel da educação ambiental para a sustentabilidade turística. Uma mudança de paradigma dos valores econômicos que se sobrepõe aos sociais, culturais e ecológicos, sejam transformados em valores éticos, baseados na sustentabilidade e cidadania, ressaltando a participação¹² e o envolvimento da comunidade para este propósito.

Ações com unidades de conservação e seu entorno pressupõem a presença de pelo menos três atores importantes: os moradores da região, o órgão responsável pela manutenção e administração da unidade e os agentes promotores de ações na região.

¹² Participação social, segundo Loureiro *et al* (2003), é “um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo”.

Dependendo da história da unidade, do contexto local e, ainda, das características desses atores ocorrem ou não relações entre eles. (SOARES *et al*, 2002).

Para promover ações em comunidades no entorno à áreas naturais protegidas, torna-se necessário investigar como ocorre o processo participativo nestes locais. Pimbert & Pretty (2000) apontam sete tipologias sobre “participação”.

1. Participação passiva: através de avisos, é uma informação unilateral.
2. Participação como extração de informação: as pessoas participam respondendo através de questionários. As pessoas não têm possibilidade de influenciar os procedimentos
3. Participação por consulta: participam sendo consultadas, agentes externos ouvem seus pontos de vista e definem soluções de problemas. É um processo consultivo, não compartilha todas de decisões;
4. Participação por incentivos materiais: participam oferecendo recursos, em retorno a incentivos;
5. Participação funcional: as pessoas formam grupos para coincidir objetivos pré-determinados, o que pode envolver o desenvolvimento ou que promovam organizações sociais externamente iniciadas;
6. Participação interativa: as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou o fortalecimento dos já existentes;
7. Automobilização: as pessoas participam tomando a iniciativa para mudar sistemas, independentemente das instituições externas.

Pimbert & Pretty (2000) acrescentam que as tipologias de 1 a 4 podem ser usadas, mas sabendo-se que não levam à ação, não têm impacto duradouro na vida das pessoas. E, se o objetivo é alcançar a conservação sustentável, então nada menos que a

participação funcional será suficiente. Para os mesmos autores, o êxito econômico e ambiental, de longo termo, aparecem quando as pessoas têm o poder de tomar decisões, independente de agentes externos.

Metodologia

Segundo Minayo (1996), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e ausente em equações, médias e estatísticas.

Sob este ponto de vista, na pesquisa qualitativa, as pessoas são reconhecidas como sujeito que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.

O procedimento metodológico utilizado no estudo foi a entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e novembro de 2007. No entanto, o processo de coleta de dados e início da pesquisa se processa desde o ano de 2006, através de conversas informais e observação participante¹³. Os dados primários foram recolhidos *in loco*, por meio de entrevistas com informantes qualificados, representantes de setores sociais da comunidade.

O roteiro para as entrevistas (anexo, página 148) foi dividido de acordo com o grupo e função social na comunidade, contendo perguntas direcionadas a cada um, algumas para mais de um grupo ou todos. No caso do arraial de Conceição do Ibitipoca, destacaram-se os seguintes grupos investigados:

- ✓ AMAI: Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca;
- ✓ Moradores tradicionais da região;

¹³ Observação participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de suas perspectivas e seus pontos de vista. (TRIVIÑOS, 1992)

- ✓ Proprietários de pousadas;
- ✓ Comerciantes locais;
- ✓ Presidente do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca;
- ✓ Professora da Escola Municipal Padre Carlos.

Em cada um dos seis grupos, foi escolhido um representante qualificado (sujeito capaz de fornecer dados verídicos, compatíveis com a realidade percebida) para a entrevista, semi-estruturada, conduzida através de um diálogo informal, em ambiente tranquilo de trabalho ou residencial. Todas as falas foram gravadas e devidamente transcritas, para fins de análise e interpretação dos resultados.

Foi utilizado o modelo de Mathielson & Well *apud* Ruschmann (2001), para análise das etapas de reação da comunidade da Vila Conceição do Ibitipoca frente à chegada do turismo. Os autores apontam cinco principais estágios da crescente desilusão de uma população receptora com o turismo, no caso dos impactos sociais.

A partir deste ponto, a interpretação dos dados segue uma lógica temática e não temporal, conforme obtida pela percepção da comunidade, no momento atual, perante os fatos passados e presentes.

Resultados e discussão

A finalidade do planejamento turístico, de acordo com Ruschmann (2001), consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desse modo, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atividade. Para a autora, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. Diante

do exposto, os resultados serão analisados e discutidos nesta perspectiva, principalmente sob a ótica da percepção da comunidade diante do PEIB, como atrativo natural, econômico e turístico, evidenciada nesta pesquisa.

Os resultados serão apresentados e discutidos de acordo com os assuntos norteadores das entrevistas, através da formação de núcleos temáticos.

A identidade com o lugar

A vila é uma das povoações mais antigas de Minas Gerais, a história do povoado remonta o final do século XVII. Conforme destacam Bedim & Tubaldini (2006), a região foi uma das principais rotas de contrabando do ouro e, por tal motivo, os caminhos que passavam pela serra foram restritos, gerando um semi-isolamento geográfico e cultural. A população constituía-se quase que em sua totalidade por nativos, estabelecidos a quase três séculos e com um sentimento de pertencimento ao lugar. Este fato mediou a relação dos nativos para com a Serra de Ibitipoca, implicando em laços identitários.

Para a comunidade, moradores são os que nasceram e vivem no local, tem raízes e laços familiares. Para os que chegaram na vila como turistas, somente lhes é atribuído caráter de morador quando são capazes de demonstrar valor sentimental pelo lugar, permanecem por mais tempo (têm residência) e participam da vida econômica local. Percebe-se essa afirmativa quando foi perguntado à professora se todos os alunos são filhos de moradores da região.

São, aqui tem filhos de moradores e tem filhos de turistas, de turistas que moram aqui [...]. Mas a gente fica até meio confuso de falar, porque tem turista que já se considera de Ibitipoca, mora aqui há alguns anos, tem casa, residência, pousada e tudo. Então eu acho já até válido falar: 'eu sou de Ibitipoca'. (Moradora há 10 anos na vila, nascida em Lima Duarte).

A reação da comunidade

Através do modelo de Mathieson & Well *apud* Ruschmann (2001), pôde-se evidenciar e enumerar as diversas fases de reação da comunidade diante da chegada do turismo na região de Ibitipoca.

Estágios 1 e 2, euforia e apatia. A euforia é caracterizada quando as pessoas vibram com o desenvolvimento do turismo. Recebem os turistas; registram-se sentimentos de satisfação mútua. Oportunidades de emprego, negócios e lucro são abundantes e aumentam com o crescimento do número de turistas. A apatia, na medida em que a atividade cresce e se consolida, a população receptora considera a rentabilidade do setor como garantia, e o turista é considerado meio para a obtenção de lucro fácil.

Houve um impacto, porque é natural, chegar pessoas com novas idéias, com novos costumes e pegar uma população bem primitiva, mas com o tempo foram adaptando, foi o que eu acabei de dizer a você, foi dando uma melhoria até nas condições de vida do pessoal da comunidade nativa. Foi organizando, e eu vou repetir pra você, foi a salvação para Ibitipoca e região, foi o turismo. Porque hoje 90% vive em função do turismo. [...] Antes era uma pobreza absoluta, com o turismo começou a melhorar a renda do pessoal. Começou a melhorar o nível, o relacionamento com o turista. O turismo foi a salvação aqui da região. (morador, comerciante local)

Estágios 3 e 4, irritação e antagonismo. A irritação se manifesta na medida em que o turismo começa a atingir níveis de saturação ou o local já não consegue atender às exigências da demanda. O antagonismo ocorre à medida em que os moradores não disfarçam sua irritação, responsabilizam os turistas por seus males e pelos problemas da localidade. O respeito mútuo e a polidez desaparecem, o turista passa a ser hostilizado pela população receptora.

Teve uma época que teve um 'boom' de turistas aqui, aí acampavam... Era uma loucura. [...] um farofeiro mesmo, aquele que gritava '... não venho mais', não vem porque a comunidade começou a rejeitar, o hotel não aceita, o camping não aceita, o parque não aceita mais esse tipo de turista, dificulta, coloca um guarda em cima. Turismo de massa não existe mais, antes era aquele "rummm", aquela multidão. (morador, comerciante local)

Essa fase também é retratada por Bedim & Tubaldini (2006), os quais destacam que por volta do ano de 1995 o turismo chegou ao seu auge, devido grande número de visitantes, barracas por todos os lados, lixo, falta d'água, barulho. Neste contexto, segundo os autores, a AMAI se mobiliza em prol da campanha “Salve o Arraial”, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida frente aos danos causados pelo turismo. Outra reação da comunidade foi o “Movimento Fora Forasteiro”, devido à insatisfação e rejeição para com os novos moradores e turistas.

O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados ao alojamento, à alimentação, ao transporte e ao entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações (RUSCHMANN, 2001).

Estágio 5, arrependimento. O arrependimento ocorre quando a população se conscientiza de que, na ânsia de obter vantagens do turismo, não considerou as mudanças que estavam acontecendo e nem pensou em impedi-las. Conviverá com o fato de que seu ecossistema nunca será o mesmo que era antes do advento do turismo.

Ah, eu gostaria que voltasse como era antes. Como era pequenininho, as pessoas muito humildes, não tinha ambição, não tinha nada para ganhar dinheiro entendeu. As pessoas eram mais unidas, hoje ta cada um para seu lado. (moradora tradicional)

Os estágios de reação da comunidade, frente ao turismo, foram identificados nas falas dos seguintes grupos: moradores tradicionais da região, comerciantes locais, donos de pousadas e AMAI.

A Vila

✓ Antes e depois do turismo

Conforme Bedim & Tubaldini (2006), a trajetória sócio-econômica do distrito começa a se redesenhar a partir da criação do parque, “do calendário agrícola ao calendário turístico”, como descrevem os autores. Neste contexto, este item foi abordado para notar como a comunidade visualizou as mudanças nas relações sócio-ambientais e econômicas do arraial.

Quando eles descobriram a Serra aqui, a gente não falava parque, falava Serra Grande, era o nome que todo mundo usava. Aí que eles descobriram que passou a parque, aí é que a gente começou essa movimentação de servir comida e tal. (moradora tradicional)

Segundo uma proprietária de pousada, o turista foi ensinando as pessoas a trabalharem, “ninguém tinha preparo, as pessoas não tinham noção do que ia acontecer, que fossem participar desse processo de crescimento do turismo e do arraial em si, foi uma coisa completamente despreziosa” [...] “quando chegavam os finais de semana a gente sabia que ia trabalhar”.

✓ Infra-estrutura

Bartholo *et al* (2006), apontam a falta de infra-estrutura do arraial como o principal problema identificado pelos turistas de Ibitipoca.

Segundo os moradores, a infra-estrutura básica da localidade é precária. Percebe-se essa afirmativa quando lhes foi questionado sobre a infra-estrutura da vila, se está adequada para a demanda turística, citam como inadequados: as vias de acesso, o calçamento, saneamento básico, lixo, atendimento médico, segurança policial. Além de mencionar o descaso da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, com relação ao fluxo turístico nos finais de semana.

Nós temos a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, que funciona lá em Lima Duarte, funciona de 2ª a 6ª, o turismo está aqui sábado e domingo, quer dizer, não existe Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. A gente fala com o secretário, aí “mas não a prefeitura não funciona, a secretaria também não funciona”. Então o que não funciona? Nada funciona. Esse é um problema, um grande problema nosso (morador, comerciante local)

A AMAI enfatiza uma polêmica sobre as vias de acesso no arraial, citando o descontentamento da população em aceitar o calçamento das ruas com blocos de cimento (bloquetes).

Está acontecendo um calçamento aqui de Ibitipoca, extremamente polêmico até, porque a prefeitura queria colocar bloquetes. A população não queria que fossem colocados para não descaracterizar o lugar, queria que fosse pedra, paralelo, pedra da região, para manter o estilo nessa coisa rústica. Só que isso é caro. [...] Nesse sentido, a AMAI realizou uma assembléia, uma reunião para votarem. (vice-presidente da AMAI)

De acordo com Brandon (2001) consultar os moradores e solicitar suas opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas. Em uma abordagem genuinamente participativa, a comunidade é consultada e tem voz ativa na tomada de decisões.

✓ Aspectos econômicos

Tradicionalmente, turismo tem sido descrito como um fenômeno complexo, envolvendo a interação de alguns atores e múltiplas funções. Estes atores estão envolvidos em uma relação simbiótica girando entorno da idéia do turismo como um meio de promover o desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais (BÔAS *et al*, 2004).

Nota-se uma forte expectativa econômica com relação ao turismo, os moradores destacam bastante o benefício financeiro da atividade turística, principalmente porque antes o meio de vida era a agricultura de subsistência e “o que fez mudar foi o turismo,

foi através do parque que fez mudar”; “a Vila hoje é muito importante, porque eu sustento a minha família com isso”.

Apesar de mencionarem a infra-estrutura local como inadequada, colocam pontos positivos das modificações do espaço em função da atividade turística, citando como principal propulsor e responsável por esse acontecimento o PEIB. “O parque é o atrativo principal, se fechar o parque acabou o turismo aqui”, definem-no como o “pão nosso de cada dia” ou até mesmo “a galinha dos ovos de ouro”.

✓ Questões sociais e culturais

Segundo Botelho (2006), a vila assistiu a um desenvolvimento desordenado do turismo, fazendo com que a população se mantivesse desunida diante das questões ambientais e comunitárias. No entanto, como destaca a autora, hoje já se vislumbra uma maior aproximação das instituições locais junto à população do arraial, fato também observado neste estudo. Isso possibilita ao local uma maior democratização das decisões, quanto ao desenvolvimento comunitário e, principalmente com relação à conservação de seu patrimônio natural para um turismo sustentável.

A AMAI, como representante da comunidade, surge em 1993 a partir da iniciativa de organização social dos moradores, principalmente devido ao crescimento do turismo. De acordo com a vice presidente da associação, a AMAI passou um tempo desacreditada, por falta de estrutura e participação.

Deveria ter uma Assembléia geral todo mês, que é a prestação de contas, as ações que estão sendo feitas. Mas desde que tenha algum tipo de interesse, tipo se colocar lá o “Parque vai fechar” ou qualquer coisa que tenha maior destaque, aí vai todo mundo. Caso contrário não vai quase ninguém, não participam. Eu acho isso das piores coisas, porque a AMAI só funciona com a participação das pessoas. Desde a fundação dela, as pessoas não se preocuparam em manter a AMAI como uma instituição, uma associação de moradores, legalmente falando. [...] Ela estava muito desacreditada, por isso então que as pessoas não iam. (vice-presidente da AMAI)

Esse foi um dos motivos pelos quais iniciaram-se as mobilizações para regularizar a AMAI enquanto instituição e perante a Receita Federal. Para arrecadar fundos, foram realizadas festas juninas, feijoadas e alguns eventos comunitários. A partir daí, iniciou-se um trabalho de organização interna e obtenção das certidões legalizadas. No mês de novembro, data da entrevista, a instituição já se encontrava completamente regularizada e com fins de utilidade pública, podendo se envolver em diversos projetos com universidades e demais instituições.

Além de eventos sociais para mobilização da comunidade, como no caso da AMAI, demais eventos que ocorrem na vila foram citados. Como eventos culturais, destacaram as festas juninas (Fogueira de Santo Antônio), semana santa, festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, *Off Road* e Gincana.

A gincana é um evento que acontece aqui em Ibitipoca, mobiliza 100% da população, é um evento de Ibitipoca, tanto é que a gente faz durante a semana, a gente não quer chamar a atenção dos turistas, porque é daqui. Então são 3 dias de evento, é maravilhoso, é uma das festas mais bonitas, se não a mais bonita que tem em Ibitipoca, que tem a participação de todo mundo. (vice-presidente da AMAI)

No ano de 2008, o Circuito Turístico Serras do Ibitipoca, juntamente com a AMAI, promoveu o *Off Road* e arrecadou cestas básicas para população carente.

Destacam a atuação do IEF em projetos educacionais, citam palestras e oficinas sobre lixo e plantas medicinais. Além disso, reconhecem a importância de uma Educação Ambiental não somente para o PEIB, mas principalmente para o entorno.

A educação ambiental é que vai ajudar o entorno todo, vai ajudar a preservar a área, porque não adianta só preservar o parque. Tem gente que sai do parque e joga a lata no meio ambiente, então quer dizer que meio ambiente é só lá no parque? Preservação ambiental é só lá no parque? Não é! Eu acho que Educação ambiental é fundamental aí. Teria que ser mais acelerada essa parte. (morador, comerciante local)

A Escola Municipal Padre Carlos cita um projeto, direcionado aos alunos da escola, voltado às questões do lixo na vila. Complementar a esta discussão sobre o lixo, há um projeto para as aulas de artes voltado para a reciclagem.

Esse ano o pessoal do IEF fez no parque uma campanha de trabalhar 'Ibitipoca limpa' com as crianças, cada uma tinha que fazer um desenho. A gente trabalhou isso até como disciplina na aula, com a questão do lixo. Teve dias da semana que a gente saiu recolhendo o lixo na rua, depois do feriado e antes do feriado, eles observaram antes e um dia depois do feriado como que fica a sujeira, o pessoal ainda não respeita, joga o lixo na rua. Depois, o pessoal do IEF promoveu a campanha com frases dos alunos e um desenho, foi até meu aluno que ganhou o desenho, eu achei muito interessante, acho que ele imaginou um dia de feriado (professora da escola).

Outra atuação da escola, junto à equipe do PEIB, foi a realização da Blitz Ecológica no feriado do dia dois de novembro. Os alunos pararam aproximadamente quinhentos veículos, conversando com os turistas sobre regras básicas de conduta para visitas à unidades de conservação.

A professora também menciona um projeto de visita escolar ao PEIB, em que os alunos participavam de idas ao parque acompanhados de guias. Essas atividades não ocorrem atualmente, mas a escola enxerga a possibilidade de retornar com o projeto, pois observam grande interesse dos alunos em conhecer a área natural em que se consideram inseridos.

Em relação à AMAI e parcerias com o PEIB:

Agora a gente tá começando uma primeira parceria, eles cederam à AMAI uma sala, onde a gente vai poder expor artesanatos locais, enfim alguma coisa que fomente aqui o artesanato e doces caseiros. Eles cederam pra gente um espaço, dentro do Centro de Visitação. E a gente tem outros projetos em andamento junto ao parque (vice-presidente da AMAI).

Uma das alternativas de fomento do turismo na região é o Circuito Turístico Serras do Ibitipoca (CTSI), o qual engloba seis cidades, são elas: Santana do Garambeu, Santa Rita do Ibitipoca, Pedro Teixeira, Ibertioga, Lima Duarte e Bias Fortes.

Circuito turístico é definido como o “conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.” (MINAS GERAIS, 2003).

Segundo o presidente do CTSI, dentre as principais ações incluem-se cursos de capacitação para a comunidade, participação em feiras e eventos, trabalhar a realidade dos locais e potencialidades como artesanato, culinária, belezas naturais e, através disso, fomentar ações turísticas. Particularmente, no entanto, Ibitipoca mostra-se pouco participativa nestas ações, por considerarem-se “auto-suficientes” em função de possuírem o parque, “Ibitipoca é muito auto-suficiente para abraçar a idéia do circuito. [...] Ibitipoca já tem o parque. E as pessoas acham assim, que o parque vai chamar o turista e não tem erro”. Comenta esse fato por observar resistência da comunidade perante os cursos de capacitação oferecidos.

Uma dos principais focos do CTSI é a possibilidade de um “turismo incluindo pessoas”, através desse enfoque torna-se possível mostrar a importância da comunidade para o visitante, possibilitando-o participar do cotidiano local e vivenciar a realidade. Dessa forma, inserir a comunidade como atrativo e inclui-la nesse processo do turismo.

É ouvir histórias que aconteceram ali, histórias passadas de avô para pai, pai para o filho. Então você consegue visualizar melhor o que foi aquele lugar e aí sim, as histórias são fantásticas. Então é diferente do parque, o parque é só um atrativo, você vai lá olha a cachoeira linda, cai nela e volta, não encontra ninguém, as vezes não encontra ninguém nem para interagir, às vezes o lugar tá ali sem ninguém. [...] A gente tá fazendo uma forma mesmo de agregar, mostrar que as pessoas são importantes (presidente do CTSI).

Em relação à projetos educacionais, o circuito trabalha o “turismo na escola”. O presidente do CTSI comenta que isso estimula os alunos a conhecerem o seu próprio

município através de consulta à bibliotecas e conversas com as pessoas, pois muitas vezes a identidade da própria cidade ainda não foi levantada.

A gente perguntava para qualquer jovem, da idade de 14 a 18 anos ‘o que tem de atrativo na sua cidade?’ Ninguém sabia responder... Alguns de Lima Duarte citavam Ibitipoca e alguns nem sabiam que Ibitipoca existia no mapa. Então fizemos foi uma atividade extracurricular, que era eles formatarem roteiros de sua cidade. Então assim, um roteiro turístico cultural, um roteiro turístico rural, um roteiro turístico ambiental. (presidente do CTSI)

Uma parte do projeto foi realizada no ano de 2007 e a outra irá acontecer em 2008. Alguns roteiros já foram elaborados pelos alunos, estão em fase de avaliação e serão testados em campo. A parceria com o IEF ocorreu através de palestras sobre meio ambiente, da importância de se preservar a natureza em prol do turismo.

O parque e as questões ambientais

Ribeiro (2005), em pesquisa sobre conhecimento popular do gênero *Mazama*, constatou desinteresse dos moradores com relação ao PEIB, dentre uma amostragem em cinco vilarejos no entorno, incluindo Conceição do Ibitipoca, com o total de cento e um moradores entrevistados. O motivo apresentado pela pesquisadora foi o de estarem acostumados com o ambiente. O que mais lhe chamou atenção foi o fato de seus entrevistados não verem importância na unidade de conservação, para a maioria o parque interessa apenas aos turistas, nenhum morador citou a preservação da biodiversidade.

A autora conclui que esse fato ocorre, principalmente, devido à maneira como as áreas protegidas foram consolidadas, com seja, sem a participação das comunidades. A inclusão de populações tradicionais e o conhecimento destas sobre a região podem ser peças-chave em programas de conservação, conforme finaliza.

Os dados do presente trabalho são complementares aos de Ribeiro (2005), pois conseguiram, dentre os seis grupos investigados, observar que alguns moradores já percebem uma preocupação ambiental local “as pessoas estão mais conscientizadas, antes não tinha conhecimento de nada sobre meio ambiente. Hoje as pessoas já estão tomando consciência de tudo”. Estimam as belezas naturais, reconhecem o valor ambiental, também percebem em alguns turistas a preocupação com a proteção ambiental dos recursos naturais, principalmente em relação à limitação do número de visitantes.

Quando foi questionado se o turista se preocupa com o entorno, com a vila, os moradores enfatizam que “O arraial eu não digo, porque eu acho que o forte aqui é mesmo o parque. Ninguém vem aqui para ver a gente não, o negócio é o parque mesmo”, “Nada desvia o turista, ele vem, sai de São Paulo para conhecer o Parque de Ibitipoca”. Eles percebem uma grande expectativa e valorização do parque pelos turistas, sendo este o atrativo principal local. Estes dados corroboram com a pesquisa de Ribeiro (2005).

Lindberg *et al* (2001) enfatizam que o ecoturismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, uma vez que estas poderiam acabar sofrendo muita pressão. Promover o ecoturismo em áreas naturais que não possuem nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido a pressões externas. Dentre algumas alternativas ao turismo de entorno, os moradores da vila citaram o bom trabalho dos guias em direcionar o visitante para cachoeiras do entorno, com objetivo de aliviar a pressão turística dentro do parque. Como grande promissor destacam a Fazenda do Engenho, pelas belezas naturais, próprias do local, e pelos roteiros turísticos e infra-

estrutura sendo construídos para receber o turista que desejar conhecer o entorno do parque. A RPPN Serra do Ibitipoca¹⁴ também foi citada como turismo de entorno.

Os moradores mostram preocupações com o manejo do PEIB, principalmente com a questão do fogo. Mas também, não deixam de expressar a questão fortemente econômica.

O parque é muito bem preservado, é limpo, muito limpo, eles fizeram um trabalho muito bom com o entorno, já não pega fogo a alguns anos, há mais de 15 anos que não pega fogo, que não deixa queimar. Eu acho muito importante para todos nós o parque. É a galinha dos ovos de ouro. (morador)

As considerações de Ribeiro (2005) sobre participação social já emergem na comunidade. O PEIB possui um conselho consultivo (participação social prevista na lei nº 9985/2000). Com base neste princípio, o processo de construção do Plano de Manejo do parque buscou formas para conciliar os diferentes interesses das populações, instituições e organizações da comunidade e do entorno, com objetivos de conservação¹⁵. No entanto, para investigar a real efetividade do conselho, além do grau de envolvimento e participação da população neste processo ainda são necessários estudos.

Sobre a capacitação do conselho consultivo algumas iniciativas foram realizadas no mês de setembro de 2007, nesta ocasião o conselho consultivo do parque participou de uma oficina, a qual faz parte do projeto Construção Participativa do Corredor Ecológico da Mantiqueira. Como produto da oficina, os conselheiros elaboraram um plano de trabalho, ferramenta para efetivar a participação do conselho na eficiência da gestão da unidade de conservação, segundo dados do Boletim eletrônico informativo do Parque Estadual do Ibitipoca – IEF (2007).

¹⁴ RPPN reconhecida pelo IEF/MG, área total: 4,67ha. (ALIANÇA..., 2004).

¹⁵ Observação participante na reunião com a comunidade, conduzida pela equipe responsável pelo Plano de Manejo do PEIB – março/2006, veja foto em anexo.

Durante as entrevistas surgiram comentários sobre turismo sustentável e as possibilidades dele para a vila. Percebeu-se uma expectativa e necessidade de inclusão do caráter sustentável, no sentido de manutenção do turismo e da conservação ambiental, representados na figura da vila e do parque.

É preciso que se tenha um mecanismo para que seja um turismo sustentável, que mantenha o parque e o entorno e toda região. Porque, na verdade, eu acho que aqui, no futuro, vai ser um núcleo regional. Vai ser um ponto de referência para o turismo, para a Zona da Mata. Porque não tem outro produto, não tem outro parque com 17, 18 grutas, com muitas cachoeiras reunidas, isso não se cria, não é igual bolo que vai bater e coloca no forno. (morador tradicional, comerciante local)

Para melhor visualização da realidade local, optou-se por apresentar um quadro-resumo (quadro 2.1) dos principais aspectos: sociais e culturais, econômicos, políticos e espaciais, ecológicos e ambientais e, a partir da análise das entrevistas, inserir os elementos da comunidade dentro de cada um.

Observa-se que, embora os aspectos econômicos e os ambientais se sobressaem tanto relacionados à vila quanto ao PEIB, considerando-se que o turismo sustentável inclui todos os aspectos citados, todos os elementos da comunidade deveriam perpassar dentre todos os aspectos.

Quadro 2.1.: Elementos da comunidade dentre os aspectos do turismo sustentável

Aspectos sociais e culturais	Aspectos econômicos
AMAI Festas comunitárias Educação Ambiental Circuito turístico A escola Conselho Consultivo	O PEIB A vila O turismo de massa Comércio e pousadas Fazenda do Engenho
Aspectos políticos e espaciais	Aspectos ambientais/ecológicos
Identidade com o lugar Infra-estrutura Secretaria de Turismo Circuito turístico Conselho Consultivo	O PEIB A vila IEF Fazenda do Engenho RPPN Educação Ambiental

Fonte: pesquisa de campo da autora

Perante os dados levantados e discutidos nesta pesquisa, cumpre reforçar o que afirmam Soares *et al* (2002). Os autores esclarecem que cada realidade local tem suas peculiaridades, sendo fundamental considerar as diferenças antes de adotar como modelo uma experiência desenvolvida em determinada área de entorno. É necessário avaliar os princípios, adaptar estratégias e métodos, sem reproduzir ou, simplesmente transferir o que foi executado no entorno de uma unidade de conservação.

Conclusão

Dentre os pontos investigados sobre o arraial, pôde-se listar as principais preocupações e percepções da população local.

- ✓ Criticam infra-estrutura da vila;
- ✓ Associam a vila ao turismo e ao ganho econômico;
- ✓ Acreditam que o turista está preocupado apenas com a visita ao parque;
- ✓ São a favor de projetos de educação ambiental para o parque e para o entorno. Citam a atuação do IEF através de palestras e cursos para a comunidade e escola;
- ✓ Percebem as mudanças sócio-ambientais e econômicas na vila, devido à da vinda do turista a partir da criação do PEIB;
- ✓ Reconhecem a importância ecológica do parque, mas também o associam ao valor econômico agregado ao movimento turístico;
- ✓ Sobre a limitação no número de visitantes no PEIB, consideram medida para cuidar e proteger o ambiente do parque;
- ✓ Visualizam potencialidades do turismo no entorno;
- ✓ A AMAI e o CTSI mostram-se como possibilidade participativa local;
- ✓ Reconhecem a região como futuro pólo turístico da Zona da Mata Mineira.

Percebe-se que a vila encontra-se em um momento de mudanças, apesar de lentas, porém gradativas e com intuito de perseguir os ideais sustentáveis. Os moradores (incluem-se aqui todos os segmentos sociais entrevistados) percebem a necessidade de um planejamento que ordene suas ações, não comprometa o meio ambiente, principalmente representado na figura do parque, e com isso, garanta a conservação ambiental, social e econômica.

Para organizar e desenvolver o turismo faz-se necessário envolver a comunidade no processo de planejamento. A participação parece ser um dos caminhos para maximizar os benefícios do turismo e mitigar problemas que dele decorrerem.

A contribuição no conhecimento da produção social da comunidade da Vila de Conceição de Ibitipoca, em função da qualidade ambiental, ajuda na busca da compreensão, da avaliação e da constituição de valores sociais, culturais, espaciais, políticos, econômicos e ambientais por setores comunitários. O Parque Estadual de Ibitipoca, como exemplo de um bem coletivo natural que “oportuniza a poupança da distribuição de recursos e produz serviços ambientais entre as gerações”, principalmente em função do turismo, não revelou uma possível relação de conflito enquanto objeto de conservação ou exploração.

Neste sentido, torna-se necessário averiguar algumas idéias e ações de manejo, que permeiam as discussões sobre uso público e conservação, principalmente em parques naturais abertos à visitação.

Referências Bibliográficas

ALIANÇA PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA, Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica. **RPPN da Mata Atlântica: um olhar sobre as reservas particulares dos corredores de biodiversidade Central e da Serra do Mar.** Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2004.

ANTUNES, R. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. *In: RUSCHMANN, D. & SOLHA, K. T. Planejamento turístico*. São Paulo: Manole, 2006.

BARTHOLO, R.; CAMPOS, A.; LIMA, R. P. **A percepção dos turistas quanto a sustentabilidade do Arraial de Conceição de Ibitipoca, MG**. *In: II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social*. Rio de Janeiro, 2006.

BEDIM, B. P. & TUBALDINI, M. A. S. **As configurações sociais engendradas pelo turismo em Conceição de Ibitipoca, MG: “novas” relações e estratégias de distinção social no espaço rural**. *In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Quito, Equador. 2006.

BÔAS, R. V.; DAVIDE, A. C.; ANDRADE, C. M. R. **Visitors of Parque Florestal Quedas do Rio Bonito, Lavras (MG), Brazil: a management planning based on profile, perceptions, needs and motivations**. *In: The Second International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas*. Finland, 2004.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. *In: LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (editores) Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3ªed. São Paulo: Senac, 2001.

IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. **Boletim eletrônico informativo do Parque Estadual do Ibitipoca**, nº 2, 2007

OMT – Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. *In: DIEGUES, A. C. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Hucitec, 2000.

ELOISE, B. **Considerações sobre o turismo, comunidade e educação ambiental: o caso de Ibitipoca**. *In: Caderno Virtual de turismo*, v.6, n.3, 2006.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. *In: Caderno Virtual de turismo*, v.5, n.4, 2005.

LINDBERG, K. & HAWKINS, D. E. (editores) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3ª ed. São Paulo: Senac, 2001.

LOUREIRO, C. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.) **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE/IBAMA, 2003.

MINAS GERAIS – Governo do Estado. **Decreto nº 43321 que dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências.** 08 de maio de 2003.

RIBEIRO, G. C. **Conhecimento popular sobre o gênero *Mazama* da comunidade local do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

RODRIGUES, C. G. O. **O turismo e a reconstrução do espaço rural: o caso do Arraial de Conceição do Ibitipoca (MG).** Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2001.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

OMT: Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SOARES, M. C. C.; BENSUSAN, N.; FERREIRA NETO, P. S. **Entorno de unidades de conservação, estudo de experiências com unidades de conservação de proteção integral.** Rio de Janeiro: Funbio, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

CAPÍTULO 3

USO PÚBLICO E CONSERVAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PARQUE E DIAGNÓSTICO DO MANEJO

RESUMO

A conservação, considerada como todo tipo de manejo da natureza, inclui desde a proteção integral até a utilização sustentável e a restauração de ecossistemas, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Portanto, deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso público e o contato do cidadão com a natureza. Uma série de propostas metodológicas de manejo têm surgido como estratégias tanto para a conservação da biodiversidade, quanto para a visitação com responsabilidades. A efetividade de conservação de áreas naturais protegidas, deve-se ao estabelecimento de diretrizes e ações eficazes no monitoramento de atividades turísticas, principalmente com relação aos impactos dos visitantes. Neste sentido, o objetivo central deste capítulo foi diagnosticar a atual situação do Parque Estadual do Ibitipoca, principalmente quanto ao manejo da biodiversidade e ao manejo da visitação, apontado algumas diretrizes para o monitoramento de impactos e para a educação ambiental. Neste sentido, foram utilizadas duas abordagens metodológicas, uma qualitativa e a outra quantitativa, através de entrevista com o gestor e aplicação de questionários com os turistas, respectivamente. Dentre os objetivos secundários estavam: verificar como ocorre o monitoramento das atividades turísticas no parque, investigar a principal medida estratégica de conservação, averiguar propostas de educação ambiental, obter uma avaliação do parque segundo a opinião dos visitantes, além de apontar alternativas e métodos como norteadores para o manejo. Os resultados mostraram a situação atual e as dificuldades quanto ao manejo da visitação. A ausência do plano de manejo, ainda em fase de avaliação, pareceu ser o maior entrave entre as estratégias de conservar os recursos naturais locais e possibilitar o uso público, através de práticas turísticas sustentáveis.

Palavras-chave: uso público, conservação, manejo, Ibitipoca

Introdução

Para a Funatura (1989), conservação da natureza pode ser entendida como a utilização sustentável dos recursos naturais objetivando a produção contínua e o rendimento ótimo, condicionados à preservação da diversidade biológica. No entanto, segundo Ruschmann (2002), a conservação de recursos naturais deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso público e contato do cidadão com a natureza. Entretanto, a autora ressalta que o direito de uso não concede ao turista a prerrogativa de agredir, devastar e destruir os locais que visitam, colocando em risco a beleza paisagística, a fauna e a flora.

Discussões sobre uso público x conservação e uso público e conservação têm gerado uma série de propostas metodológicas de manejo, alternativas à conservação da biodiversidade e à visitação com responsabilidades.

Unidades de conservação, abertas à visitação (categoria Parques), devem estar atentas em cumprir o objetivo principal de proteção e manutenção da biodiversidade local, de modo a possibilitar, concomitantemente, atividades turísticas de mínimo impacto nas áreas naturais. Para tanto, o gestor da unidade deve optar por um planejamento e monitoramento contínuo, através do manejo da área e das atividades turísticas e educativas que se estabelecem no local. Fennell (2002) apresenta as abordagens de para uma gestão aberta, as quais visam uma regulamentação direta do comportamento do usuário, assumindo diversas formas, tais como: o zoneamento espacial e/ou temporal de uso, as restrições à intensidade de uso e as restrições das atividades, reforço da regulamentação para os usuários.

Porém, algumas alternativas de manejo e gestão parecem ainda não ser o suficiente para eliminar os conflitos de uso e conservação, os passos para minimizar tais

conflitos tendem à utilização de várias ferramentas propostas em conjunto. É importante destacar também que cada unidade de conservação possui limites e possibilidades, de acordo com suas peculiaridades locais.

O objetivo deste capítulo é diagnosticar a atual situação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), principalmente quanto ao manejo da biodiversidade e ao manejo da visitação, apontando algumas diretrizes para o monitoramento de impactos e para a educação ambiental.

Objetivos específicos:

- ✓ Verificar como ocorre o monitoramento das atividades turísticas no parque;
- ✓ Investigar qual a principal medida estratégica de conservação do PEIB;
- ✓ Averiguar propostas de educação ambiental;
- ✓ Obter uma avaliação do parque segundo a opinião dos visitantes;
- ✓ Apontar alternativas e métodos como norteadores para o manejo do PEIB, com finalidade de conservar os recursos naturais e possibilitar o uso público, através de práticas turísticas sustentáveis.

Revisão da literatura

Segundo Primack & Rodrigues (2001), muitos recursos naturais tais como ar puro, água limpa, qualidade do solo, espécies raras e, até mesmo paisagens são considerados “recursos de propriedade comum”. Demonstrar o valor da biodiversidade e dos recursos naturais é assunto complexo, pois este valor é determinado por uma variedade de fatores econômicos e éticos.

Segundo os mesmos autores, a recreação e turismo são conhecidos como valores indiretos. Estes valores podem ser destinados a aspectos da biodiversidade, tais como processos ambientais e serviços proporcionados por ecossistemas, que propiciam

benefícios econômicos sem terem que ser colhidos ou destruídos durante o uso. O valor das atividades de lazer (caminhadas, fotografias, observação de pássaros, etc) algumas vezes é denominado valor de amenidade, especialmente se considera a sustentabilidade destas atividades.

No entanto, deve-se considerar os impactos negativos do ecoturismo sobre a biodiversidade, ao passo que a visitação, em alguns momentos, poderá não corresponder com os princípios de não destruição dos recursos, gerando conflitos com o objetivo da unidade de conservação.

Apresentar soluções de conflitos¹⁶ devido ao impasse uso público x conservação é o primeiro passo para uma gestão preocupada com a proteção da biodiversidade e comprometida em oferecer qualidade de visitação. Neste sentido, as unidades de conservação necessitam estabelecer critérios para amenizar conflitos e impactos do uso público, principalmente através de práticas turísticas sustentáveis.

A visitação em áreas naturais, como qualquer outra atuação humana na natureza, comporta alguns efeitos que são intrínsecos ao desenvolvimento da atividade. Como o impacto nulo é praticamente impossível de ser alcançado, o que se deve buscar é a minimização dos impactos negativos da visitação e a maximização da qualidade da experiência do visitante. Para tanto, faz-se necessária não só a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto como também o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais (MMA, 2004).

Mesquita (2002) apresenta o que alguns autores mencionam sobre manejo e sobre efetividade de manejo. O manejo de uma área protegida é definido por Cifuentes como “o conjunto de ações que resultam em um melhor aproveitamento e permanência de uma área protegida, permitindo que os objetivos para os quais foi estabelecida se cumpram”. Já a efetividade de manejo, conforme menciona Izurieta, é “o conjunto de

¹⁶ No presente estudo, considera-se a existência de conflito entre turismo e conservação, particularmente quando a atividade implica prejuízo, impactos negativos, à área natural. Nesse caso, os interesses entre turismo e conservação são prejudiciais. Isso indica a ausência de um correto planejamento, manejo e monitoramento adequados, a fim do que visitação e conservação possam coexistir.

características, ações, atitudes, capacidades e competências particulares que permitam a uma área protegida cumprir satisfatoriamente a função e os objetivos para os quais foi criada”.

Segundo Pavese *et al* (2007), o V Congresso Mundial de Unidades de Conservação, realizado em 2003, contou com um fórum para discussões sobre a efetividade de manejo das unidades de conservação. No ano seguinte, durante o encontro da Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (CBD COP - 7), adotou-se um Programa de Trabalho em Unidades de Conservação (PWPA). O objetivo do PWPA é estabelecer e manter “sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas abrangentes, manejados de forma eficaz e ecologicamente representativos”, inclui o compromisso de avaliar a efetividade de manejo das UC, atingindo a meta até 2010. A maior porcentagem de áreas avaliadas está entre as categorias de proteção integral, com 80,5%. No Brasil já foram avaliadas 273 unidades de conservação, através da aplicação de sete diferentes metodologias (RAPPAM, *Brazil 1999*, *Tracking Tool*, *Parks Profiles*, *PIP Site Consolidation*, Padovan 2002 e *Scenery matrix*). Quanto ao número de UC avaliadas por região e categoria, a região sudeste destaca-se na categoria parque estadual, como a mais avaliada até o momento.

O Parque Estadual do Ibitipoca, segundo Lima *et al* (2005), foi um dentre os avaliados na categoria proteção integral e localizados no Estado de Minas Gerais, utilizando-se a metodologia *Scenery matrix*. Os parâmetros para avaliação da efetividade de manejo foram demarcação, desapropriação, infra-estrutura, recursos humanos, recursos financeiros, parcerias, plano de manejo, relação com o entorno, programas de proteção e fiscalização, controle de incêndios e pesquisa. Dentre os critérios de análise, o parque obteve uma pontuação que o colocou na classificação “efetividade medianamente satisfatória”. Dos vinte e seis parques avaliados, o único que

recebeu “efetividade satisfatória” foi o Parque Estadual do Rio Doce (anexo, página 149).

As principais ameaças encontradas à garantia de proteção da biodiversidade, dentre todas as UC brasileiras já avaliadas, Pavese *et al* (2007) destacam:

- ✓ Atividades comerciais em conflito com o propósito da unidade; uso comercial de recursos naturais na área; utilização da terra no entorno;
- ✓ Isolamento;
- ✓ Presença humana não-autorizada; presença humana próxima e dentro da unidade de conservação; falta de regularização fundiária da unidade de conservação; ocupação irregular; invasão;
- ✓ Desmatamento; queimadas; extração ilegal de recursos naturais; superexploração de recursos naturais; caça e pesca ilegais; alteração interna; falta de plano de manejo e implementação;
- ✓ Estradas; expansão urbana; desenvolvimento urbano;
- ✓ Falta de apoio comunitário e político; falta de recursos humanos e financeiros.

Diante deste quadro, percebe-se a relevante preocupação em se criar estratégias na investigativa da eficácia das UC, se estas áreas são realmente capazes de manter e proteger a biodiversidade *in situ*, motivo pelo qual foram idealizadas e criadas.

Neste momento, cumpre ressaltar o importante papel do Plano de Manejo, definido por BRASIL (2000) como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos¹⁷ gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

¹⁷ BRASIL, 2000 – Artigo 4 - lei n°. 9.985/00.

Trata-se de um elemento básico para o direcionamento da administração, portanto obrigatório para uma gestão comprometida com a conservação.

Percebe-se que, para o manejo adequado da unidade, é imprescindível o estabelecimento de normas que irão ditar o tipo e formas de uso, bem como o manejo adequado dos recursos naturais. Uma vez inseridos nos parques, os visitantes precisam estar atentos aos cumprimentos destas regras, em função da proteção da biodiversidade local. Neste sentido, Cifuentes (1992) destaca que, quando nos referimos à visitação em UC, deve-se utilizar o termo “visitante” e não “turista”, a fim de estabelecer uma distinção. Isso permite que, os administradores das UC considerem como aceitáveis apenas as atividades condizentes com os objetivos da área. O visitante de uma unidade de conservação deve compreender, desde o início, que está sujeito a condições, regras e parâmetros.

O objetivo de se estabelecer um zoneamento para a unidade de conservação seria de organizar espacialmente a área em parcelas, pois cada local demanda distintos graus de proteção e intervenção, devido à visitação e/ou necessidade de restrição de uso para a preservação de determinadas espécies, por exemplo.

Zoneamento é a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (SNUC, 2000).

Lechner (2006) apresenta os diversos tipos de zonas que uma UC pode estabelecer em sua área limite, indicando os tipos adequados de trilhas (tabela 3.1).

Com o aumento do fluxo de turistas, as atividades desenvolvidas em áreas protegidas requerem planejamento e estudo para o manejo dos visitantes. Além disso, é essencial a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do ecoturismo, bem como a definição de limites de uso. Todas estas informações devem estar presentes em um plano de manejo, fundamental para o correto gerenciamento das atividades inerentes à unidade de conservação (FONTOURA & SIMIQUELI, 2006).

Tabela 3.1.: Zoneamento típico das áreas protegidas brasileiras

ZONA	OBJETIVOS	USOS PERMITIDOS	TIPOS DE TRILHAS RECOMENDADAS
Intangível	Preservação estrita dos recursos naturais e dos processos ecológicos	Pesquisa científica	Trilhas primitivas para fiscalização e acesso de pesquisadores
Primitiva	Preservação dos recursos naturais e dos processos ecológicos	Pesquisa científica; recreação limitada	Trilhas primitivas para fiscalização e acesso de pesquisadores
Uso Extensivo	Preservação dos recursos naturais e dos processos ecológicos	Pesquisa científica, recreação limitada, educação ambiental	Trilhas primitivas para fiscalização e acesso, caminhadas leves e de aventura, escalada interpretação, acesso a áreas de camping
Uso Intensivo	Preservação dos recursos naturais e dos processos ecológicos, recreação, educação ambiental e turismo baseado na natureza	Recreação baseada na natureza, educação ambiental, caminhada, escalada, camping etc.	De trilhas naturais até aquelas mais estruturadas, em áreas de uso intensivo, incluindo trilhas com superfícies pavimentadas, iluminação etc.
Histórico; Cultural	Preservar áreas de importância cultural e histórica reconhecida	Turismo cultural ou baseado na natureza: pesquisa científica	De trilhas naturais até aquelas mais estruturadas, em áreas de uso intensivo, incluindo trilhas com superfícies pavimentadas, corrimãos, iluminação etc., conforme se faça necessário para proteger os recursos
Recuperação	Minimizar impactos e possibilitar a recuperação de locais degradados	Pesquisa científica, recreação limitada e educação ambiental	Trilhas naturais com atenção especial à minimização de impactos adicionais
Uso Especial	Minimizar impactos da implementação sobre o ambiente natural e cultural	Administração e instalações para atendimento aos visitantes	De trilhas naturais às mais estruturadas em áreas de grande uso, incluindo trilhas pavimentadas, corrimãos, iluminação etc., conforme se faça necessário para proteger os recursos
Uso Experimental	Uso para pesquisa científica que possa envolver alterações ambientais	Pesquisa	Trilhas de baixo impacto e acesso a atividades de pesquisa

Fonte: Lechner (2006)

Além do correto zoneamento e definição das classes e tipos de uso público possíveis na área, deve-se considerar, por conseguinte, os impactos provenientes da interação visitante-área natural protegida. Para tanto, devem ser estabelecidos padrões e critérios de avaliação das causas e magnitudes desse impacto.

Uma das alternativas apresentadas na literatura são os indicadores, capazes de apontar os impactos e suas possíveis causas. Portanto, devem ser eficientes e facilmente interpretados pelos tomadores de decisões em questões ambientais, como os gestores de unidades de conservação. Alguns exemplos de indicadores potenciais são apresentados por Mitraud (2003), tabela 3.2. A tabela orienta ações de manejo, expondo as variáveis comumente utilizadas para cada indicador, seja ele social, físico e biológico. Aliados a estes indicadores estão os indicadores ecológicos, que segundo Dale & Beyeler (2001):

são descritores eficientes, usados para avaliar a estado do ambiente e monitorar tendências dessa condição ao longo do tempo. Por definição, devem ser capazes de acusar qualquer sinal de mudança no ambiente e, se possível, serem utilizados para detectar a causa do problema (DALE & BEYELER, 2001).

Percebe-se que os indicadores ecológicos partem da perspectiva de avaliação e monitoramento, indicando a escala temporal. Neste sentido, a investigativa ecológica não apenas compromete-se com levantamentos dos impactos físicos e biológicos da área, mas possibilita também o entendimento das relações que os seres vivos estabelecem no ambiente natural, capazes de indicar estratégias efetivas de manejo e minimização de impactos negativos que afetam ecossistemas e processos.

Barros (2003) distingue dois tipos de impacto, o ecológico e o recreativo. O primeiro é utilizado para identificar qualquer alteração biofísica indesejada, presente nos recursos naturais e causada por fatores relacionados à visitação, o segundo para identificar os distúrbios causados pelo uso público na qualidade da experiência do visitante.

Leung & Marion (2000) apresentam uma terminologia que se refere ao estudo científico dos impactos provenientes da visitação, a ecologia da recreação, a qual busca conhecimento e informações sobre os impactos ecológicos e recreativos. A ecologia da recreação é, portanto, definida como um estudo das inter-relações entre pessoas e o ambiente em um contexto de turismo e recreação, tornando-se assim um conjunto de dados essenciais para o manejo, profissional e técnico, dos recursos naturais e das experiências proporcionadas pela visitação.

Tabela 3.2.: Indicadores sociais, físicos e biológicos

Variáveis Comumente Utilizadas como Indicadores		
Sociais	Físicos	Biológicos
<ul style="list-style-type: none"> - Número de encontros com outros indivíduos por dia - Número de encontros por tipo de transporte - Número de encontros por tipo de atividade realizada - Número de encontros por tamanho de grupo - Número de encontros com outros grupos por dia - Percepção do visitante quanto à “multidão” - Números de encontro por local de encontro - Número de reclamações feitas por visitantes - Percepção do visitante quanto a impacto ambiental - Quantidade de lixo no local - Satisfação do visitante - Relatos de visitantes quanto à comportamento indesejável de outros visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Compactação do solo pH do solo - Quantidade de húmus no solo - Área de solo desnudado - Área total de camping - Tamanho dos restos de fogueira - Erosão visível - Drenagem do solo - Química do solo - Profundidade do húmus no solo - Número de locais de fogueira - Número de trilhas paralelas ou duplicadas (ou picadas) - Fauna e microfauna do solo 	<ul style="list-style-type: none"> - Porcentagem de perda de cobertura do solo - Densidade de cobertura do solo - Diversidade de espécies de plantas - Composição de espécies de plantas - Proporção de espécies exóticas de plantas (comparado com as nativas) - Altura das plantas - Vigor de espécies de plantas selecionadas - Extensão da vegetação doente - Extensão de árvores com cicatrizes ou mutiladas - Número de mudas novas e árvores jovens - Raízes expostas - Abundância de espécies de vida silvestre selecionadas - Frequência de avistamento de fauna

Fonte: adaptado de Mitraud (2003)

Existem algumas estratégias e táticas simples que podem ser adotadas pelo gestor da UC, Leung & Marion (2000) citam oito: reduzir o uso de toda área, reduzir o uso de áreas problemáticas, modificar o local de utilização dentro de áreas

problemáticas, modificar o calendário de uso, modificar o tipo de uso e o comportamento do visitante, modificar as expectativas do visitante (informa-los sobre o uso adequado e sobre as condições que vão encontrar), aumentar a resistência do recurso, manter ou reabilitar o recurso, reabilitar locais impactados.

A seleção de indicadores e determinação de critérios de manejo muitas vezes ocorre por observações de campo, não estruturadas e descontínuas, isso leva à imprecisão dos dados e decisões por juízo de valor, observações e opiniões pessoais. Por outro lado, com um planejamento adequado e capacitação do quadro de funcionários, a unidade pode adotar metodologias que visem diluir esse conflito, sendo capazes de encontrar soluções objetivas, a curto, médio e/ou longo prazos, para contornar o problema do impacto negativo do visitante na área natural protegida.

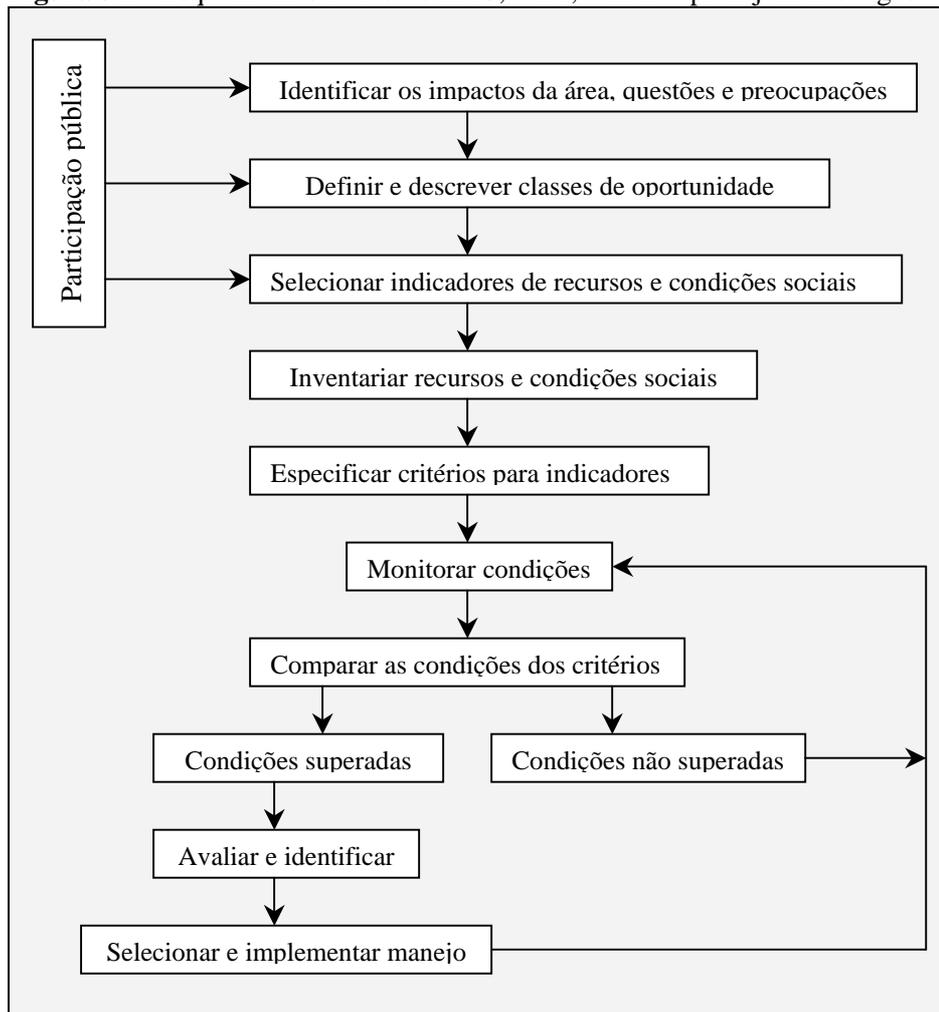
Algumas metodologias são propostas na literatura para auxiliarem o manejo dos recursos naturais juntamente com a visitação. Dentre os pontos positivos destas metodologias, Eagle *et al* (2002) destaca serem capazes de avaliar e/ou minimizar impactos dos visitantes; consideram múltiplas causas subjacentes dos impactos; facilitam a seleção de uma variedade de ações de manejo, geram decisões defensivas; separam informações técnicas de avaliações pessoais; incentivam o envolvimento público. No entanto, necessitam de capacitação e investimentos.

Dentre estas metodologias estão ROS (*Recreation Opportunities Spectrum*), LAC (*Limits of Acceptable Changes*), VIM (*Visitor Impact Management*) e VERP (*Visitor Experience and Resource Protection*). Segundo Seabra (2005), o ROS objetiva determinar a capacidade de carga da área, monitorar os impactos da visitação e, principalmente, determinar as condições de uso para cada classe de oportunidade (zona). Tanto a metodologia LAC, quanto VIM e VERP apresentam passos básicos em comum (figura 3.1), requisitos gerais ao planejamento da área natural. Particularmente o

LAC trabalha com os limites aceitáveis dos impactos, o VIM preocupa-se em comparar limites com as condições da área, identificando as causas destes impactos.

Conforme Takahashi (2001), o VERP é baseado em elementos e técnicas do LAC e do VIM, em que a principal premissa do processo é manejar o uso de visitantes continuamente, da mesma forma que maneja os recursos.

Figura 3.1.: Esquema ilustrativo do LAC, VIM, VERP – planejamento e gestão



Fonte: Traduzido e adaptado de Farrel & Marion (2002)

Proposta por Seabra (2005), a metodologia Monitoramento Participativo do Turismo Desejável – MPTD incorpora o LAC e o VIM e contempla com as dimensões sociais, econômicas e culturais da sustentabilidade, abrange ainda a preocupação com a inserção da comunidade no planejamento. Isto mostra a necessidade da UC de incluir a

população do entorno, criando possibilidades para o monitoramento comunitário do turismo desejável, de modo a sugerir instrumentos de monitoramento das variáveis físicas e sociais e um Plano de Ação Comunitário.

Como um dos objetivos das unidades de conservação é promover a educação e interpretação ambiental (lei nº 9985/00, artigo 4), as práticas de manejo da visitação visando a conservação da biodiversidade devem incluir, em seu planejamento, atividades educativas e interpretativas, tanto em centro de visitantes, como por meio de atividades lúdicas, interativas, coletivas e dinâmicas capazes de sensibilizar o visitante, diante da importância de uma área protegida. Uma das alternativas é implantar um sistema de trilhas interpretativas.

Trilhas interpretativas são importantes instrumentos de educação ambiental em unidades de conservação. Bem planejadas, contribuem para a melhoria da percepção de visitantes acerca do ambiente natural e para a valorização e sensibilização de comunidades locais, além de servir como ferramenta eficiente no manejo da visitação. De modo geral, os gestores de Unidades de Conservação vêm aproveitando traçados de trilhas já existentes e, através de diferentes estratégias de comunicação, buscam somente enfatizar e relacionar o objeto “ecossistema” com conteúdos dirigidos pelo guia. (COSTA & MELO, 2005).

Assim, diante de todas as questões apresentadas, o planejamento e o monitoramento da visitação devem ser capazes de ordenar as ações humanas dentro da unidade de conservação. Nesse sentido, é fundamental salientar a importância de um plano de manejo para explicitar os objetivos da unidade, bem como indicar os tipos de atividades permitidas em cada zona. Desse modo, a aplicação das diversas técnicas surge como ferramenta de gestão e manejo. Portanto, devem objetivar e garantir a conservação da natureza, a manutenção da integridade física e biológica do ecossistema, concomitantemente com atividades recreativas.

Metodologia

Um bom instrumento de coleta de informações deve responder às perguntas da avaliação, mostrando como satisfatório na obtenção dos resultados. Neste sentido, a metodologia seguiu duas etapas complementares: uma quantitativa, por meio de questionário de “avaliação do parque pelo visitante” e a outra qualitativa, através de entrevista com o gestor do PEIB.

O questionário utilizado foi sugerido por Pires (2004), figura 3.2. A única modificação foi o acréscimo de um espaço para observações e sugestões. Conforme Raupp & Reichle (2003), o objetivo do questionário é coletar certo tipo de informação ou de opiniões que possam ser utilizadas para avaliar uma ocorrência ou um fenômeno. Neste caso, a avaliação das condições turísticas e ambientais do PEIB.

Figura 3.2.: Questionário aplicado para avaliar o PEIB

Avaliação do Parque					Observações/ Sugestões
ASPECTO	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	
1. Paisagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2. Conservação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3. Atendimento ao visitante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4. Atividades recreativas e/ou esportivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5. Infra-estrutura para atividades turísticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
6. Infra-estrutura para atividades ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7. Vias de acesso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
8. Sinalização de vias de acesso e do parque	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
9. Recursos educacionais e/ou culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
10. Esclarecimento de normas e procedimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
11. Limpeza e higiene	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
12. Segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
13. Fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
14. Divulgação do parque	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

* Essa pesquisa faz parte de um estudo de mestrado em Ecologia. A sua resposta é muito importante!!! Ao final de sua visita ao Parque Estadual do Ibitipoca, devolva preenchido no Centro de Visitantes. Obrigada!

Fonte: Modificado de Pires (2004)

A pesquisa de campo ocorreu nos dias 25 e 26 do mês de agosto de 2007 no Centro de Visitantes (CV) do parque, onde os questionários foram entregues aos visitantes antes de iniciarem a visita. Foi solicitado que o questionário fosse preenchido e entregue no CV, após a visita. A seleção da pessoa a responder o formulário seguiu o critério de uma por grupo. Observou-se que no domingo, dia 26, alguns grupos

retornaram ao parque, diante desta situação os mesmos não foram abordados novamente.

Foi entregue um total aproximado de 100 questionários, no entanto obteve-se o retorno de apenas 42 deles. Pode-se justificar esse fato devido ao esquecimento de alguns em devolver ou por terem encontrado o CV fechado após o retorno de sua visita, ou mesmo pelo não interesse em responder, ou ainda pela baixa frequência de visitação ao Centro de Visitantes no dia da pesquisa. Contudo, isso não comprometeu a qualidade das informações adquiridas, pois estas corroboraram com as observações de campo.

Posteriormente a esta etapa, os dados foram compilados e inseridos em planilhas do excel, para cálculo de suas frequências. A análise dos resultados foi feita por meio de fórmulas capazes de indicar médias e enquadrar em categorias.

Também foi elaborada uma entrevista, direcionada ao gestor da unidade, com a finalidade de auxiliar e complementar os dados quantitativos obtidos na pesquisa de avaliação do parque e, principalmente, construir dados qualitativos capazes de caracterizar a conservação e uso público no PEIB.

Previamente, foi elaborado um roteiro, capaz de orientar a investigativa de temas relevantes para a pesquisa. Neste caso, a principal função do roteiro foi auxiliar o pesquisador na condução da entrevista para o objetivo pretendido. Além de auxiliar na organização prévia e no momento do diálogo, evita o esquecimento de algum item ou pergunta, além de auxiliar, indiretamente, o entrevistado a fornecer a informação de modo mais preciso e com maior facilidade.

Durante a realização da entrevista percebeu-se a necessidade de inclusão de outras questões. Segundo Dencker (1998), nas entrevistas padronizadas as perguntas e a ordem são preestabelecidas, porém o pesquisador tem a liberdade de adequar seu conteúdo à situação ou reação do entrevistado. A pergunta poderá ser repetida e, no caso

de a resposta não ser adequada ao que foi indagado, o pesquisador tentará fazer a pergunta de forma indireta, para obter a informação que deseja.

O roteiro teve inicialmente um total de oito perguntas, no entanto foram consideradas necessárias pequenas intervenções e novas perguntas durante a fala do entrevistado, justamente para melhor conduzir assuntos de interesse ou enfatizar alguns pontos importantes lembrados no momento. O roteiro final encontra-se em anexo, página 150.

O tema central da entrevista foi o “Manejo no Parque Estadual do Ibitipoca e a percepção para o manejo”, a entrevista foi conduzida em um período de 30 minutos com o atual gerente (biólogo) do PEIB, cujo início de sua gestão data de maio de 2004. A entrevista ocorreu no dia 26/08/2007, na sede administrativa do parque. A conversa foi gravada e depois devidamente transcrita.

Resultados e Discussão

Avaliação do parque pelo visitante - questionário

A avaliação do parque pelo visitante apresenta resultados conceituais (ótimo, bom, regular e ruim), absolutos e percentuais e uma Classificação por Média Ponderada (CMP). Os valores obtidos, através da avaliação realizada pelos visitantes, estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3.3.: Valores do questionário de avaliação pelo usuário

AVALIAÇÃO DO PARQUE - quesitos	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		NR*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Paisagem	35	83	7	17	0	0	0	0	0	0
Conservação ambiental	24	57	15	36	3	7	0	0	0	0
Atendimento ao visitante	13	31	19	45	7	17	3	7	0	0
Atividades recreativas e/ou esportivas	3	7	12	29	8	19	14	33	5	12
Infra-estrutura para atividades turísticas	11	26	18	43	9	21	2	5	2	5
Infra-estrutura para atividades ambientais	18	43	13	31	10	24	0	0	1	2
Vias de acesso	14	34	14	33	11	26	2	5	1	2
Sinalização de vias de acesso e do parque	18	42	12	29	7	17	5	12	0	0
Recursos educacionais e ou culturais	8	19	18	42	10	24	4	10	2	5
Esclarecimento de normas e procedimentos	7	17	17	41	17	40	1	2	0	0
Limpeza e higiene	18	43	16	38	8	19	0	0	0	0
Segurança	17	41	13	31	11	26	1	2	0	0
Fiscalização	12	28	13	30	14	33	3	7	1	2
Divulgação do parque	6	14	20	48	10	24	6	14	0	0

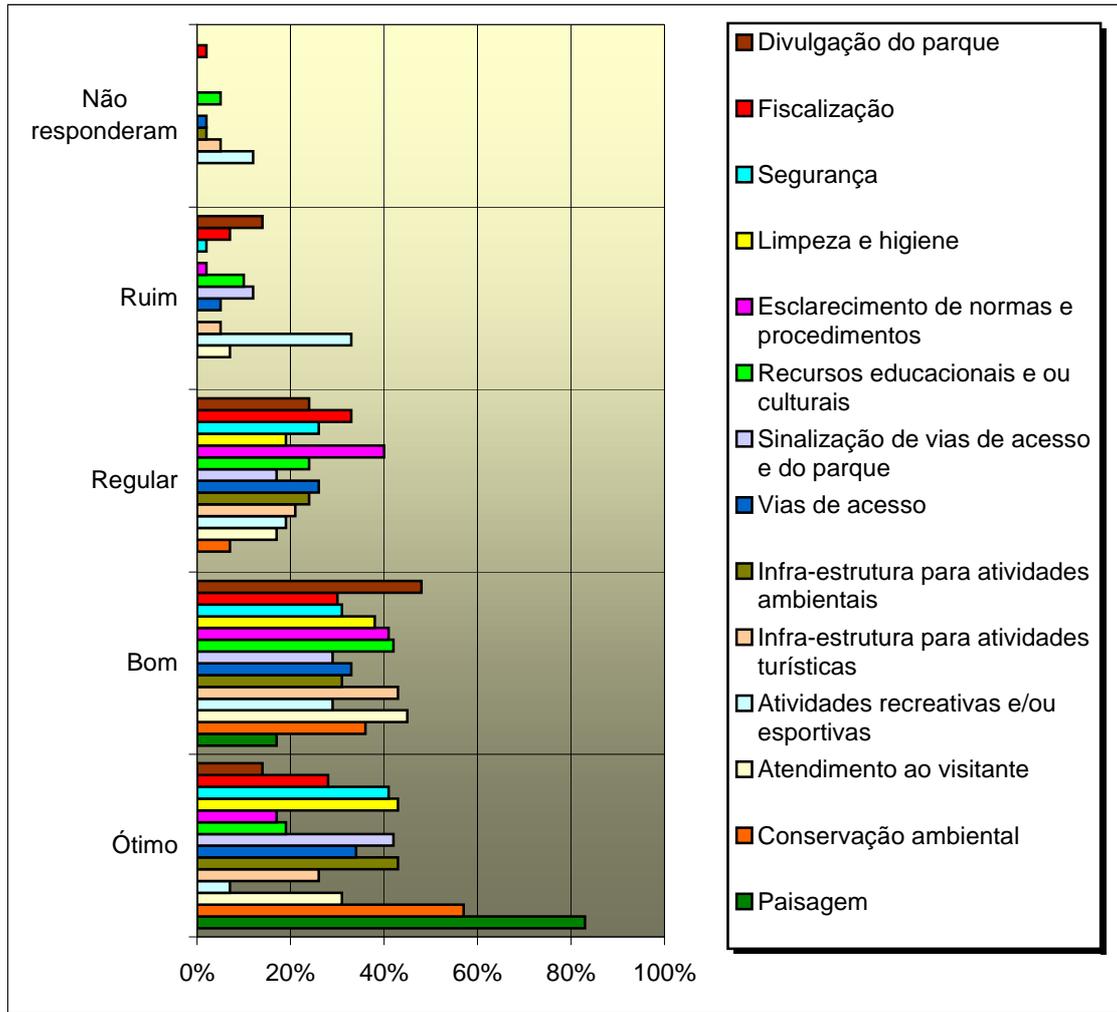
* NR: não responderam

Os dados numéricos constantes na tabela 3.3 permitem a análise de cada quesito horizontalmente, comparando os conceitos atribuídos a cada um. Permite também uma leitura vertical, onde a comparação se dá através dos diversos quesitos sob a ótica de um mesmo conceito. Estes conceitos estão graficamente representados na figura 3.2. Para analisa-la, é necessário levar em consideração os parâmetros da tabela 3.4.

Tabela 3.4.: Parâmetros percentuais para avaliação conceitual

Entre (%)	Conceito	Avaliação Descritiva
0 – 40	Ruim	Exige correções estruturais e de procedimentos urgentes
41 – 70	Regular	Exige algumas correções estruturais e de procedimentos
71 – 90	Bom	Exige poucas correções estruturais e de procedimentos
91 – 100	Ótimo	Não exige correções

Figura 3.3.: Gráfico da frequência das opções conceituais



Por outro lado, a Classificação por Média Ponderada, calculada através da fórmula
$$CMP = \frac{10ot + 7.5bo + 5re + 2.5ru}{T}$$
, cujos valores constam da tabela 3.3 e os critérios na tabela 3.5, permite que se avalie o resultado integrando-se o conjunto dos conceitos dados a cada quesito. Isto irá possibilitar que se hierarquizem os quesitos por valor conjunto de conceitos, classificando-os dentro de critérios de avaliação pré-estabelecidos.

Para a obtenção da classificação do parque como um todo (Opinião Geral Média), aplicou-se a fórmula
$$OGM = \sum \frac{CMP}{14}$$
.

Tabela 3.5.: Critérios de avaliação para a CMP e a OGM

Critérios de avaliação	
Classes avaliação	Avaliação
0 – 3,9	Ruim
4,0 – 6,9	Regular
7,0 – 8,9	Bom
9,0 – 10	Ótimo

✓ *Classificação Média Ponderada*

$$CMP = \frac{10ot + 7.5bo + 5re + 2.5ru}{T}$$

Sendo:

Ótimo (ot); Bom (bo); Regular (re); Ruim (ru)

T = nº de questionários, desconsiderando NR.

Tabela 3.6.: Classificação Média Ponderada – Resultados

AVALIAÇÃO – Critérios e notas	
Ótimo	Nota
Paisagem	9,5
Bom	Nota
Conservação ambiental	8,75
Limpeza e higiene	8,09
Infra-estrutura para atividades ambientais	7,98
Segurança	7,73
Sinalização de vias de acesso e do parque	7,55
Atendimento ao visitante	7,50
Vias de acesso	7,43
Infra-estrutura para atividades turísticas	7,37
Fiscalização	7,19
Regular	Nota
Esclarecimento de normas e procedimentos	6,78
Recursos educacionais e ou culturais	6,75
Divulgação do parque	6,54
Atividades recreativas e/ou esportivas	5,27

✓ *Opinião Geral Média*

$$OGM = \frac{\sum CMP}{14}$$

$$\sum CPM = 9,5 + 8,75 + 8,09 + 7,98 + 7,73 + 7,55 + 7,50 + 7,43 + 7,37 + 7,19 + 6,78 + 6,75 + 6,54 + 5,27 \therefore \sum CPM = 104,435$$

$$OGM = 7,45 \text{ (bom)}$$

Dos 42 questionários entregues, apenas 28% deles foram respondidos com sugestões e observações. Dentre as sugestões estão: melhorar a sinalização; educar o visitante sobre o lixo; construção de ponto de primeiros socorros; diminuir o valor do ingresso; incentivar os turistas a conhecerem todos os atrativos do parque; a fiscalização deve ser mais rigorosa e conscientizar os turistas. Dentre as observações estão: ausência de esclarecimento de normas; faltam guias; mesmo com o limite de pessoas no parque, temos outras opções de atividades de passeios, trilhas, cachoeiras; desconheço atividades recreativas e/ou esportivas para esse parque; em época de seca a paisagem fica muito árida, em outra época deve ser mais bonita.

Os resultados obtidos através do questionário possibilitaram apontar quatro itens que exigem correções estruturais e de procedimentos. Segundos os visitantes, o conceito regular foi atribuído às atividades recreativas e/ou esportiva, aos recursos educacionais e/ou culturais, ao esclarecimento de normas e procedimentos e à divulgação do parque.

Através destes dados, o gestor do PEIB, juntamente com a equipe de funcionários, devem orientar ações de manejo capazes de verificar necessidades, possibilidades e implementação de um planejamento, para fins de avaliar o conceito atribuído a cada um destes quesitos.

Se a divulgação do parque for, por exemplo, comprometer a capacidade de carga da unidade, nesse caso o conceito regular está adequado para cumprir os objetivos do parque. No caso das atividades recreativas e/ou esportivas, deve-se avaliar, de acordo com o zoneamento, a possibilidade de incremento destas.

Os recursos educacionais e/ou culturais também foram avaliados como regular. Diante desta avaliação, constata-se a necessidade do PEIB de criar propostas mais amplas de educação ambiental. O parque possui um Centro de Visitantes, mas parece que somente ele não supre essa necessidade do visitante. Uma alternativa poderá ser a

implantação de trilhas interpretativas, palestras e atividades mais interativas, de sensibilização e formação de opinião a respeito da importância do PEIB e sua biodiversidade. Essa necessidade torna-se ainda mais marcante quando o visitante aponta a necessidade de esclarecimentos de normas e procedimentos, percebe-se que o PEIB tem se dedicado pouco à orientação do visitante, dos usos e restrições. Ressalta-se que, este questionário foi entregue aos visitantes que passaram pelo centro de informações, neste sentido, torna-se fundamentalmente necessário a capacitação de mais funcionários destinados à função de informar o visitante.

Demais requisitos receberam o conceito bom, o que exige poucas correções estruturais. No entanto, através dos critérios de notas (tabela 3.6) é possível observar quais obtiveram notas menores que 7,5; por exemplo. Este critério de notas mostra as nuances dos valores. Pode-se perceber que a fiscalização merece um certo grau de atenção pela administração do PEIB.

A infra-estrutura e vias de acesso também apresentaram notas menores que 7,5. No entanto, cumpre informar, neste momento, que a infra-estrutura para atividades turísticas e as vias de acesso estavam em fase de obras. O retorno à campo, em meses posteriores, pôde averiguar as etapas de finalização destas estruturas como pontes, mirantes, decks, escadas e calçamento.

O único quesito que obteve conceito máximo foi a paisagem, apontando para um dos atrativos mais procurados, a beleza cênica. Conforme destacam Biondi & Leal (2002), a paisagem é um componente relevante em unidades de conservação, principalmente quando sua dinâmica está vinculada a atitudes oriundas da administração local e do comportamento de seus visitantes.

Quadro Diagnóstico do Parque Estadual do Ibitipoca

A partir da análise da entrevista foi possível elaborar um quadro sobre o perfil do parque. Os assuntos foram agrupados de acordo com o objetivo e tema do roteiro (quadro 3.1). Dentro de cada assunto foram apontados os itens mais relevantes, capazes de resumir as principais diretrizes do PEIB.

Até o atual momento, o Parque Estadual do Ibitipoca não conta com um Plano de manejo que oriente seu planejamento e manejo. Este está em fase de revisão pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF. O parque conta com um total de vinte e cinco funcionários, três na área administrativa, sendo os demais distribuídos entre as funções de serviços gerais e ações de manejo. O principal objetivo da unidade é a conservação ambiental da área, dentre os objetivos gerais estão, também a conservação, pesquisa, atividades de educação ambiental e turismo. O objetivo específico para o PEIB é “conservar a unidade, dando possibilidade do turismo”.

Em comentários iniciais, o gestor ressalta que o parque tem um apelo turístico muito grande. Então, a idéia não é terminar com o turismo, mas controlá-lo. A atividade crítica que destacou foi a desorganização desse turismo, “se compararmos com dez, quinze anos atrás, o turismo está muito mais organizado do que antes, mas ainda tem uma desorganização”.

O principal motivo que levou à criação da área, enquanto parque estadual, no ano de 1973, foi a “visão muito mais turística do que de conservação”. O que mais influenciou esta decisão por órgãos do governo, na época, foi a beleza cênica da paisagem local. Este fato pode ser explicado pelo histórico de criação de áreas naturais protegidas e pelos movimentos ambientalistas, apresentados no Capítulo 1.

O quadro-diagnóstico do PEIB será apresentado antes das discussões, os dados estão colocados em tópicos de modo resumido (Quadro 3.1).

Quadro 3.1.: Diagnóstico do Parque Estadual do Ibitipoca

Diagnóstico do PEIB - situação atual

Inserção visitante-área natural protegida

- Conhecer para conservar
- Mostrar a importância do PEIB, para que o visitante defenda a conservação;
- “O visitante deve estar inserido dentro da unidade, é lógico que dentro de um controle, ele não pode visitar todo o parque, senão tem uma perda biológica muito grande, perda de solo, tem impactos. Tem que controlar, mas deixando ele conhecer uma boa gama de atrativos, para que ele entenda a importância e nos ajude”

Educação

- Prioridade: o entorno
- Secundário: o turista
- Objetivos:
 1. Centro de Visitantes: informações
 2. Trabalho em campo: fiscalização
 3. Estabelecer parceria entorno - unidade de conservação
 4. Capacitação de pessoas e trabalho com as escolas
 5. Trabalhar primeiro o entorno para depois focar no turista
 6. Educar o visitante não só dentro do parque, mas no entorno

Fluxo turístico

- Finais de semana e feriados: aumento do número de visitantes
- Maior número de funcionários na portaria
- Direcionamento do visitante ao Centro de Informações
- Funcionários em campo: identificados, distribuídos por setores, capacitados em passar informações para o visitante no local em que estiver
- Centro de Visitantes: funcionário apresenta as possibilidades e atrativos
- Orientação do fluxo: visitantes distribuem-se no PEIB de acordo com a vontade

Comportamento do visitante

- Depende da época e origem do visitante
- Perfis bem variados: o tranqüilo, apreciador das belezas; o desordeiro; o interessado em conhecer a unidade de conservação
- Perfis extremos: desde os que degradam, aos que se preocupam em conhecer e conservar o parque
- Épocas:
 1. Setembro: perfil bom, prevalecem SP e RJ, é uma prática deles irem a parques
 2. Outubro e novembro: são da região, de municípios próprios
 3. Feriados prolongados: atraindo visitantes de outras localidades
 4. Feriados característicos: carnaval (público: tranqüilo, família) e semana santa (público: jovem, desordeiros, amigos)
- Segurança reforçada em feriados como a semana santa: proteção do parque e do visitante.

Impactos da visitação

- Característica peculiar do PEIB: solo susceptível à erosão
- Observações diárias dos funcionários: no dia-a-dia da fiscalização, anotações de campo
- Observação → atitude de manejo a curto ou médio prazo
- Observações e dados de pesquisa são considerados
- “Se não tivermos a conservação desse ambiente não vamos ter o turismo”

Diagnóstico do PEIB - situação atual

Percepção ambiental – perspectivas e experiências do visitante

- Levantamento de opiniões e sugestões
- Compreensão de pelo menos 10%, através de questionário
- O turista não pode ‘explorar’ todo o parque, pois pode ter uma visão de passeio, sendo que o objetivo principal da unidade é a conservação
- Visitantes preocupados em utilizar os recursos naturais para lazer e contemplação. Há pouco interesse em conhecer, em saber porque é um parque

Conservação da biodiversidade

- Pesquisas prioritárias dentro do Plano de Manejo (“está sendo avaliado agora, ele já foi escrito, só está passando por uma pequena revisão para ser efetivado”)
- Observações de campo: retorno de alguns animais, próximo à área administrativa, como a onça parda (*Puma concolor*) – registros de pegadas e fezes, na região sul do parque. Presença do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*)
- O Plano de manejo traz um direcionamento
- Pesquisas sobre a fauna → respostas

Espécie – símbolo

- Todo o ambiente deve ser considerado diante da conservação
- Mostrar a importância de todas as espécies e não o apelo à espécies carismáticas
- Representação do ambiente do parque: candeia com um musgo (“logomarca”)

Medida estratégica importante para a conservação

- O parque para o entorno: fonte de renda, exploração turística
- Objetivo: trazer a responsabilidade (de conservação) ao entorno
- “O principal é a conservação não é o turismo” – categoria Parque Estadual

Os dados expostos no quadro 1 mostram a realidade do PEIB, através da fala de seu representante, há quase quatro anos na gestão do parque. Este se mostrou qualificado para expor a realidade, os desafios, as atitudes e as perspectivas da unidade de conservação, face à situação atual.

Quanto ao manejo da visitação o parque apresenta algumas deficiências. Dentre elas seria não possuir a aplicação de metodologias de campo para prevenir impactos ou mesmo monitorá-los, somente observações e anotações para posteriormente solução dos mesmos. Nesta questão priorizam informações dos funcionários e pesquisadores do que dos visitantes. A resposta dos visitantes estaria focada em observações sobre o uso público. O PEIB não faz uso de metodologias como o LAC, VIM e VERP.

Há uma limitação, capacidade de carga estabelecida pela portaria nº 36 de abril de 2003, de 800 pessoas nos finais de semana e 300 em dias de semana. Porém, não há controle do fluxo de visitantes dentro da área do parque, as pessoas se distribuem pelos atrativos de acordo com à vontade e/ou por alguma condição física limitante, provocando uma aglomeração excessiva em alguns lugares. Isso ocorre pelo fato do parque não possui um zoneamento com base nas atividades turísticas (metodologia ROS). O fluxo é medido por informações via rádio, quando os visitantes já estão distribuídos nos roteiros Janela do Céu, Pico do Pião e Circuito das Águas denominados como setores, para fins de manejo. Os funcionários do PEIB realizam o monitoramento das atividades de uso público, ao mesmo tempo em que, as operações de visitação se iniciam. No entanto, não há um direcionamento do fluxo turístico dentro da unidade.

As informações sobre a unidade estão concentradas no Centro de Visitantes (CV), o que faz com que os visitantes sejam encaminhados até ele, mas não é atividade obrigatória, é apenas recomendação. Neste sentido, durante os finais de semana com maior fluxo de pessoas, os funcionários se dedicam a informar e direcionar ao CV.

Percebe-se que, por ainda não possuir o plano de manejo em fase de ação, o PEIB se orienta por experiências e observações de campo.

Quanto ao perfil do visitante, o gestor observa os dois extremos do desordeiro ao preocupado em conhecer o parque, em conservar. Há épocas em que as preocupações com a segurança se tornam maiores, devido ao perfil dos que freqüentam o parque e a época em que aparecem. Portanto, a segurança do parque se orienta pelo perfil do visitante.

Sobre a percepção e experiências do visitante, o parque trabalha com o levantamento de opiniões e sugestões, nem todas atendidas. A unidade procura atingir pelo menos 10% dos que respondem ao questionário que aplicam (anexo, páginas 151 e

152). Há restrições e o visitante deve entender não ser possível visitar todo o local, pois há áreas de preservação. Segundo o gestor, poucos se preocupam em conhecer o parque, mas muitos os interessados em contemplar, desfrutar dos recursos naturais, praticar uma caminhada, observar a natureza.

Com relação à conservação da biodiversidade, as pesquisas prioritárias foram realizadas pelo Plano de Manejo, o qual está em fase de avaliação. Algumas observações de campo registraram o aparecimento da mastofauna, próxima à área administrativa. Algumas pesquisas poderão trazer uma resposta para o comportamento da fauna, destaca o gestor.

Ainda sobre as preocupações com a conservação, o parque não adota espécie-símbolo, principalmente como bandeira ao apelo carismático, para defender a proteção de uma espécie, ou para objetivos financeiros. A administração da área acredita que todo o ambiente deve ser considerado, portanto o PEIB possui uma representação do ambiente do parque, aqui destacado por sua vegetação, “uma candeia, com um musgo”.

O lema “conhecer para conservar”, parece apontar uma das preocupações do parque em divulgar os dados sobre a UC, de modo que o visitante compreenda a importância do parque para a conservação. “Se não tivermos a conservação desse ambiente não vamos ter o turismo”. No entanto, a prioridade e o foco da educação não tem sido através do Centro de Visitantes e a proposta para 2008 será incluir o entorno. Uma das metas é trazer a responsabilidade de conservação ao entorno, fazer com que eles visualizem não só oportunidades econômicas do turismo, mas principalmente preocupem com a preservação, esta medida estratégica foi citada como a mais importante para a conservação do PEIB. O gestor não esclarece como será o projeto, mas este fato já aponta para uma gestão emergente (tabela 1.4).

Quanto à prioridade das demais medidas estratégicas para a conservação da diversidade biológica e uso público no parque, o gestor enumerou-as em grau de importância, de acordo com a situação atual (Quadro 3.2).

Quadro 3.2.: Respostas da pergunta 14 (entrevista com o gestor)

Medidas estratégicas para a conservação biodiversidade e para o uso público no parque, enumeradas em ordem de prioridade pelo gestor	
01	Vigilância do Parque/ Observação do comportamento inadequado do turista
02	Monitoramento de locais de riscos
03	Monitoramento das trilhas (manejo de uso e impactos)
04	Proibição de coleta indiscriminada de espécies da fauna e/ou flora
05	Programas de Educação para o Visitante
06	Controle de portaria (entrada e saída)
07	Manutenção do fluxo de turistas
08	Limpeza quanto ao lixo
09	Manutenção das zonas de preservação para fins científicos
10	Manutenção da qualidade da água
11	Sistema de guias
12	Manutenção da infra-estrutura do parque

Nota-se que, as medidas estratégicas consideradas de maior relevância, para o momento, são relativas ao uso público, manejo da visitação e aos impactos recreativos dentro do parque. Isto evidencia a dificuldade de manejo do PEIB nestes quesitos, principalmente devido à ausência de controle de fluxo dos visitantes, a não utilização de métodos específicos, somente a observação diária e pessoal, ausência de investigação de indicadores ecológicos para monitorar impactos do uso público. Mas, talvez o fator mais preocupante e necessário seja a não aplicação das ações propostas no plano de manejo, ainda em fase de avaliação.

De acordo com o MMA (2004), para o desenvolvimento da visitação em parques são necessários três requisitos:

- ✓ Recursos humanos capacitados para monitorar os efeitos da visitação, implementar as estratégias de manejo da visitação, disponibilizar informações e orientações para os visitantes, entre outras atividades;
- ✓ Instrumentos de planejamento e ordenamento da visitação;

- ✓ Infra-estrutura mínima como trilhas bem elaboradas, portaria, centro de visitantes, sanitários, lanchonete, etc.

Neste sentido, o Parque Estadual do Ibitipoca deverá estar atendo a estes requisitos e ser capaz de identificar suas dificuldades. Dentre as principais dificuldades ao desenvolvimento da visitação em parques estaduais (neste estudo entendido como “manejo da visitação, para fins de mínimo impacto”) estão as listadas pelo MMA (2004), conforme a tabela 3.7. As assinaladas com asterisco correspondem às detectadas no presente estudo, para o PEIB.

Tabela 3.7.:

Dificuldades no desenvolvimento da visitação em parques	
Dificuldades	%
Carência de recursos financeiros	3,09
* Deficiência no número de guardas-parque	1,03
Ausência de equipe técnica para trabalhar com a visitação	8,25
Carência de recursos humanos em geral	13,40
Infra-estrutura básica inadequada	8,25
Regularização fundiária	3,09
* Carência de guias e monitores	5,15
* Ausência de programas de visitação pública	3,09
* Excesso de visitantes	3,09
* Sinalização inadequada	2,06
* Falta de divulgação	3,09
Acesso precário	5,15
Acúmulo de lixo	2,06
* Falta de informação e orientação para o visitante	8,25
* Capacitação	7,22
Ausência de infra-estrutura para visitação	12,37
Visitação em áreas não permitidas	1,03
* Falta de regulamentação das atividades de visitação	4,12
* Ausência de monitoramentos dos impactos da visitação	1,03
* Ausência de plano de manejo com programa detalhado de visitação	4,12
* Poucas opções de atividades recreativas	1,03

Fonte: Dados do MMA (2004)

Conclusão

Particularmente, a gestão de uma unidade de conservação pode ser vista como a gestão e o manejo dos conflitos entre as necessidades humanas pelo turismo e as capacidades de suporte do ambiente natural. Embora a entrevista realizada com o gestor e as avaliações feitas pelos visitantes possuam análises detalhadamente diferenciadas,

deve-se considerar, para os dois tipos de obtenção de dados, os diversos resultados de um e de outro dentro de um contexto geral e complementar de avaliação do PEIB. Os dados qualitativos da interlocução possibilitam a obtenção de um universo amplo de análise, um diagnóstico do parque, tanto de suas preocupações e prioridades com relação à conservação, quanto de uso público. Os dados quantitativos mostram-se capazes de apontar numericamente a realidade avaliada pelo visitante.

A avaliação do parque pelos visitantes revela a imagem que a unidade tem para o público. Neste sentido, estas informações colaboraram no manejo do parque, pois indicam potenciais necessidades de intervenções ou não. A aplicação destes questionários, portanto, deve ser contínua e obter resultados anuais.

Atualmente o parque possui uma infra-estrutura turística organizada, mas ainda não conta com o plano de manejo. Este talvez seja o maior entrave à uma gestão bem planejada. Um desenvolvimento estratégico em parques requer uma ampla variedade de informações sobre a área, como: recursos locais disponíveis para recreação, compilação e avaliação dos fatores que podem limitar a recreação, perfil dos visitantes, distribuição dos visitantes, tamanho do grupo, duração da visita, principais atividades realizadas, recursos que atraem os visitantes e suas atitudes. E, desse modo, adotar princípios e estratégias para atender ao visitante e promover a proteção adequada do meio ambiente.

Apresentar soluções de conflitos devido ao impasse uso público x conservação é o primeiro passo para uma gestão preocupada com a proteção da biodiversidade e comprometida em oferecer qualidade de visitação.

Referências Bibliográficas:

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** Dissertação (mestrado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba – SP, 2003.

BIONDI, D. & LEAL, C. T. **Análise da capacidade paisagística do Parque Estadual de Vila Velha, PR.** In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Fortaleza, 2002.

BRASIL – Governo Federal. **Lei nº 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.** 18 de julho de 2000.

CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidad de Carga Turística em áreas protegidas.** Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza – CATIE, Turrialba, Costa Rica, 1992.

COSTA, V. C. & MELLO, F. A. P. **Manejo e monitoramento de trilhas interpretativas: contribuição metodológica para a percepção do espaço ecoturístico em unidades de conservação.** In: Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição – SINPEC. Londrina – PR, 2005.

DALE, V. H. & BEYELER, S. C. **Challenges in the development and use of ecological indicators.** Ecological Indicators, n. 1, 2001.

DENCKER, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

EAGLE, P. F. J.; McCOLL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable Tourism in Protected areas: guidelines for planning and management.** Switzerland and Cambridge, UK. IUCN Gland, 2002.

FARRELL, T. A. & MARION, J. L. **The Protected Area Visitor Impact Management (PAVIM) Framework: A Simplified Process for Making Management Decisions.** Journal of Sustainable Tourism v. 10, n. 1, 2002.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.

FONTOURA, L. M. & SIMIQUÉLI, R. F. **Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG.** Trabalho de conclusão (Especialização em Análise Ambiental). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG. 2006.

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza. **Sistema nacional de unidades de conservação (SNUC): aspectos conceituais e legais.** Brasília: Ibama/Funatura, 1989.

MESQUITA, C. A. B. **Efetividade de manejo de áreas Protegidas: Quatro Estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil.** In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais, vol.1. Fortaleza: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MITRAUD, S. **Monitoramento e controle de impactos de visitação.** In: Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF. 47 p. WWF Brasil. 2003.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.** Brasília: DF, 2004.

PAVESE, H. B.; LEVERINGTON, F.; HOCKINGS, M. **Estudo global da efetividade de manejo de unidades de conservação: a perspectiva brasileira.** Rev. Natureza & Conservação, v. 5, n. 1, 2007.

LECHNER, L. **Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação.** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Cadernos de Conservação, ano 3, n.3, junho 2006.

LEUNG, Y. F. & MARION, J. L. **Recreations impacts and management in wilderness: state of knowledge review.** In: Proceedings RMRS-P-15-VOL-5. Department of Agriculture, Forest Service, Rocky Mountain Research Station. Ogden, UT: U.S, 2000.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. **Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais.** R. Árvore, Viçosa-MG, v.29, n.4, 2005.

PIRES, F. **Modelo de avaliação para parques nacionais: uma abordagem para atividades turísticas.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 2004.

PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. **Biologia da conservação.** Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RAUPP, M. & REICHLE, A. **Avaliação: ferramenta para melhores projetos.** Santa Cruz do Sul – SC: Edunisc, 2003.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil: análises e tendências.** Barueri: Manole. 2002.

SEABRA, L. S. **Monitoramento participativo desejável: proposta metodológica para os estudos de capacidade de suporte turístico no Sana – Macaé – RJ.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2005.

TAKAHASHI, L. Y. **Uso público em unidades de conservação.** In: Apostila do Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba – PR, 2001.

CAPÍTULO 4

PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO ECOTURISMO: POSSIBILIDADES PARA O MANEJO

RESUMO

Um dos principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade é o estabelecimento de unidades de conservação. A criação desses espaços territoriais gera uma série de oportunidades, não somente para a proteção dos recursos naturais, mas consideravelmente para o ecoturismo. As análises visando a proteção ambiental destas áreas abrangem investigações sobre percepção do visitante, concernentes à identificação dos valores atribuídos à paisagem. Essas informações ajudam os administradores a compreenderem o comportamento dos visitantes, suas expectativas julgamentos e condutas. Dessa maneira, torna-se uma ferramenta a mais para o direcionamento do planejamento, das práticas e metodologias de manejo da visitação, capaz de orientar o visitante quanto ao respeito pelo ambiente natural, além do cumprimento das regras de mínimo impacto. Para tanto, o objetivo norteador deste capítulo foi compreender as concepções dos turistas sobre conservação no Parque Estadual de Ibitipoca, por meio de aplicação de questionário, através da técnica de entrevistas diretas pessoais, com a intenção de gerar informações quantitativas e qualitativas, de modo a obter o perfil do visitante e avaliar atitudes e comportamento de conservação. Os dados da pesquisa revelaram como os visitantes constroem seu próprio conceito de ecoturismo, a quem atribuem responsabilidades na tarefa de conservar o parque, como percebem o impacto da atividade turística, quais suas preferências, sensações e motivações quando inseridos em uma área natural protegida. A compilação dos dados apontou diretrizes fundamentais à gestão do parque, capazes de nortear ações de planejamento e manejo.

Palavras-chave: percepção ambiental, ecoturismo, manejo, Ibitipoca.

Introdução

Segundo Albuquerque & Albuquerque (2005) muitos pesquisadores enfatizam a importância dos estudos sobre a percepção ambiental para delinear estratégias de conservação dos ecossistemas.

Os visitantes de áreas naturais protegidas possuem anseios e perspectivas, que apesar de se diferenciarem em uma escala maior, é possível agrupá-los em um conjunto particular, que orientaria as atividades a serem desempenhadas no local adequado e com melhor aproveitamento das oportunidades de recreação, estabelecendo diretrizes de uso e conseqüente minimização de impactos negativos sobre a biodiversidade local.

Neste sentido, as concepções dos turistas sobre conservação podem gerar informações capazes de nortear estratégias de manejo dos recursos naturais, por parte de gestores de unidades de conservação. Santos (1996) afirma que a investigação da percepção nas relações humano-ambiente contribui para a utilização menos impactante dos recursos ambientais, possibilitando o estabelecimento de relações mais harmônicas entre o ser humano e o ambiente.

No Brasil, as pesquisas sobre uso público em unidades de conservação estão em um processo de aprofundamento para fornecer instrumentos de manejo para estas áreas. As pesquisas que geralmente se limitam ao levantamento do perfil do usuário, agora se expandem para o entendimento das relações entre o visitante e a área natural. (KATAOKA, 2004). Neste sentido, os passos para o manejo do ecoturismo em áreas protegidas devem, além de conhecer o perfil do turista que visita a área, investigar sua percepção, motivações, expectativas, atitudes, valores e condutas.

De acordo com Takahashi (2004) estudos sobre preferência e percepção devem ser estimulados e publicados. Eles podem auxiliar na seleção de melhores

indicadores de impacto de uma área, contribuindo também para o estabelecimento do programa de manejo.

O objetivo deste capítulo é compreender as concepções dos turistas sobre conservação no Parque Estadual de Ibitipoca. Pretende-se, a partir daí, apresentar e discutir a temática da percepção ambiental, como ferramenta à gestão de unidades de conservação, manejo dos recursos naturais e monitoramento de atividades turísticas.

Objetivos Específicos:

- ✓ Contribuir com o entendimento das relações entre visitantes e a áreas naturais protegidas;
- ✓ Investigar a relação entre conhecimento dos usuários com os efeitos do uso público sobre a biodiversidade;
- ✓ Investigar o potencial do ecoturismo em contribuir com a conservação;
- ✓ Reunir informações capazes de contribuir com o planejamento futuro da área, para as atividades e potenciais ações de manejo, para conciliar necessidades educacionais e recreativas com a conservação dos recursos naturais;
- ✓ Pretende-se também ampliar possibilidades metodológicas sobre percepção ambiental em demais unidades de conservação.

Revisão da literatura

Segundo Guimarães (1998), as análises visando a proteção ambiental das áreas potencialmente significativas para o ecoturismo abrangem as investigações sobre percepção, concernentes à identificação dos valores atribuídos à paisagem natural e cultural.

As experiências íntimas do corpo com a natureza, numa perspectiva subjetiva, expressam em alguns casos uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por este corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores bem como um encontro particular do homem com ele mesmo. Essas experiências conduzem a uma aproximação, a um reconhecimento da natureza pelo qual nos conhecemos (BRUHNS, 1999).

Neste sentido, Silva (2004) acrescenta sobre os aspectos da leitura da paisagem, na perspectiva da percepção, a qual deve ultrapassar o seu aspecto visual para chegar aos significados e valores. As unidades de conservação que permitem uso pelo turismo conferem uma diversidade de formas de ver e perceber a paisagem, o que permite compreendê-la como uma complexidade multiforme de realidades, valores, sentimentos e significados coexistentes num só processo: indivíduo e mundo, conhecimento objetivo e subjetivo. É a partir de experiências e respostas que os indivíduos atuam em relação à utilização das paisagens. Tuan (1980) afirma que “a apreciação da paisagem perdura além do efêmero quando se combinam prazer estético com curiosidade científica”.

Cumprido enfatizar, neste momento, o papel do ecoturismo, diferentemente de demais tipos alternativos de turismo, trata-se de uma atividade desenvolvida em ambientes naturais e no seu entorno cultural, onde o seu enfoque está, segundo Pires (2002), principalmente na contemplação e na integração física e emotiva com o ambiente visitado. Esse enfoque corresponde ao ecoturista padrão.

Esse tipo de ecoturista aceita incorporar certa dose de aventura, desde que nos limites de sua predisposição física e psicológica, além de tomar como bem-vinda alguma carga de informação sobre o ambiente visitado (educação ambiental), desde que seja bem comunicada e não exaustiva (PIRES, 2002).

À essa interação emotiva com o ambiente, Tuan (1980) denomina de *topofilia* e a conceitua como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Seguindo os mesmos preceitos, o ecólogo americano Edward Wilson propôs a “hipótese de

biofilia” (afetividade pela vida), acredita que os seres humanos têm uma ligação inata com outros organismos vivos. Algo semelhante à *topofilia*, mas no sentido biológico e não geográfico, conforme esclarecem Leme & Neves (2007).

Partindo dessas premissas, a percepção e as concepções geradas pela interação ser humano/natureza constituem objetos de reflexão.

Segundo Soares (2005), até o século XX havia dois movimentos sobre a sensação e a percepção humana, uma concepção empirista e uma intelectualista.

Para os empiristas, as sensações são respostas fisiológicas a estímulos externos que agem sobre os nossos órgãos dos sentidos. Tanto a percepção quanto a sensação são agentes passivos diante das atividades do campo exterior sobre o nosso corpo. Para os intelectualistas, sensação e percepção são fenômenos diretamente relacionados à capacidade intelectual do sujeito, o qual é ativo diante dos acontecimentos externos. A sensação só é processada e conduzida a uma percepção quando ocorre uma atividade de entendimento do que se sente, quando se processa racionalmente as sensações.

Del Rio (1996) irá esclarecer o conceito de percepção como:

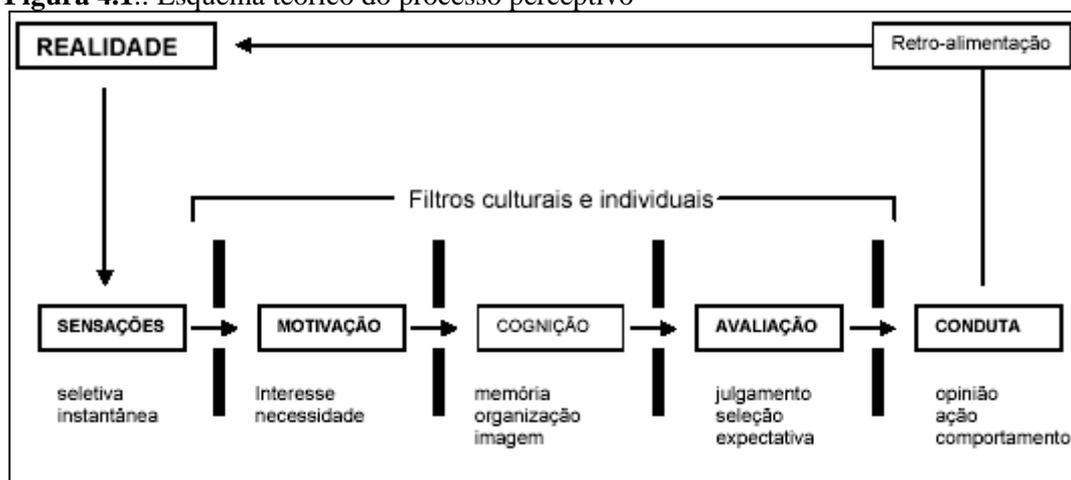
um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos. Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente (DEL RIO, 1996).

Segundo Ferreira (2005), a percepção ambiental deve ser entendida como compreensão, conscientização, avaliação e valorização humana do meio ambiente, como expressão humana sobre a sua realidade ambiental por intermédio de suas experiências e expectativas. Para a autora, o processo de interiorização e expressão da realidade é absolutamente ativo, condizente às condições físico-biológicas e psicológicas de cada um, pois possuímos filtros individuais e culturais que entremeiam todo o processo de percepção ambiental, desde as sensações até as tomadas de decisões.

Para Tuan (1983), percepção ambiental pode ser definida como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, isto é, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a compreender e a cuidar do mesmo. De acordo com Bessa (2005), cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o meio ambiente em que vive. As respostas ou manifestações decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos, a mente organiza e representa a realidade percebida (Figura 4.1). Os esquemas perceptivos aqui apresentados são um convite a refletir sobre a interação de visitantes em áreas naturais protegidas, enfoque desta pesquisa. Ambos procuram ilustrar e simplificar os processos perceptivos, na relação ser humano/ambiente natural. Para análise dos esquemas, deve-se considerar o conceito de percepção ambiental e compreender a particularidade que cada esquema expressa.

Figura 4.1.: Esquema teórico do processo perceptivo



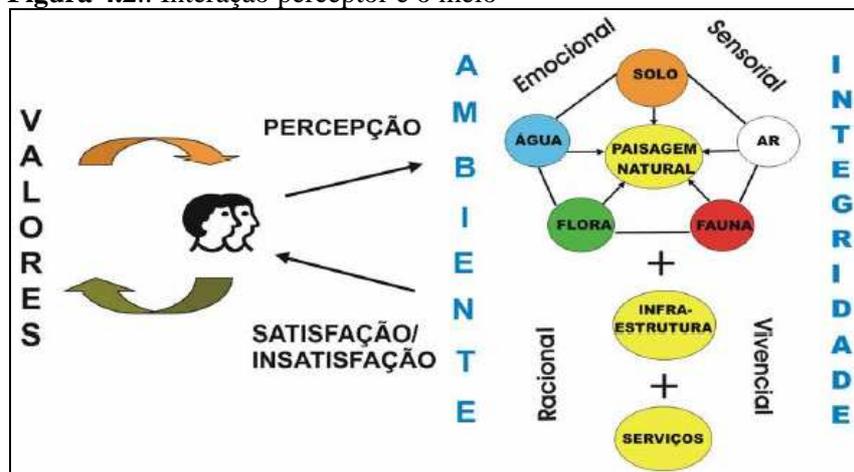
Fonte: Del Rio (1996)

Segundo Oliveira e Machado (2004) todas as teorias e explicações que tratam da percepção, no campo da psicologia, reconhecem os perceptos e os conceitos. Sendo o percepto, o produto da seleção segundo o significado, para atender à necessidade e ao

interesse. Concepto é o produto do filtro da inteligência, para atender também, à necessidade e ao interesse; é o que conceitualizamos. Já cognição é conhecimento e é um processo. O processo de cognição implica em considerar estágios como: percepção, mapeamento, avaliação, conduta e ação.

Segundo Pinheiro (2004), o perceptor vivencia o ambiente atrelado aos seus valores individuais e subjetivos. A partir dessa vivência, desenvolvem diferentes graus de satisfação ou insatisfação, co-relacionados ao estágio de integridade do ambiente com o qual interage, através de processos cognitivos e perceptivos integrados. Dessa interação, deve-se levar à aplicação de processos de sensibilização e tomada de consciência. A figura 4.2 ilustra essa interação do perceptor com o meio que o envolve e com o qual se relaciona.

Figura 4.2.: Interação perceptor e o meio



Fonte: Pinheiro (2004)

De forma mais abrangente, Pinheiro (2004) considerou conduta, ou ainda, posicionamento ao tomar consciência das inter-relações entre objetos (paisagem + infraestrutura + serviços), como formadores do ambiente. E ao se tratar de algo que é oferecido ao visitante experienciar, espera-se uma atribuição de valores conforme a integridade dos componentes. A conduta e atitudes são estabelecidas pelo racional e

emocional, que processam as informações e imagens do ambiente, o que poderá ou não motivar o visitante, estabelecendo-se assim o nível de satisfação, complementa o autor.

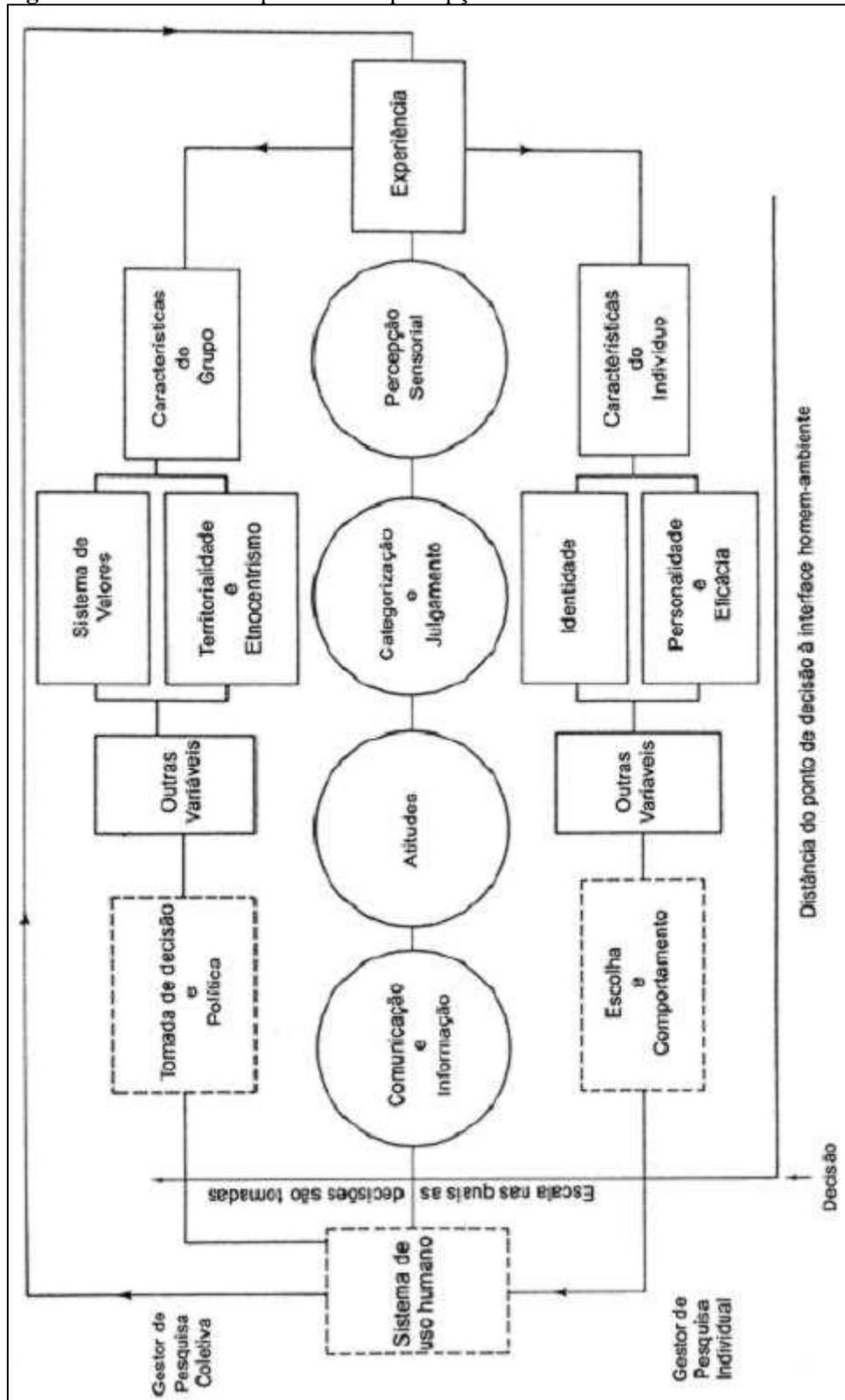
Um importante documento do Programa MAB, *Man and the Biosphere*, lançado pela UNESCO, apresenta estudos sobre a percepção humana em ambientes naturais (Programa MAB-13) e sintetiza o processo perceptivo em um modelo (figura 4.3). Este esquema foi proposto por Whyte (1977) e traduzido por Ferreira (2005).

Segundo Whyte (1977), pesquisas que integram percepção ambiental com estudos de ecossistemas são baseadas na compreensão de modelos, sendo desenvolvidos para processos perceptivos. No entanto, mostram-se restritos a poucas variáveis e se limitam a explicações psicológicas e sociológicas. Nenhum modelo com escala e sofisticação do modelo de ecossistemas têm sido propostos. Para o autor, é devido em parte à natureza do sistema, em que o pensamento humano é uma variável dominante. Diante deste fato, propõe um modelo mais complexo da percepção ambiental, com mais variáveis e processos, embora ele o denomine de “simplificado”.

Segundo Kinker (2002), é importante notar que o desenvolvimento de atitudes em relação à conservação é um processo gradual e se desenvolve em vários níveis de percepção: conhecimento, avaliação, formulação de atitudes e ações. Neste sentido, cumpre ressaltar a importância dos estudos de percepção ambiental em unidades de conservação, de modo a compreender as atitudes dos visitantes nestas áreas.

Takahashi (2004) aponta que o levantamento sobre a percepção ambiental do visitante não determina decisões de manejo, mas é um importante fator a ser considerado na definição dos problemas, dos limites aceitáveis de impactos e na seleção de ações de manejo.

Figura 4.3.: Modelo simplificado de percepção ambiental



Fonte: Whyte (1977), traduzido por Ferreira (2005).

Metodologia

Os projetos de pesquisa em conservação freqüentemente demandam a aplicação de técnicas para elaboração de questionários, condução de entrevistas, análise e interpretação de dados coletados a partir de dados interpessoais. A investigação pode ser enriquecida quando sustentada por bases quantitativas de análise, porém levando-se em consideração, no momento da interpretação dos dados obtidos, todas as informações qualitativas e “não quantificáveis” (DITT *et al*, 2004).

Para Dencker (1998), a finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma amostra. Essas informações dizem respeito, por exemplo, a quem são os turistas, suas opiniões, sentimentos, etc.

Foi construído um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, com base em pesquisas e/ou sugestões de Ditt *et al* (2004), Pinheiro (2004) Ladeira (2005) e Barros (2003), adaptados para a situação do PEIB, de modo a obter informações quantitativas e qualitativas sobre o perfil e percepção ambiental dos visitantes.

As questões foram elaboradas de modo a possibilitar uma melhor avaliação de atitudes e comportamento de conservação dos turistas. Para mensurar estes dados, levou-se em consideração o perfil do visitante. A investigação continha, dentre as 31 perguntas, informações sócio-culturais, as atividades realizadas pelo visitante, os aspectos mais atrativos do parque, a freqüência de visitação, dentre outras (anexo, página 153).

Visto que o PEIB é uma unidade de conservação, onde há certas regras de comportamento, avaliou-se a consciência e as atitudes ambientais dos visitantes, através de uma série de perguntas relacionadas à área e também gerais.

Os assuntos abordados foram agrupados em categorias para facilitar a organização e a formulação das perguntas (tabela 4.1). Esse método de organizar o questionário auxilia na posterior plotagem dos dados e na sua interpretação.

Tabela 4.1.: Estrutura do questionário

CATEGORIA	ASSUNTOS
Perfil do turista	Idade; sexo; escolaridade; estado de origem; meio de transporte utilizado; grupos.
Visitação	Frequências de visitação, preferências e motivo da visita
Atividades	Atividade principal; o que prefere observar; atrativos turísticos que utiliza.
Percep�o ambiental	Sentido que mais utiliza na natureza; comportamento no ambiente; quantidade de pessoas no PEIB; impactos; espécie símbolo; o parque em uma palavra
Afetividade e preocupa�o com o meio ambiente	Atividade mais importante e a responsabilidade de conservar o PEIB; como colabora na conserva�o; importância.
Ecoturismo	Ecoturista (sim, não e porque)
Opiniões e observa�es	Observou: comportamento inadequado de visitantes; obras. Opinião: Centro de visitantes; conserva�o em ordem de prioridade.

A estratégia metodológica constituiu-se de três fases principais:

- ✓ Observa es de campo;
- ✓ Fase teste dos questionários;
- ✓ Aplica o dos questionários, através da técnica de entrevistas diretas pessoais.

A observa o participante em campo foi realizada através de conversas informais com guias e grupos, com fins de checar comportamento e atitudes do visitante e atividades desenvolvidas.

A pesquisa passou por uma fase teste, para possibilitar a identifica o de problemas relacionados à maneira de conduzir a entrevista,   compreensão por parte dos entrevistados, tempo de aplica o e   funcionalidade do questionário. Esta fase de treinamento, sobre como conduzir a pesquisa de campo, foi realizada nos dias 12 e 25 do mês de agosto de 2007. O número de testes foi considerado suficiente para

identificar possíveis problemas e condições para solucioná-los, adequando o questionário. Porém, notou-se a necessidade constante de observações no decorrer da aplicação dos questionários-teste, considerando-se que determinadas falhas puderam ser evidenciadas depois de iniciarem-se as entrevistas definitivas. Nesse caso, foram necessários pequenos ajustes e eliminação de algumas perguntas, o que não comprometeu a obtenção posterior dos dados.

No dia 12 de agosto o questionário-teste foi aplicado somente com cinco visitantes. No decorrer da entrevista de campo, notou-se a não adequação de algumas perguntas, a não compreensão de determinados conceitos pelo entrevistado, além da demora do questionário, o qual despendia muito tempo em sua aplicação. Nesta etapa foi possível listar as mudanças e ajustes necessários, para posteriormente testa-los de novo. No dia 25 de agosto, o retorno ao parque permitiu nova fase de teste¹⁸. Neste dia, o parque contou com um fluxo maior de visitantes (519 pessoas), optou-se por aplicar a pesquisa em locais de maior concentração dos grupos, lanchonete e Circuito das Águas. Neste dia, os visitantes mostraram-se mais receptivos, os grupos se reuniam espontaneamente para responder ao questionário. Neste sentido, optou-se por realizar a pesquisa-teste através do uso de grupos focais. Segundo Dias (2000), o objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e idéias dos participantes a respeito de um determinado assunto. O objetivo específico, particularmente em pesquisas exploratórias, é gerar novas idéias ou hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador. Esta foi a situação desta pesquisa.

O grupo focal se inicia com a reunião de seis a dez pessoas selecionadas com base em suas características, homogêneas ou heterogêneas, em relação ao assunto a ser

¹⁸ Participaram como estagiárias, acompanhando e observando a fase teste, duas alunas do curso de Turismo e uma aluna do curso de Ciências Biológicas, ambos da UFJF.

discutido, afirma Dias (2000). No entanto, o número varia, mas o que importa é que estimule a participação e a interação de todos, de forma relativamente ordenada.

Percebe-se que, apesar dos grupos focais terem se formado de modo espontâneo, foi possível obter um número de pessoas entre seis a dez e com características homogêneas, grupos de casais, famílias e/ou amigos que freqüentaram o parque no dia da pesquisa-teste. As discussões geradas auxiliaram nos ajustes dos questionários e gerou uma avaliação, por parte do pesquisador, de como melhor aplica-los. Além de obter informações sobre a percepção dos grupos, suas expectativas, julgamentos. Dias (2000) ressalta ainda que o grupo focal visa à geração de idéias e opiniões espontâneas, sendo extremamente importante a participação de todos, ponto positivo para a fase teste deste trabalho, pois conseguiu realizar esta função.

Posteriormente à fase teste, a pesquisa de aplicação dos questionários e as observações de campo ocorreram em finais de semana e feriados prolongados, por serem datas de fluxo turístico elevado. Um final de semana do mês de agosto, o feriado prolongado de setembro e o feriado de outubro totalizaram os dias de trabalho em campo (26/8, 7 à 9/9 e 12 à 14/10 de 2007). No dia 26 de agosto iniciou-se a pesquisa já com os ajustes propostos do dia anterior, contudo o tempo de aplicação do questionário ainda estava prolongado, o que gerou um volume pequeno de questionários aplicados neste dia. A pesquisa alcançou mais direcionamento, ajuste das questões do questionário e modos de aplicação, somente nos feriados prolongados. Estes feriados geraram o número total dos questionários avaliados na pesquisa.

Posteriormente, o retorno ao parque, nas férias de janeiro, dias 18 e 19, possibilitou investigar as mudanças no manejo da unidade, bem como o fluxo turístico e as atividades desenvolvidas no período de férias. Nestes dias foram realizadas observações de campo, conversas informais com visitantes, funcionários e guias.

Os visitantes foram selecionados em cada atrativo turístico, escolhido apenas um por grupo para responder ao questionário. A amostra realizada foi do tipo não-probabilística¹⁹ por conveniência, onde o elemento pesquisado é selecionado por estar disponível no local e no momento da realização da pesquisa, à critério do pesquisador. No entanto, a decisão pela pessoa a ser entrevistada, em alguns momentos, partia da espontaneidade do próprio grupo. É importante observar que, como a amostra não é probabilística, os resultados não permitem generalizações, mas sim analisar tendências.

Nas perguntas que exigiam escolha a partir de uma escala, entregou-se aos entrevistados cartões com as referentes escalas para facilitar a escolha das respostas.

Foi acompanhado o deslocamento dos turistas pelas trilhas até aos atrativos turísticos, onde eram aplicados os questionários. A maior concentração de pessoas foi observada no restaurante e a maior frequência de visita foi no Circuito das Águas. Foram poucos os questionários obtidos nos dias em que se acompanhou a visita ao Pico do Pião. No dia de entrevista no roteiro Janela do Céu, foi possível observar um maior número de grupos, principalmente devido à presença de guias (portaria do IEF nº 087, de 04/07/2007), para uma visita monitorada e organizada para conduzir aos atrativos.

Logo após a aplicação do questionário, as informações extras obtidas foram revisadas e organizadas, o que evitou perdas e facilitou as etapas de análise e interpretação. A amostra resultante foi de 82 questionários. Pretendia-se uma amostra maior. Contudo, considerando-se que praticamente todos os grupos foram entrevistados, a amostra é bastante representativa. A receptividade dos visitantes foi considerada boa. O tempo de aplicação do questionário, 10 minutos, também foi um fator limitante a um

¹⁹ Entende-se por amostragem não probabilística qualquer tipo de amostragem em que a possibilidade de escolher um determinado elemento do universo é desconhecida (DENCKER, 1998).

maior número da amostra. Ressalta-se inclusive a realização da fase teste²⁰ em que não foram considerados os 25 questionários, devido à re-elaboração da metodologia e adaptações das perguntas. No entanto, para fins de análise, serão comentados as etapas e resultados obtidos em observações de campo durante essa fase.

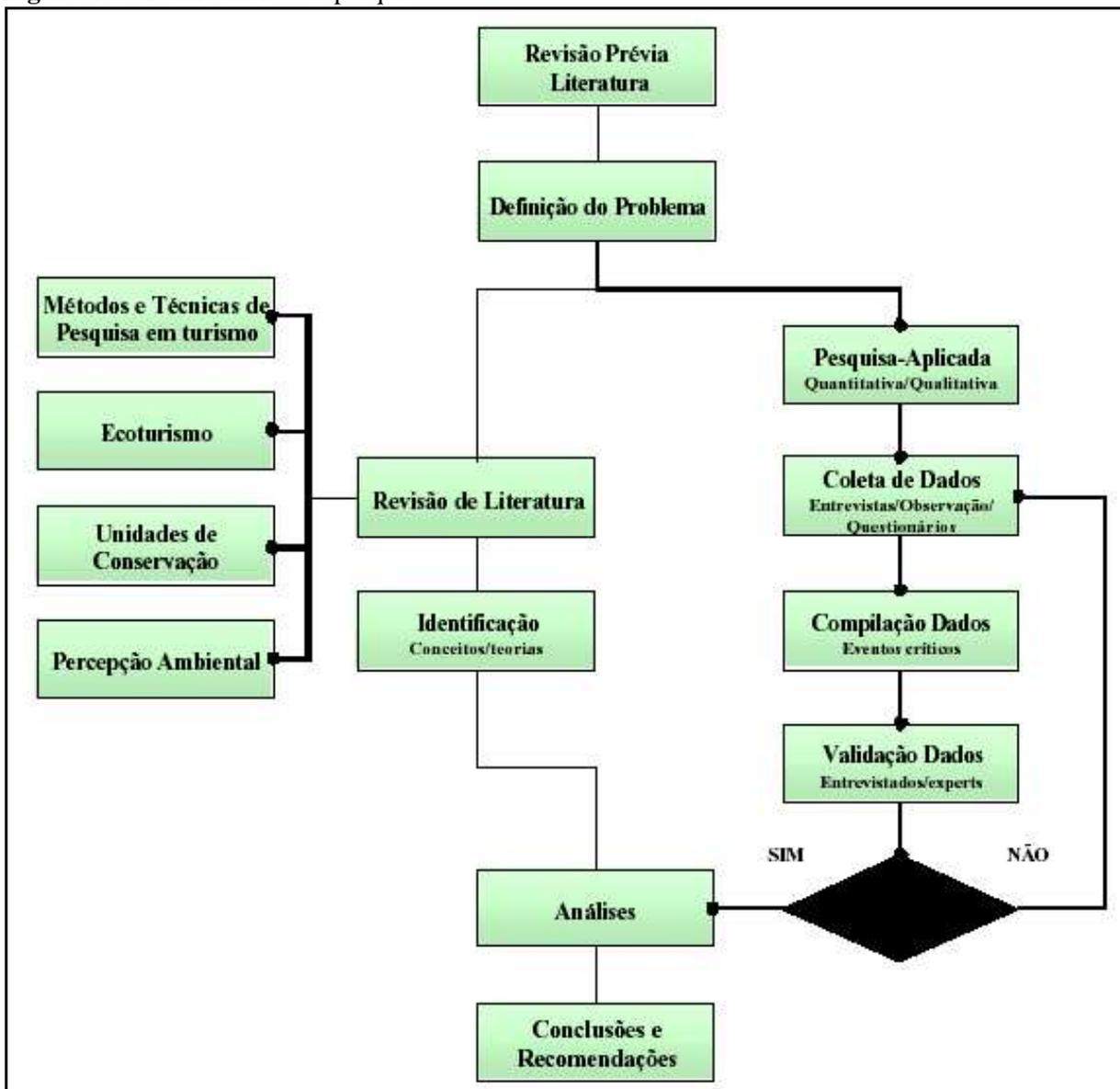
Partiu-se para a análise dos dados, assumindo-se que a respostas das perguntas refletem ações e predisposições em relação à conservação do Parque Estadual do Ibitipoca, atitudes consideradas positivas. As respostas das questões abertas foram organizadas e tabuladas em planilhas de dados comuns, classificando-as e agrupando-as em categorias. De acordo com Silver (2000), estes dados qualitativos podem ser incorporados ao texto da pesquisa e enriquecem os dados quantitativos.

Posterior à aplicação de todos os questionários e finalização das atividades de observação de campo, os dados das questões fechadas foram tabulados e analisados de acordo com suas frequências, com o auxílio do *software Microsoft Excel*. As questões abertas foram tabuladas mediante o processo de categorização, elaborando a transcrição literal das respostas na busca de temas (categorias) surgidos. Esse procedimento procurou verificar as similaridades e diferenças entre as respostas, para maior riqueza de análise. Após a análise, foram definidas categorias de respostas computando-se as frequências de cada categoria.

Em síntese, o delineamento da pesquisa seguiu os passos sugeridos por Cavalcante *apud* Bessa (2005), conforme apresentado na figura que se segue.

²⁰ Silver (2000) enfatiza as vantagens da pesquisa-piloto, para testar o questionário. O questionário pode ser respondido por, pelo menos, 20 pessoas com características diferentes que, depois de responderem, devem ser reavaliadas para que, com a ajuda delas, sejam corrigidas as áreas de ambigüidade etc.

Figura 4.4.: Delineamento da pesquisa



Fonte: Cavalcante *apud* Bessa (2005)

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados na seqüência: perfil, visitação, atividades, percepção, afetividade e preocupação com o meio ambiente, ecoturismo, opiniões e observações (tabela 4.1). Também foram expostas as sugestões obtidas, principalmente sobre conservação, visitação, infra-estrutura e gestão do parque.

Através da contagem do número de pessoas por grupo foi possível identificar o universo da amostra, 433 pessoas distribuídas em grupos que variaram de 1 a 5, 5 a 10,

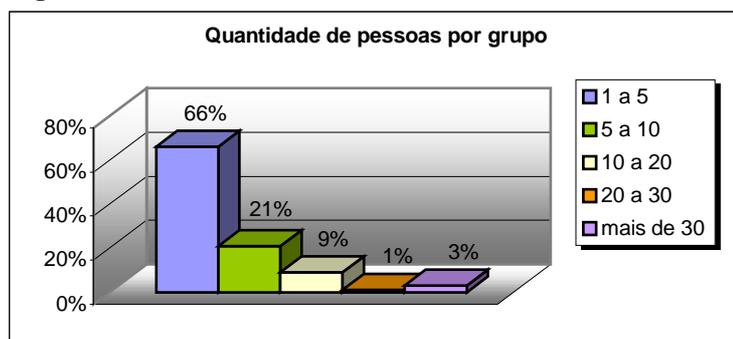
10 a 20 e mais de 30 pessoas. Cabe ressaltar que duas estavam sozinhas e foram abordadas pela pesquisa. Então, totaliza-se 435 de um total de 82 questionários aplicados.

Perfil

Observa-se destaque maior para o grupo de tamanho menor 1 a 5 pessoas (66%), geralmente casais, famílias e amigos e o grupo de 5 a 10 (21%), a maioria amigos. No grupo com mais de 30 pessoas, os maiores registros foram um grupo de 60 pessoas, provenientes do RJ e um de 45, vindos do Ceará.

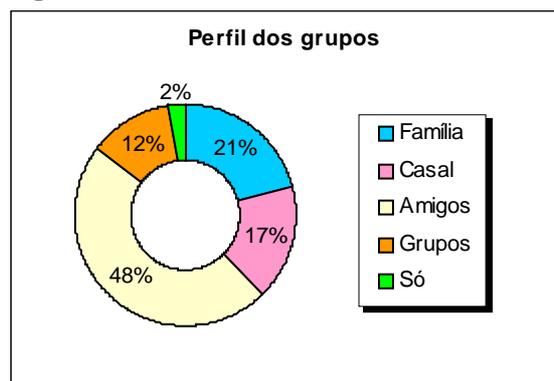
Importante evidenciar a presença de dois grupos maiores encontrados no dia da pesquisa. Um grupo do estado do Rio de Janeiro, vindo com objetivo de conhecer o PEIB. O outro grupo, vindo do Ceará, teve como objetivo participar de um evento de dança e música no entorno do parque. A presença desta origem, em termos dos fluxos turísticos mais recorrentes, é atípica e demonstra a capacidade atrativa da região.

Figura 4.5



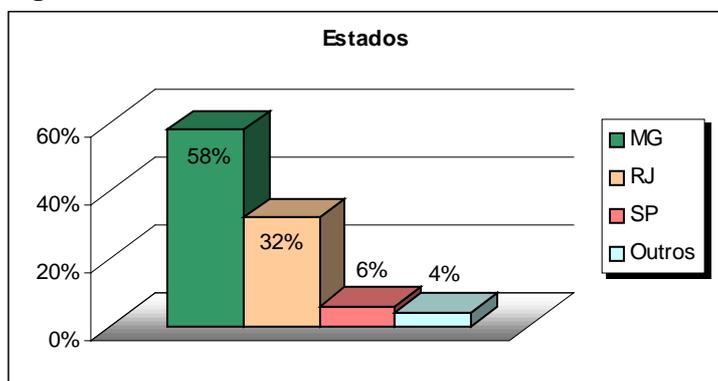
No que se refere ao perfil dos grupos, predominou o grupo de amigos (48%), em seguida famílias e depois casais.

Figura 4.6



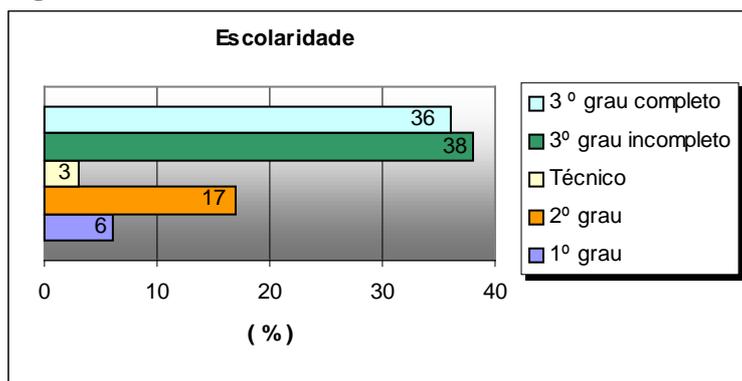
A procedência dos visitantes é um importante indicador da inserção das áreas protegidas no contexto regional. Neste caso, o padrão natural de distribuição da procedência dos visitantes refletiu uma elevada frequência de visitantes residentes nas proximidades do parque. Minas Gerais foi o Estado que mais se destacou em número de visitantes, com 58% do total de entrevistados, em seguida Rio de Janeiro (32%) e São Paulo (6%). Demais localidades (4%), registraram-se Distrito federal, Espírito Santo e Ceará.

Figura 4.7



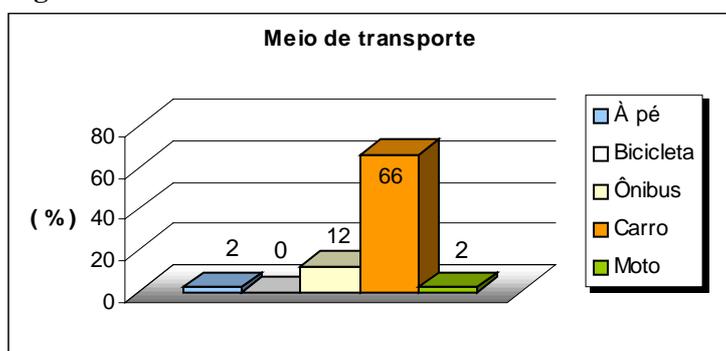
Em um total de 41% homens e 59% mulheres, a idade média foi de 24 anos, isso mostra o perfil jovem do turista de Ibitipoca. A escolaridade aponta para o nível superior (completo e incompleto), totalizando 74% da amostra.

Figura 4.8



Sobre o meio de transporte utilizado, a grande maioria dos visitantes teve acesso ao parque através de carro (66%).

Figura 4.9

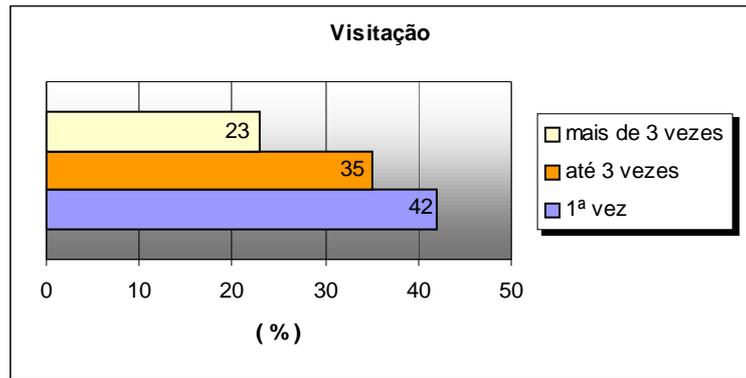


Visitação

Na avaliação sobre a visita, 57,3% dizem preferir visitar o parque em finais de semana e feriados, o restante afirma ser indiferente a esta condição.

Já com relação à frequência de visita, a amostra apresentou valores bem distribuídos. No entanto, se forem criadas apenas duas categorias de análise como: **1.** 1ª vez de visita ou até 3 vezes/ano e **2.** mais de 3 vezes/ano. Observa-se que a maioria dos entrevistados se encontraria na categoria **1**, representando 77%. Neste caso, observou-se que a frequência de visita, da maioria dos entrevistados, é eventual e não constante.

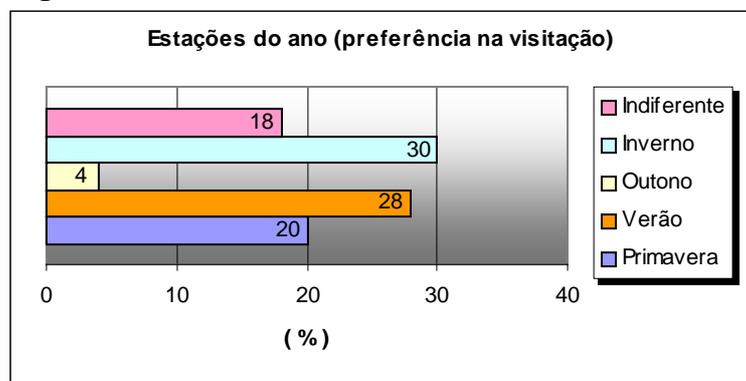
Figura 4.10



As estações do ano bem definidas para a visitação foram verão e inverno, 58% destacaram ou uma ou outra. Isso pode ser explicado em parte devido às características climáticas da região. O período do inverno, com menos chuva, torna-se o mais adequado devido ao difícil acesso, mas não é adequado para o banho por causa da baixa temperatura da água. Porém, caso o deslocamento seja realizado com veículo adequado, no período do verão, sobressaem os recursos hídricos como opção de lazer.

Contudo, os 18% que responderam indiferente é um número considerável. Os 20% que escolheram a primavera foi, segundo eles, por ser considerada a “estação das flores” e, portanto, a preferência por esta época. As melhorias atuais nas vias de acesso ao parque poderão ser um fator a contribuir com a visitação mais distribuída, em diferenciadas épocas do ano.

Figura 4.11

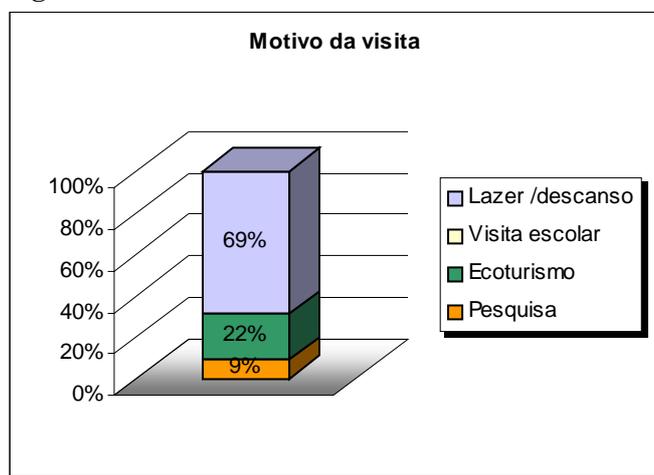


O principal motivo da visita foi para o lazer e descanso (69%). O ecoturismo teve destaque em apenas 22%. Foram registrados 9% dos entrevistados que foram ao

parque por razão de pesquisa no local. Nota-se que não houve nenhuma ocorrência para as visitas escolares.

A não ocorrência de visitas escolares pode ser explicada devido ao período da pesquisa ter sido em finais de semanas e feriados. No entanto, a equipe administrativa do parque deve ficar atenta à necessidade e demanda de escolas e universidades da região em conhecer e promover aulas de campo com os alunos na área do PEIB. Desse modo, contribuirão com a pesquisa e divulgação do parque, quanto aos aspectos físicos, biológicos, ecológicos, culturais e sociais da região.

Figura 4.12

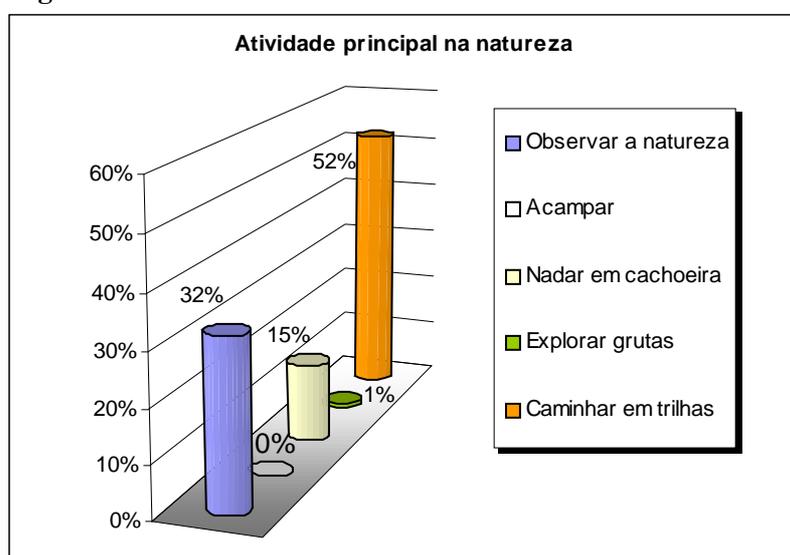


Os dados sobre o perfil do visitante do PEIB corroboraram com os resultados encontrados por Castro (2004) e Ladeira (2005), quanto ao estado de origem, escolaridade, faixa etária, tamanho dos grupos e frequência de visitação e de acordo com LTDS (2006), com relação à escolaridade, faixa etária, estado de origem e meio de transporte. Castro (2004) registrou também mesmo perfil para grupos (amigos), meio de transporte o carro, além de uma das principais atividades estarem na motivação pelo lazer e descanso. Estes registros corroboraram com os dados de perfil levantados nesta pesquisa, o que confere representatividade à amostra.

Atividades

Uma vez que a condução aos atrativos ocorre por meio das trilhas, esta foi a atividade principal que consideraram, com 52% do total. Seguida da observação da natureza, com 32% e nadar em cachoeiras, com 15%. Explorar grutas não foi o perfil registrado do turista de Ibitipoca, representando apenas 4%. Na época de aplicação dos questionários não foi registrada a atividade “acampar”, pois o camping encontrava-se fechado, por motivos de manejo da unidade (portaria do IEF nº 087, de 04/07/2007).

Figura 4.13



Neste item, os dados também comportaram de acordo com os registrados por Castro (2004) e Ladeira (2005), as quais apontaram a caminhada como principal atividade. Em Ladeira (2005), observar a natureza ficou também como atividade secundária, como neste estudo. Estudos do MMA (2004), sobre diagnóstico de visitação em parques nacionais e estaduais, apontam que as atividades de destaque nestas unidades de conservação são a caminhada e o banho, aqui representadas pela caminhada nas trilhas e pelas cachoeiras presentes no PEIB.

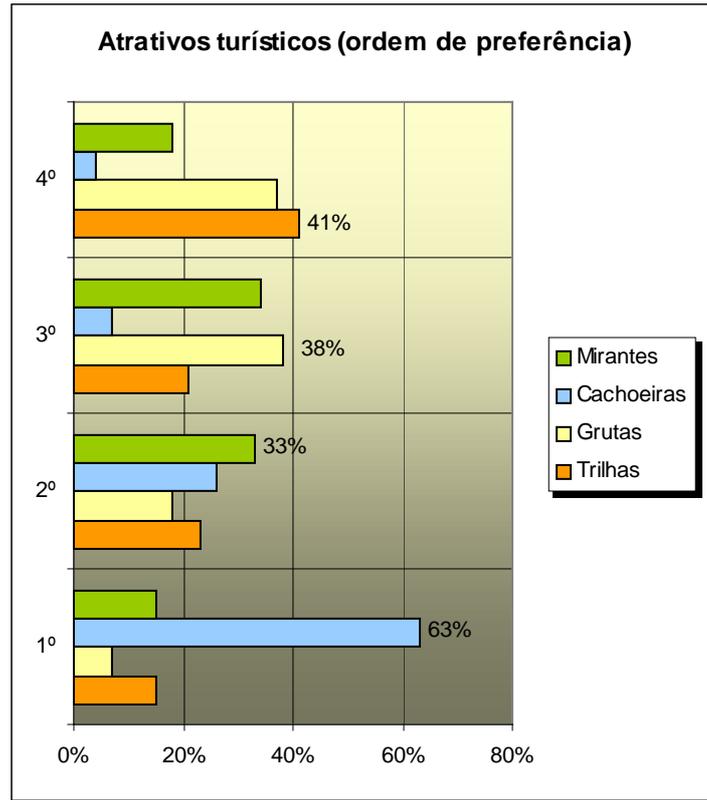
Interessante acrescentar que, os dados de Ladeira (2005) registraram pouco interesse ao camping como atividade principal. Isto apontou não só uma característica

do PEIB, mas também no Parque Nacional de Itatiaia em estudos de Barros (2003). Este fato apresenta um ponto positivo ao manejo das unidades, do ponto de vista dos impactos gerados por esta atividade. Por esta não ser muito procurada, a iniciativa de não permitir a atividade no parque, não gera conflito entre os interesses de uso público e o manejo dos recursos naturais, com fins de mínimo impacto.

Com relação à preferência por atrativo natural, a fauna, a flora e a água seguiram valores percentuais bem próximos, 12%, 17% e 15% respectivamente. A maioria dos entrevistados prefere observar a paisagem (56%), que segundo Boullón (1985) é formada por atrativos naturais e pelo ambiente natural que se destaca por sua beleza, característica predominantemente estética e cenográfica, associado ao conceito de imagem, a partir de elementos perceptíveis, visíveis na forma de cena.

Segundo Freitas (1999), os estudos das preferências dos visitantes referem-se à importância manifestada por determinado grupo social a alguma situação ou condição que direcionem suas predileções. Sob este enfoque, avaliou-se a preferência por atrativo turístico (trilhas, grutas, cachoeiras e mirantes), através da ordem de prioridade que os visitantes estabeleceram ao serem questionados. Destaque foi dado às cachoeiras, com 63% alcançou a colocação de 1º lugar; em seguida os mirantes, com 33% no 2º lugar; 38% no 3º lugar para as grutas e no 4º as trilhas, com 41%. Apesar das trilhas serem a condição básica para conduzir os visitantes aos atrativos, não mostrou uma preferência. O perfil dos entrevistados também não revelou opção pelas grutas, atribuíram este fato pela ausência de guias que os levem com maior frequência e segurança a esses locais.

Figura 4.14



Percepção

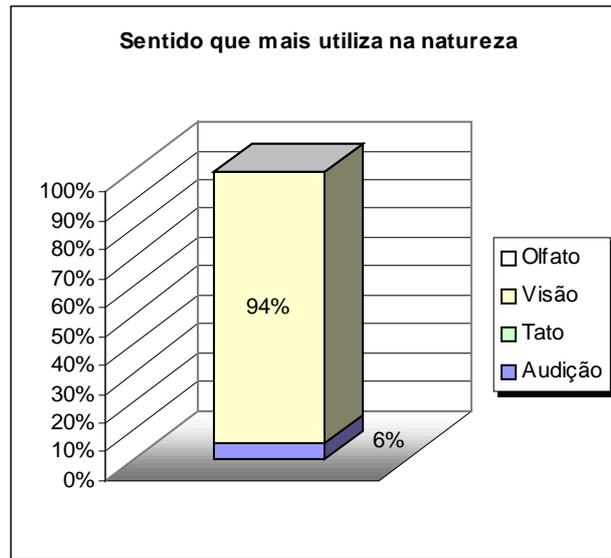
Em relação ao sentido que mais utiliza, quando em contato com a natureza, a porcentagem de 94% para a visão corrobora com afirmativa de Tuan (1980) “a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética” (...), “sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros”, pois muitos associaram a paisagem como “cenário”.

Os que responderam audição destacam preferir observar a água. Não ocorreram registros para a percepção através do olfato e do tato. Cumpre destacar que, nos dias de pesquisa, não foram encontrados turistas com limitações físicas. Utilizando-se das considerações de Tuan (1980), essa percepção auditiva pode ser explicada, possivelmente, pelo fato de nos sentirmos mais vulneráveis aos sons. “A audição tem uma conotação da passividade (receptividade) que a ‘visão’ não possui”, “nossa

experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do campo visual”.

Ressalta-se que muitos, ao responder esta questão, citaram utilizar todos os sentidos para perceber a natureza. Porém, a condição era dizer o sentido que “mais” utiliza. Neste caso, optaram pela visão.

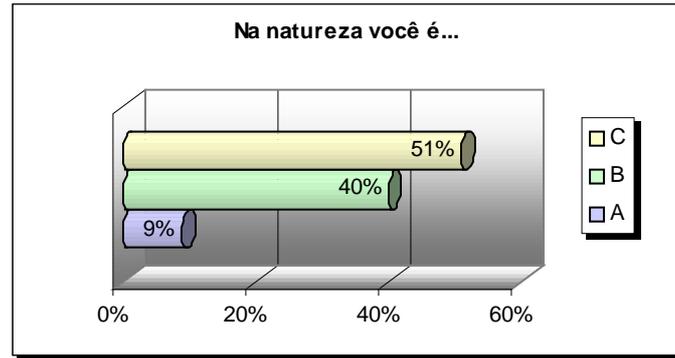
Figura 4.15



Dentre uma variedade de características apresentadas ao entrevistado, perguntou-se em qual grupo se identificavam quando presentes em áreas naturais. Grupo A: retraído, pensativo, tímido, introspectivo, sério; grupo B: dominante, alegre, aventureiro, otimista, argumentador e grupo C: Tranquilo, cooperador, carinhoso, sociável. As categorias A, B e C estão fundamentadas nos conceitos de ectomorfo, mesomorfo e endomorfo respectivamente, apresentadas por Tuan (1980).

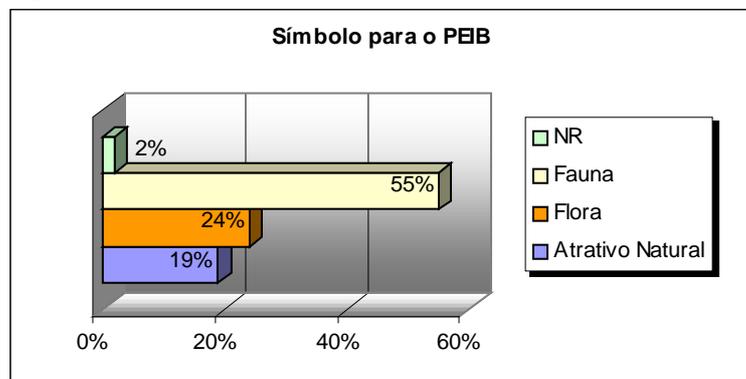
Esta questão teve como objetivo compreender o comportamento dos indivíduos na natureza. Destaque foi dado para o grupo C, com 51% e para o grupo B, com 40%.

Figura 4.16



Os símbolos citados, para representar o PEIB na categoria biodiversidade foram a fauna (lobo guará, pássaros, quati, onça e borboletas) e a flora (orquídeas, bromélias, cactáceas, candeias e flores). Durante as entrevistas ocorreu o questionamento de alguns turistas sobre o símbolo para o parque, se não poderia ser representado através de um atrativo ou algum outro recurso natural. Neste sentido, todas as respostas foram consideradas. Como representativos escolheram Lago dos Espelhos, Janela do Céu, Ponte de Pedra, paredões, grutas, cachoeiras e a água.

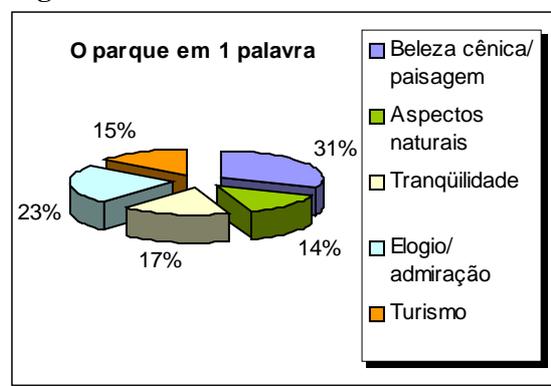
Figura 4.17



O que mais destacou na caracterização do PEIB foi a sua paisagem, representada pela beleza cênica (31%), os demais 23% apresentaram palavras de elogio, 17% associaram à tranquilidade que o local proporciona, 14% enfatizaram os aspectos naturais e os 15% restantes citaram sobre o turismo. Palavras como paz, tranquilidade, segurança, liberdade, prazer e emoção demonstraram sentimentos topofílicos.

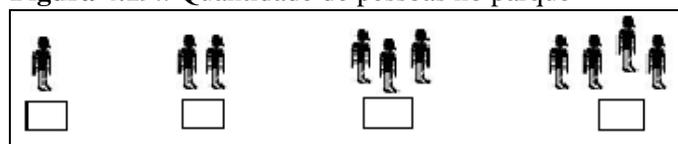
Com relação as observações sobre biodiversidade local, as espécies mais citadas foram as orquídeas e bromélias (36%), seguida de espécies de pássaros (21%), insetos (18%), cactaceas (12%), lagartos (5%) e mamíferos (5%), apenas 3% não responderam. Isso reflete como o visitante identifica a diversidade biológica da área. No entanto, alguns comentam não ser fácil a observação de animais no local, destacando a flora como a mais exuberante para a observação. Quanto à fauna, os pássaros destacam-se pelo interesse de alguns visitantes em observa-los.

Figura 4.18



Para investigar a percepção com relação à quantidade de pessoas no PEIB, utilizou-se a figura abaixo, com cada elemento representando a lotação do parque (vazio, com poucas pessoas, cheio e lotado; respectivamente).

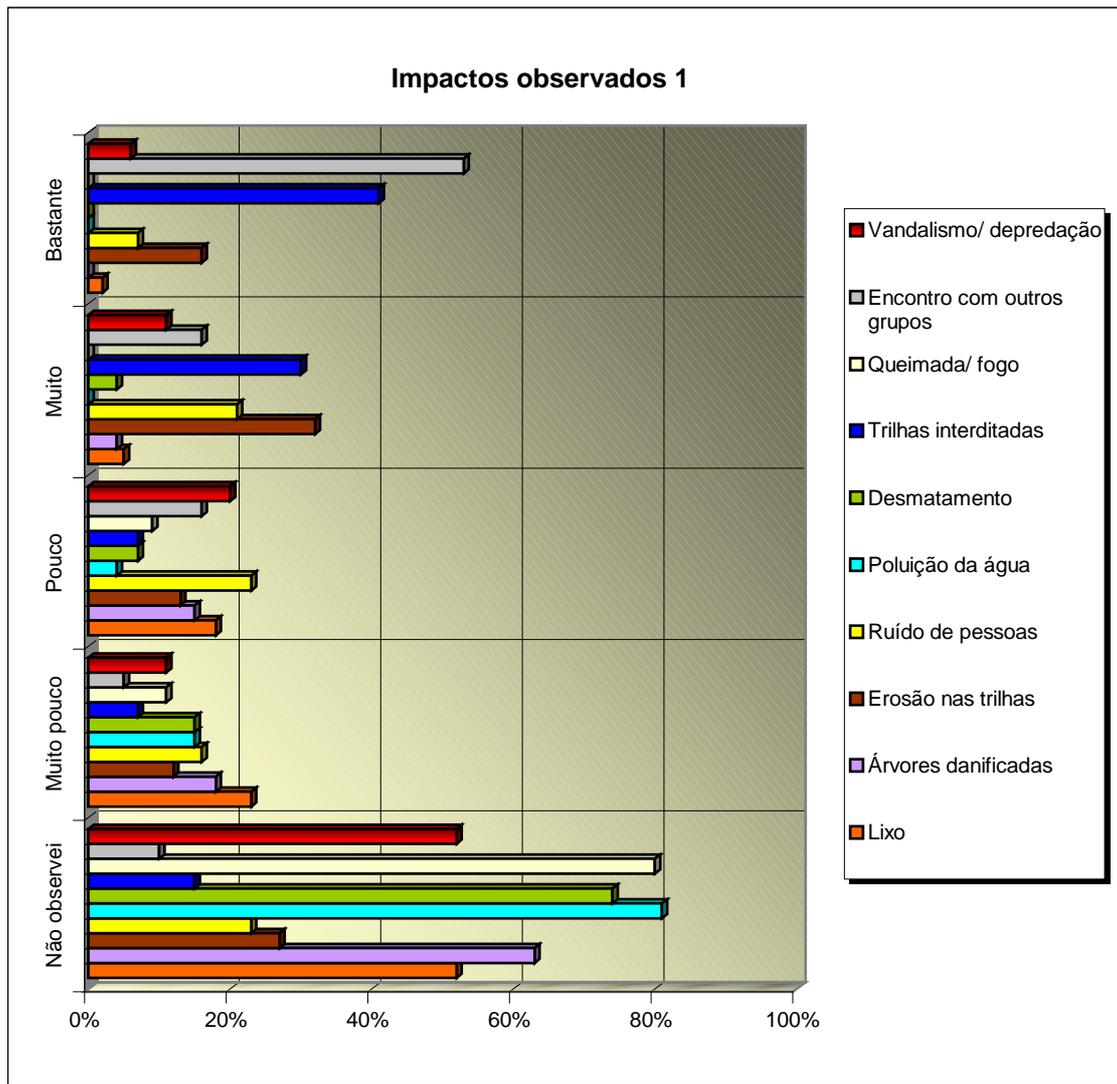
Figura 4.19.: Quantidade de pessoas no parque



Os resultados obtidos demonstraram que 54% consideraram o parque como cheio e 38% como lotado. O restante, 6% com poucas pessoas e 2% como vazio. Os visitantes que mais perceberam a lotação do parque foram os entrevistados no Circuito das Águas. Este dado aponta que o fluxo turístico se direciona principalmente a este roteiro, apontando para a falta de controle e distribuição da capacidade de carga local.

Sobre a percepção com relação às condições de manejo e aos impactos observados, foram apresentadas opções como: não observei (0), muito pouco (--), pouco (-), muito (+) e bastante (++). Dessa forma, o turista pôde se orientar ao responder sobre os impactos que observou na área de sua visita.

Figura 4. 20



Para melhor visualização dos dados obtidos, sobre a percepção ambiental com relação aos impactos, as categorias foram agrupadas. Muito pouco e pouco, reunidas em “observei pouco” e as categorias muito e bastante em “observei muito” (Figura 4.21).

Trilhas interditadas (71%) e encontro com outros grupos (69%) foram os muito observados. Poluição da água (81%), queimada (80%), desmatamento (74%), árvores danificadas (63%) prevaleceram em “não observei”.

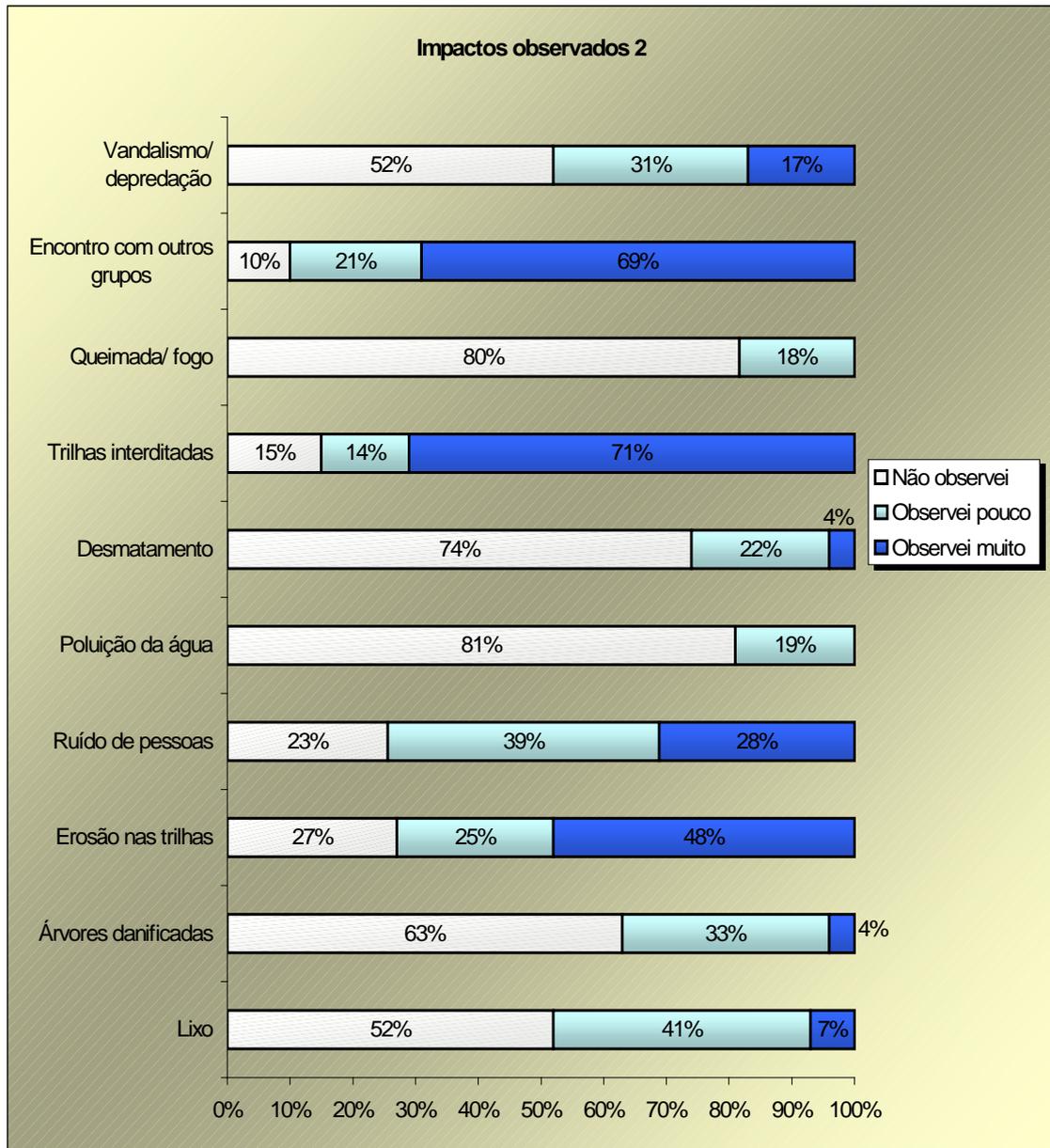
Sobre o lixo, a porcentagem prevaleceu entre “não observei” (52%) e observei pouco (41%), o mesmo ocorreu para observações sobre vandalismo/depredação, com 52% para “não observei” e 31% para “observei pouco”.

Quanto ao vandalismo, os entrevistados apontaram preocupação com relação à destruição de algumas grutas. Deve-se considerar que a ação de degradação dos recursos naturais, pelos visitantes, pode ser em decorrência da má orientação, bem como a falta de fiscalização adequada. Para tanto, os vigias devem ficar atentos ao comportamento inadequado do visitante, a todo tempo.

Com relação às observações sobre erosão nas trilhas, 48% considerou ter observado muito. No entanto, 52% distribuíram-se entre “não observei” (27%) e 25% em “observei pouco”, alguns entrevistados atribuíram a erosão ao fator de fragilidade do solo local e não devido à visitação.

A percepção sobre o ruído provocado por outros grupos mostrou-se bem dividida entre as categorias de análise (não observei, 23%; observei pouco, 39% e observei muito, 28%). Isso pode ser explicado pelos variados locais de aplicação do questionário, ou mesmo por ser um fator que não interfere na visita ou é fato indiferente para os entrevistados.

Figura 4.21



Dados do LTDS (2006), apontaram que os visitantes pouco percebem os impactos, tendo em vista a resposta negativa quando questionados sobre algum tipo de degradação. As respostas que indicaram degradação apontam para o lixo, as pixações, trilhas interditadas e erosão. Trilhas interditadas e erosão foram percebidos também pelos entrevistados nesta pesquisa. Os dados sobre lixo, enquanto impacto negativo, não foram registrados por Castro (2004), uma vez que os visitantes consideraram o PEIB bem limpo. Os dados desta pesquisa também apontaram um bom relacionamento do

turista com a questão do lixo, mostrando-se preocupados com o destino correto do lixo. Mesmo sem lixeiras ao longo das trilhas e nos atrativos, os visitantes carregam o lixo até à lanchonete, área administrativa e/ou Centro de Visitantes e depositam onde estão localizadas as lixeiras, separadas em lixo seco e orgânico.

Ecoturismo

A investigativa da compreensão do conceito de ecoturismo, através resposta sim ou não ecoturista e porque, possibilitou visualizar o que consideram necessário para definirem-se como um ecoturista. Um total de 64% afirmou considerar-se um ecoturista.

Dentre os que disseram “sim” associaram o ecoturismo à consciência ecológica (38%), frequência de visitação a áreas naturais (38%), contato com a natureza (20%) e 4% não responderam.

Os que disseram “não” justificaram pela baixa frequência de visitação a áreas naturais (66%), causar impacto e/ou não possuem o perfil (20%) ou por desinteresse (7%) e 10% não responderam.

Figura 4.22

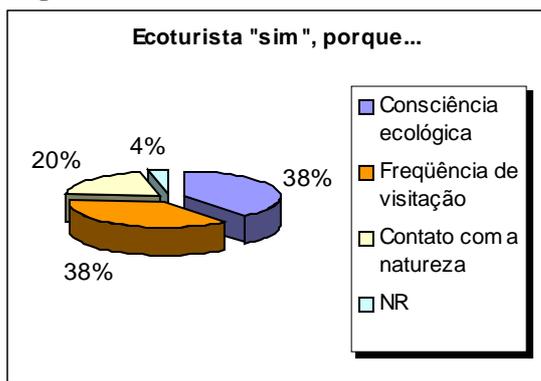
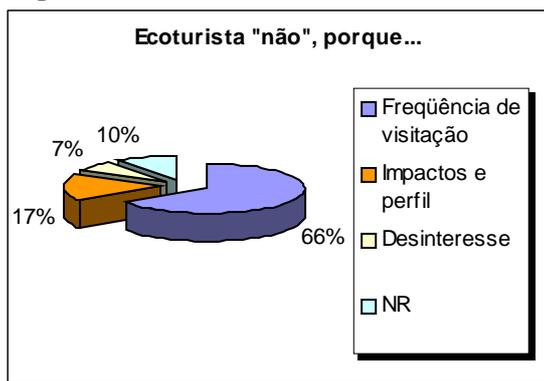


Figura 4.23



Nas tabelas 2 e 3, observa-se como as respostas abertas foram agrupadas em categorias de modo a possibilitar a sua reunião em grupos significativos, os quais puderam ser analisados de forma quantitativa, como nos gráficos.

As perguntas abertas sobre ecoturismo possibilitaram uma análise qualitativa das respostas, o universo de dados possibilitou realizar uma investigativa conceitual sobre o ecoturismo, na opinião dos visitantes.

Tabela 4.2.:

ECOTURISTA SIM, PORQUE...	
Categorias	Respostas obtidas
A - Consciência ecológica	Respeito a natureza, espírito de preservação e cooperativismo, está ligada à preservação e aos ecossistemas, penso em uso sustentável, respeito as regras/normas do parque, gosto da natureza, preocupo-me em conservar a natureza, preocupo-me com a conservação do patrimônio natural e cultural, gosta de preservar, protejo a natureza, pois sou uma turista consciente, pelos passeios conscientes e cooperação com a natureza, gosta de andar pela natureza só deixando pegadas, aproveito a natureza conscientemente/ penso na natureza, sou consciente, preocupo-me com o meio ambiente, preocupo-me com a conservação.
B - Frequência de visitação à atrativos naturais	Pratico trilhas, freqüento cachoeiras, visito vários parques, prática freqüente na natureza, viajo para acampar em parques, freqüenta parques e pesquisa, visito a natureza e interajo com ela, sempre procuro lugares naturais para visitar, “exploro” a natureza, visito ambientes naturais e preservo, viajo muito para a natureza, pratico visita à natureza, sempre freqüento o parque, gosto/prefiro desses programas (viagens à natureza).
C - Contato com a natureza	Contato com a natureza; admiro a paisagem; interesse em conhecer atrativos naturais; procuro conhecer bastante a natureza; observar a natureza e aprender; me relaciono com o ambiente/dialogo.

Tabela 4.3.:

ECOTURISTA NÃO, PORQUE...	
Categorias	Respostas obtidas
D – Desinteresse	Só gosto de passear, não curto tanto a natureza; falta de tempo.
E - Frequência de visitação à atrativos naturais	Não venho com freqüência, não pratico c/ freqüência esse tipo de lazer, não pratico constantemente trilhas, não visito área natural com freqüência, não pratico, não freqüento, mas pretendo; nem sempre opto por passeios ecológicos, não pratico caminhada, não tenho freqüência de conhecer outros lugares; não faço roteiros ecológicos, não tenho hábito, não é sempre que passeio (ou posso vir) em parques; não sou assídua; pouca freqüência de visitas/ preciso freqüentar mais; não é uma atividade freqüente para mim; falta de prática e preparação física.
F - Impactos e perfil	Não me encaixo na palavra ecoturista; não tenho espírito aventureiro; não “exploro” a natureza; causo impactos

Segundo Pires (2002), o público turista faz seu conceito particular e circunstancial do ecoturismo. O autor enfatiza que é lícito supor a prevalência de uma grande carga de subjetividade, condicionada pelas motivações e expectativas pessoais, pelo grau de realização ou de frustração experimentado, pelo nível de envolvimento e experiência acumulada, pela necessidade profissional ou interesse intelectual.

Normalmente, o público tende a emitir um conceito mais simplista e até mesmo emotivo sobre o ecoturismo. Porém, não deixando de ser legítimo e válido, esclarece Pires (2002). O conceito de ecoturismo atribuído pelos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca condiz com essa afirmativa.

Pôde-se verificar que, ao se perceberem enquanto ecoturistas, os visitantes atribuem três pré-requisitos: consciência ecológica, frequência de visitação à atrativos naturais e contato com a natureza. Por não se consideram como ecoturistas apontam: também à frequência de visitação à atrativos naturais, além do desinteresse, não possuem perfil e causarem impactos. Neste sentido, a prática freqüente de visita à uma área natural parece ser a condição primária para ser um ecoturista. Este dado aponta uma visão bem limitada do termo ecoturismo.

Afetividade e preocupação com o meio ambiente

Em relação à preocupação com o ambiente do parque, todos responderam “sim, me preocupo”. Sobre como colaboram para conservá-lo apenas 5% não responderam, os demais entrevistados enfatizaram a questão do lixo, a não degradação e o respeito às regras como as atitudes mais realizadas, isso pode ser observado pela porcentagem de respostas obtidas: 47%, 26% e 14 %, respectivamente. Do total, 8% afirmaram colaborar na orientação de demais visitantes, quanto à conduta correta e de mínimo impacto em áreas naturais. Estas posturas revelam apenas o cumprimento das regras e

normas estabelecidas pela administração do parque, o que restringe a preocupação ambiental em “cumprir regras”.

Figura 4.24

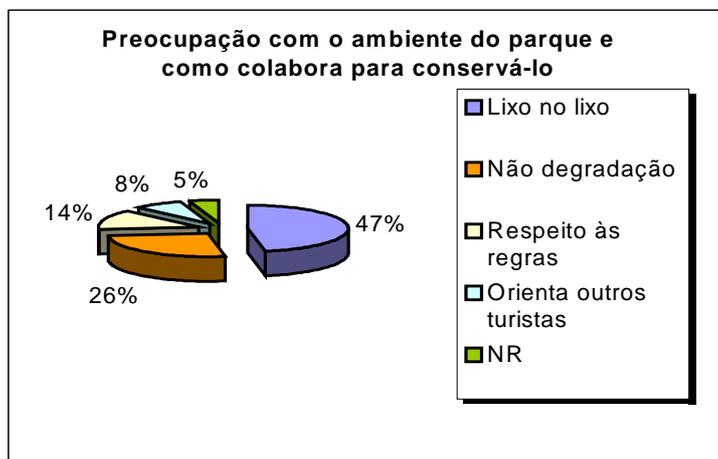


Tabela 4.4.:

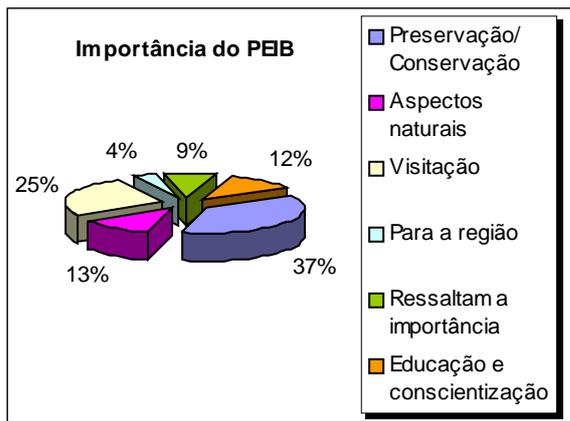
VOCÊ SE PREOCUPA C/ O AMBIENTE DO PEIB? SIM. PORQUE...	
Categorias	Respostas obtidas *
A - Respeito às regras	Respeito o meio, respeito a sinalização, respeitando, sigo os guias, sigo as trilhas (a sinalização), respeito às regras (não entro em trilhas proibidas), sigo as informações, não desrespeito às regras das trilhas, respeito às regras, ando nas trilhas, respeito as trilhas, não uso atalho nas trilhas, sigo a trilha, indo pela trilha.
B - Lixo no lixo	Não deixo lixo, recolho o lixo, levo até à lixeira, não poluo, não jogo papel...
C - Não degradação	Não danificando, não degrado, não levo plantas, não colete espécies, não retiro espécies, não retiro espécies do local, não destruo a natureza, não retiro nada do lugar, não maltrato a natureza, não depredando, não pisando nas espécies, não destruo plantas, não retiro nada, não faço fogueira, não danifico árvores, não desmato, tudo no lugar, não danifico nada, não modifico o ambiente, não destruo, visitando com o mínimo impacto, não degradando.
D - Orienta outros turistas	Mantendo o nível de conscientização, oriento outros turistas, transmite boas informações, divulgando, chama a atenção de um comportamento inadequado de visitantes/ educação, não deixo os outros destruírem/passo informações, conscientizando os turistas, interagindo de forma positiva.

* Os turistas responderam uma ou mais alternativas.

Para 37% dos entrevistados, a importância do parque está na preservação/conservação e 27% consideram a visitação. Os recursos naturais são citados por 13%, seguido de 12% para a educação e conscientização e 9% apenas enfatizaram a importância do PEIB. Somente 4% dizem ser importante para a região. Este fato mostra

que as pessoas reconhecem o objetivo principal do parque, a conservação. No entanto, também apontam a visitação como de importância considerável, pode-se supor que pelo interesse e/ou necessidade de contato com a natureza, visualizando um fator importante para eles. Os recursos naturais e a educação são colocados posteriormente, o que pode apontar uma certa despreocupação com estes quesitos.

Figura 4.25



Quanto às atividades prioritárias para o PEIB (figura 4.26), destacaram a proteção e manejo das espécies, em 1º lugar (46%) e enfatizaram a educação ambiental, que garantiu destaque como atividade mais importante, pois obteve 34% como 1º lugar.

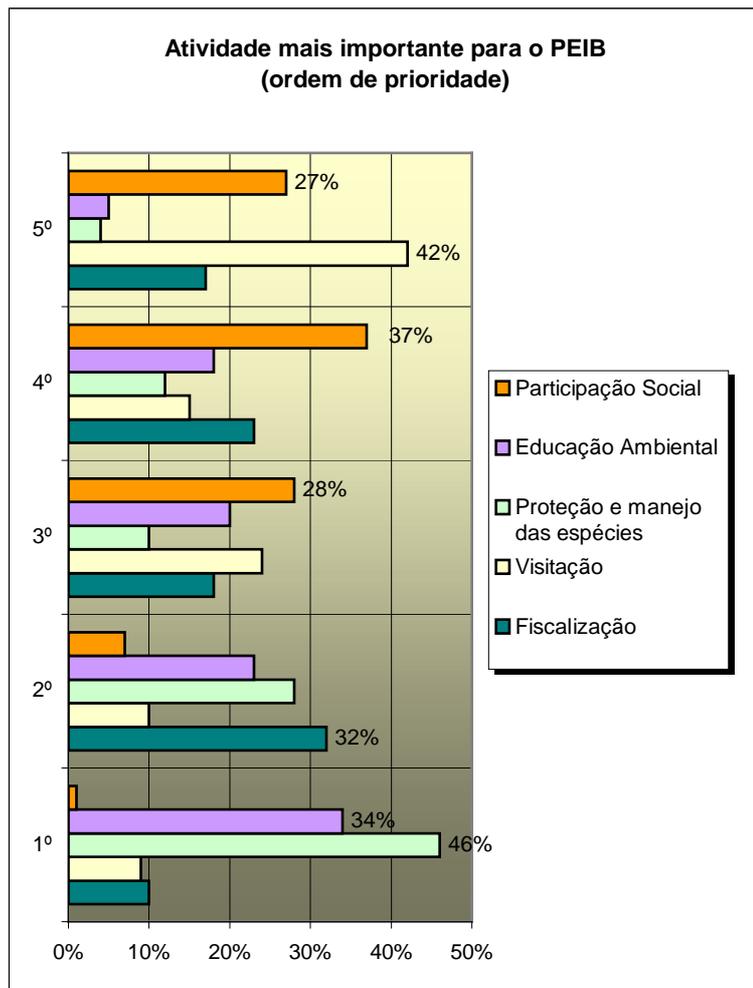
A fiscalização não se destacou como prioridade, pois teve suas frequências bem distribuídas, porém alcançou 32% no 2º lugar. A participação social ficou entre as últimas em prioridade, podendo encaixá-la nos 3º e 4º lugares, seguida da última atividade prioritária para o parque, a visitação representada por 42% no 5º lugar.

Através da análise dos dados, observa-se que os visitantes inserem a conservação/preservação tanto como importância do PEIB, quanto como atividade prioritária. Contudo, nota-se que a educação ambiental aparece em destaque enquanto atividade para o parque, mas não enquanto importância do PEIB. As duas perguntas apontaram universos diferentes de dados, porém se complementaram. O destaque dado à visitação em detrimento à educação (figura 4.25) revela o interesse dos entrevistados

pelo uso público da área natural, todavia não deixam de considerar a educação ambiental como uma atividade prioritária (figura 4.26).

Tanto a importância para a região, quanto a participação social como prioridade apareceram com pouco destaque. Neste caso constata-se que a comunidade não é percebida como parte integrante da UC. Segundo Silva (2004), isso exemplifica a visão que a sociedade urbana tem dos parques como natureza selvagem, exposta apenas aos olhares dos visitantes, estes não absorvem as ações e contingências sócio-culturais dos moradores locais. Desta maneira, o parque é visto independente, inclusive, do próprio contexto ambiental.

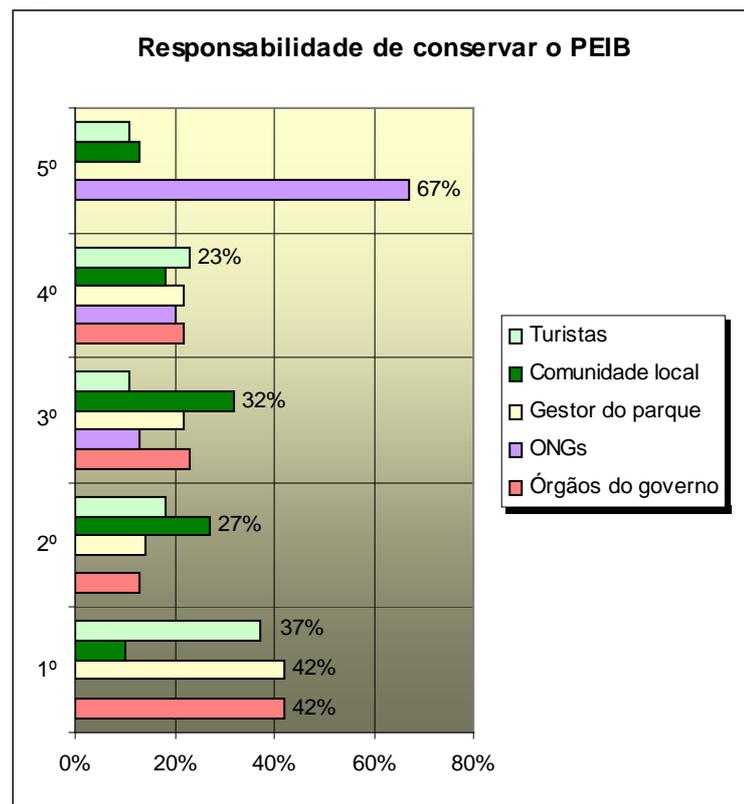
Figura 4.26



É baseado na percepção que o indivíduo tem da paisagem que ele atua em relação a esta. Nesta perspectiva, objetivando constatar a percepção dos turistas e a partir delas suas atitudes com respeito à proteção da biodiversidade do PEIB, foi perguntado sobre a responsabilidade de cuidar dessa UC. Para avaliar a quem os visitantes atribuem as responsabilidades de se conservar uma unidade de conservação, também para verificar suas preocupações ambientais com o local.

As responsabilidades primeiramente foram atribuídas aos órgãos do governo (42%), gestor do parque (42%) e turistas (37%). A comunidade local destacou-se entre o 2º e 3º lugares, ficando as ONGs com uma menor responsabilidade de conservar o PEIB, com 67% no 5º lugar.

Figura 4.27



Grande parte dos entrevistados acredita no papel do órgão do governo, isso mostra que a concepção da conservação ainda é muito vinculada aos preceitos e valores institucionalizados. Contudo, consideraram-se também responsáveis pelo PEIB (37%).

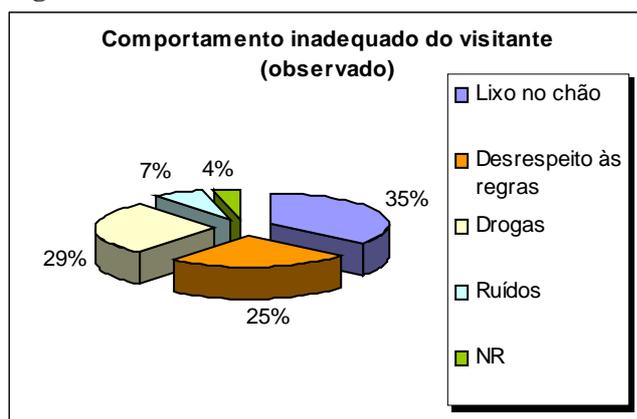
Este dado aponta a preocupação do visitante com relação à conservação e ao seu papel de ecoturista, enquanto inserido em uma área natural protegida.

Pouco valor de responsabilidade foi atribuído à população local e às ONGs.

Opiniões e observações

Sobre a observação de comportamento inadequado do visitante, 29% responderam ter observado e 71% não. Dentre os que responderam ter observado, estes mencionaram o lixo no chão (35%), uso de drogas (29%), desrespeito às regras (25%) e ruídos (7%). 4% confirmaram ter observado comportamento inadequado de alguns visitantes, no entanto não citaram quais.

Figura 4.28



A opinião sobre o Centro de Visitantes *Saint-Hilaire* (CVSH) mostrou-se bem positiva (☺ - muito bom), com 91%. Não ocorreram registros de opinião negativa (☹ - ruim), somente 9% consideraram-no regular (☺) e apresentaram sugestões, tais como:

- ✓ Apresentação de palestras e vídeos;
- ✓ Exposições constantes, temporárias e permanentes, e de temas variados;
- ✓ Realização de atividades interativas e de educação ambiental;
- ✓ Promover atividades para a visita escolar;
- ✓ Inserir informações sobre regras de mínimo impacto;

- ✓ Distribuição de mapas e cartilhas mais explicativas;
- ✓ Mais funcionários para recepcionar, orientar e explicar sobre o parque.

Figura 4.29



O número de turistas que passaram pelo Centro apresentou um valor relevante (84%). A maioria desse total leu as informações encontradas na exposição.

Tabela 4.5.: Porcentagem de visitantes no CVSH

CENTRO DE VISITANTES SAINT-HILAIRE	
Visitação	%
Não Visitei	16
Visitei	84
Visitei e li as informações	69
Visitei, mas não li as informações	15

Estes dados apontaram para a boa representatividade do Centro de Visitantes enquanto centro de informações ao visitante, ideal como espaço de apoio a programas relacionados ao uso público e conservação. No entanto, as sugestões obtidas pelo questionário apontam algumas necessidades e deficiências.

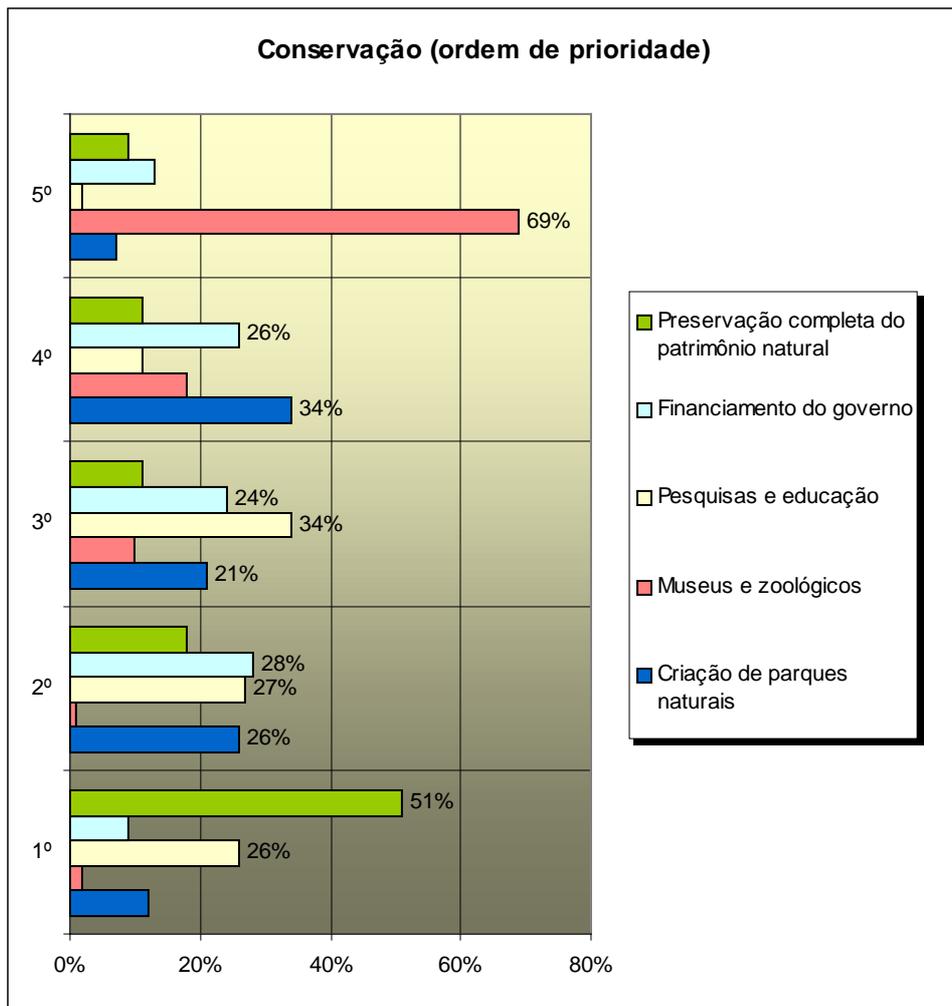
O Centro de Visitantes Saint-Hilaire deve estar atento, portanto, ao princípio de responsabilidade compartilhada, com relação à conscientização ambiental e respeito para com o ambiente natural e seus atributos ecológicos, atentos à conduta consciente e regras de mínimo impacto. Segundo Barros & Dines (2000), este princípio abrange, tanto a responsabilidade por parte dos gestores das áreas naturais protegidas, como do

público que as visita. Investir em programas de educação e interpretação ambiental no CVSH parece ser uma boa estratégia.

Sobre ações prioritárias para a conservação, 51% consideram em 1º lugar a preservação completa do patrimônio natural e 69% consideram museus e zoológicos como última alternativa, deixando-a em 5º lugar.

Financiamentos do governo, pesquisas e educação e a criação de parques naturais estiveram entre as demais colocações. Também consideraram que o apoio financeiro e a educação deverão vir anteriormente à criação de parques, principalmente para dar suporte à medidas de conservação dessas áreas. Isso pode ser observado pela distribuição das frequências nos 2º, 3º e 4º lugares.

Figura 4.30



Durante o mês de agosto, o PEIB passou por reformas em sua infra-estrutura, acrescentando ao longo das trilhas corrimãos, bancos, decks, escadas e mirantes. Com o intuito de investigar a percepção do turista, sobre o incremento destes artefatos e a possível percepção de interferência na paisagem, foi perguntado se a colocação destes equipamentos turísticos no parque afeta a paisagem, traz maior segurança e se realmente são necessários.

A maioria das respostas obtidas destaca que esta infra-estrutura auxilia a segurança da visita e facilitam o acesso aos atrativos, mas que realmente interferem na paisagem. Neste caso, sugerem a utilização de materiais com estilo mais rústico, para não descaracterizar o ambiente natural. Segundo Kinker (2002), as infra-estruturas em uma unidade de conservação devem evitar romper a integridade da paisagem e harmonia com o meio ambiente.

Dentre algumas respostas encontram-se: “Não considero todas necessárias, “geram poluição visual”, “facilita o acesso”, “boa infra-estrutura”, “deveria ter estilo mais rústico”, “não interferem, é necessário”, “são necessárias, mas é preciso ter um limite”, “não gostei dos bancos, decks e corrimão”, “interferem na paisagem”, necessárias e facilitam a visita mais segura”, “evitam a erosão”, “não são necessárias, pois interferem na paisagem”, “menos obras e maior fiscalização por parte de funcionários”, “considero desnecessário os bancos”, “na Janela do Céu a escada descaracterizou o local, lá deve ser mais preservado”, “ajuda nas trilhas, mas deve ter manejo”.

Alguns visitantes que afirmaram conhecer o PEIB antes das reformas, comentaram que a nova infra-estrutura interfere na paisagem e, algumas vezes, os impede de ter maior contato com a natureza, fazendo com que passem de participante da experiência à simples observadores.

Sugestões

Do total de questionários aplicados, 65 % apresentaram sugestões para o PEIB. Isso representa uma porcentagem significativa, o que indica o interesse dos visitantes em sugerir melhorias de manejo da visitação e na conservação da área. As sugestões obtidas estão dispostas na tabela 4.6.

Tabela 4.6.: Sugestões obtidas através de entrevistas com o visitante do PEIB

SUGESTÕES PARA O PEIB – manejo e conservação					
Categorias	Sugestões obtidas *				
A – Conservação	Conter erosão; preservar mais a fauna				
B - Visitação	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%; background-color: #d9e1f2; text-align: center; vertical-align: middle;">Manejo</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> - Distribuir sacola de lixo; lixo ao redor do restaurante (manejo); controlar lixo; - Melhorias na fiscalização; fiscalização mais rigorosa, maior fiscalização nos atrativos; - Proibir churrasco; alimentação natural na cantina; não vender bebidas alcoólicas; promover festas; - Abrir mais trilhas; liberação de trilhas para ciclistas; diminuir a largura das trilhas; voltar acampamento; - Esperar decisões do plano de manejo antes de definir limites de visitação; reduzir o número de visitantes; limitar n° de visitantes nos finais de semana; diminuir preço do ingresso; preços mais acessíveis; - Controle de fluxo saída-entrada (fechamento da portaria/ limite de visitantes); fechamento do parque mais tarde; aumentar o tempo de visita; - Promover excursões monitoradas. </td> </tr> <tr> <td style="background-color: #d9e1f2; text-align: center; vertical-align: middle;">Informações ao visitante</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> - Aviso sobre os guias, informações mais visíveis; precisa de mais guias; guias mais qualificados; Mais conscientização; mais divulgação; - Melhoria na sinalização; placas com símbolos correspondentes ao atrativo e espécies locais; faltam informações na placa: nível de dificuldade, não fornece mapa; placas mais visíveis e com mais informações; - Informações na portaria; entrega de folheto explicativo; - Exposições mais explicativas (explicações nas placas ao longo do parque); programa de educação do visitante; conscientização ecológica e educação ambiental para todos os visitantes. </td> </tr> </table>	Manejo	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuir sacola de lixo; lixo ao redor do restaurante (manejo); controlar lixo; - Melhorias na fiscalização; fiscalização mais rigorosa, maior fiscalização nos atrativos; - Proibir churrasco; alimentação natural na cantina; não vender bebidas alcoólicas; promover festas; - Abrir mais trilhas; liberação de trilhas para ciclistas; diminuir a largura das trilhas; voltar acampamento; - Esperar decisões do plano de manejo antes de definir limites de visitação; reduzir o número de visitantes; limitar n° de visitantes nos finais de semana; diminuir preço do ingresso; preços mais acessíveis; - Controle de fluxo saída-entrada (fechamento da portaria/ limite de visitantes); fechamento do parque mais tarde; aumentar o tempo de visita; - Promover excursões monitoradas. 	Informações ao visitante	<ul style="list-style-type: none"> - Aviso sobre os guias, informações mais visíveis; precisa de mais guias; guias mais qualificados; Mais conscientização; mais divulgação; - Melhoria na sinalização; placas com símbolos correspondentes ao atrativo e espécies locais; faltam informações na placa: nível de dificuldade, não fornece mapa; placas mais visíveis e com mais informações; - Informações na portaria; entrega de folheto explicativo; - Exposições mais explicativas (explicações nas placas ao longo do parque); programa de educação do visitante; conscientização ecológica e educação ambiental para todos os visitantes.
Manejo	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuir sacola de lixo; lixo ao redor do restaurante (manejo); controlar lixo; - Melhorias na fiscalização; fiscalização mais rigorosa, maior fiscalização nos atrativos; - Proibir churrasco; alimentação natural na cantina; não vender bebidas alcoólicas; promover festas; - Abrir mais trilhas; liberação de trilhas para ciclistas; diminuir a largura das trilhas; voltar acampamento; - Esperar decisões do plano de manejo antes de definir limites de visitação; reduzir o número de visitantes; limitar n° de visitantes nos finais de semana; diminuir preço do ingresso; preços mais acessíveis; - Controle de fluxo saída-entrada (fechamento da portaria/ limite de visitantes); fechamento do parque mais tarde; aumentar o tempo de visita; - Promover excursões monitoradas. 				
Informações ao visitante	<ul style="list-style-type: none"> - Aviso sobre os guias, informações mais visíveis; precisa de mais guias; guias mais qualificados; Mais conscientização; mais divulgação; - Melhoria na sinalização; placas com símbolos correspondentes ao atrativo e espécies locais; faltam informações na placa: nível de dificuldade, não fornece mapa; placas mais visíveis e com mais informações; - Informações na portaria; entrega de folheto explicativo; - Exposições mais explicativas (explicações nas placas ao longo do parque); programa de educação do visitante; conscientização ecológica e educação ambiental para todos os visitantes. 				
C - Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Lixeiras p/ coleta de lixo, nos pontos turísticos; - Teleférico até a Janela do Céu; transporte da portaria ao restaurante; transporte coletivo para levar e buscar até a portaria; Alternativas de locomoção – direcionamento dos turistas; Acessibilidade para deficientes; - Posto de atendimento médico; - Criação de quiosques c/ banheiros, ao longo das trilhas; - Madeiras melhores p/ as obras; retirar infra-estrutura de bancos, desnecessários; - Ambiente mais rústico, preservar sem descaracterizar; - Continuar adaptando alternativas ao turista, mas com limites. 				
D – Gestão	Mais planejamento.				

* Os turistas sugeriram uma ou mais opções.

Através destas sugestões evidenciam-se mais as preocupações do visitante com relação à visitação, principalmente com relação ao manejo da visitação e à necessidade de informações que os direcionem dentro da unidade. Estes dados são capazes de indicar ao gestor os pontos que merecem maior atenção. No entanto, algumas destas informações destoam do principal objetivo da unidade, cabe aos responsáveis por decisões de manejo selecionarem, dentro de determinados parâmetros, diretrizes e reais necessidades de intervenção.

Particularmente, as informações obtidas na pesquisa são capazes de colaborar na compreensão sobre o comportamento dos visitantes, bem como as causas e soluções dos potenciais impactos provenientes do uso público.

Conclusão

A metodologia utilizada mostrou-se eficiente para a investigação de preferências, comportamento e atitudes dos visitantes.

A avaliação do perfil resultou em um diagnóstico geral e rápido com respostas agrupadas. Diante dos dados obtidos sobre o perfil e percepção do visitante do PEIB, cumpre ressaltar que estes estudos devem ser incrementados com levantamentos periódicos, em diferentes épocas do ano, uma vez que o fluxo turístico se altera, dependendo do feriado prolongado e/ou épocas do ano como as férias. No entanto, o perfil do visitante do PEIB já mostra algumas tendências, como apontadas por Castro (2004), Ladeira (2005), LTDS (2006) e esta pesquisa no ano de 2007. Vale lembrar que o monitoramento contínuo destas informações sobre o visitante revela sim um perfil capaz de descrever a realidade local. Como a condução da pesquisa envolveu a utilização da metodologia qualitativa, observou-se maior obtenção de dados e riqueza de

informações sobre valores, atitudes, julgamentos e conduta dos visitantes com relação à conservação e ao manejo da visitação.

Todas as informações obtidas podem e devem ser consideradas no manejo dos recursos naturais e da visitação. Elaborar uma investigativa contínua e anual da percepção do visitante gera importantes dados, para um planejamento do uso público em unidades de conservação, preocupadas em proteger a biodiversidade local e manter o turismo, como o caso do Parque Estadual do Ibitipoca.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. A. & ALBUQUERQUE, U. P. **Local perceptions towards biological conservation in the community of Vila Velha, Pernambuco, Brazil.** *Interciência* v.30, n.8. 2005.

BARROS, M. & DINES, M. Mínimo Impacto em Áreas Naturais: uma mudança de atitude. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental.** São Paulo: Chronos, 2000.

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** Dissertação (mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade Federal de São Paulo. Piracicaba, SP. 2003.

BESSA, L. B. **Perfil e percepção ambiental dos visitantes da APA do Miriti: desenho de um modelo ecoturístico.** Dissertação (mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Amazonas, 2005.

BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico.** Mexico, Trillas, 1985.

BRUHNS, H. T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. *In*: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** 2ª ed. Campinas, SP: Papirus. 1999.

CASTRO, R. C. L. **Gestão compartilhada em centros de visitantes: possibilidades e limites no Parque Estadual do Ibitipoca – MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (curso de Turismo). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

DENCKER, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 5ªed. São Paulo: Futura, 2001.

DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel. 1996.

DIAS, C. A. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.** Rev. Informação e Sociedade – estudos, v. 10, n. 2. João Pessoa, 2000.

DITT, E. H.; MANTOVANI, W.; PADUA, C. V. & BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. *In*: CULLEN Jr., L.; RUDRAN, R. & PADUA, C. V. (Orgs.) **Métodos de estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre.** Editora da UFPR Curitiba, PR. 2004.

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins.** Dissertação (mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, S. T. L. **Ecoturismo: percepção, valores e conservação da paisagem.** Cadernos de Geografia. PUC - Belo Horizonte, MG. 1998.

FREITAS, W. K. **O estudo das preferências paisagísticas como instrumento de ação no manejo de áreas silvestres.** *In*: Seminário de Unidades de Conservação: diagnose atual e perspectivas futuras. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 1999.

KATAOKA, S. Y. **Indicadores da qualidade de experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta.** Dissertação (mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba, SP. 2004.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas, SP: Papyrus. 2002.

LADEIRA, A. S. **Avaliação de impactos da visitação, capacidade de carga turística e perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte – MG.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2005.

LTDS – Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **O turista de Ibitipoca – MG: perfil e percepções.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LEME, F. B. M. & NEVES, S. C. **Dos ecos do turismo da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens.** Rev. Pasos, v. 5, n. 2, 2007.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais.** Brasília, 2004.

PINHEIRO, E. **Percepção ambiental e a atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, UFPR. 2004.

OLIVEIRA, L. & MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. *In*: VITTE, A. C. & GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Senac, 2002.

SANTOS, J. E.; JESUS, T. P.; HENKE-OLIVEIRA, C.; BALLESTER, M.V.R. **Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação.** *In: 7º Seminário Regional de Ecologia.* São Carlos, SP. UFSCar, 1996.

SILVA, C. A. **Paisagem e paisagens do Parque Nacional da Chapada dos veadeiros: o olhar dos “de dentro” e dos “de fora”.** *In: Anais do Encontro Nacional de Turismo de Base Local – ENTBL: Planejamento para o desenvolvimento local.* Curitiba – PR, 2004.

SILVER, M. **Estatística para administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

SOARES, S. M. V. **A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental.** Monografia (especialização). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE. 2005.

TAKAHASHI, L. **Uso público em unidades de conservação.** Cadernos de Conservação, ano 2, n. 2. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à natureza, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Diefel. 1980.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for field studies in environmental perception.** MAB Technical Notes 5. UNESCO, 1977.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível constatar que para o ecoturismo ser realidade em unidades de conservação, necessariamente deve-se considerar fatores fundamentais como: a conservação do ambiente visitado, o planejamento e o manejo adequados dentro da unidade, a conscientização ambiental, tanto do visitante como da comunidade receptora, bem como a participação social e o desenvolvimento local e regional integrado e de base sustentável.

Constatou-se também que o manejo efetivo da unidade de conservação depende, consideravelmente, da eficácia de estratégias adotadas e do comportamento do visitante. Diante desta prerrogativa, ressalta-se a grande importância de Programas de Educação Ambiental, planejados, testados e implementados de forma a contribuírem para a proteção e manejo destas áreas, através da participação social.

Contudo, o desafio de desenvolver ações de educação ambiental em áreas protegidas parte da premissa de que, frequentemente, estão voltadas a trabalhar sob a temática da conservação dos recursos naturais, seja ela integral ou de uso sustentável. Porém, atrelar educação ambiental à conservação da natureza não pode deixar de tratar sobre temas inerentes à conservação, como as questões sócio-ambientais.

Para um Programa de Educação Ambiental (PEA) eficaz, o Parque Estadual do Ibitipoca deverá estar atendo a alguns princípios e objetivos, tais como os traçados pela 1ª Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental. Dentre as categorias de objetivos recomendadas pela conferência destacam-se:

- ✓ Consciência: ajudar grupos sociais a adquirirem consciência e sensibilização sobre o ambiente total e seus problemas;
- ✓ Conhecimento: propiciar conhecimentos que possibilitem uma maior compreensão sobre o meio ambiente e seus problemas associados;

- ✓ Comportamento: promover meios de mudanças de atitudes e valores que encorajem sentimentos de preocupação com o ambiente e motivem ações que o melhorem e o protejam;
- ✓ Aptidões: desenvolver capacidades que possam ajudar indivíduos e grupos a identificarem e resolverem problemas ambientais;
- ✓ Participação: estimular a participação, que essencialmente significa envolvimento ativo em todos os níveis da proteção ambiental.

Práticas educacionais em unidades de conservação devem, principalmente, afastar-se de uma metodologia exclusivamente informativa, trabalhando mais com atividades educativas capazes de ampliar o universo perceptivo do visitante; integrar e interagir visitantes, comunidade local e parque; propiciar a participação social, como estratégia de conservação; criar e/ou fortalecer apoio público. Em um PEA, os parques não devem visar unicamente a “educar para conservar a natureza”, ou “para conscientizar as pessoas”, ou ainda “para mudar condutas”. Portanto, a principal tarefa deverá ser desenvolver um programa, contínuo e permanente, capaz de “educar para mudanças”, uma educação pautada em valores, individuais e coletivos, que promovam a transformação social, o pensamento crítico e a ação emancipatória.

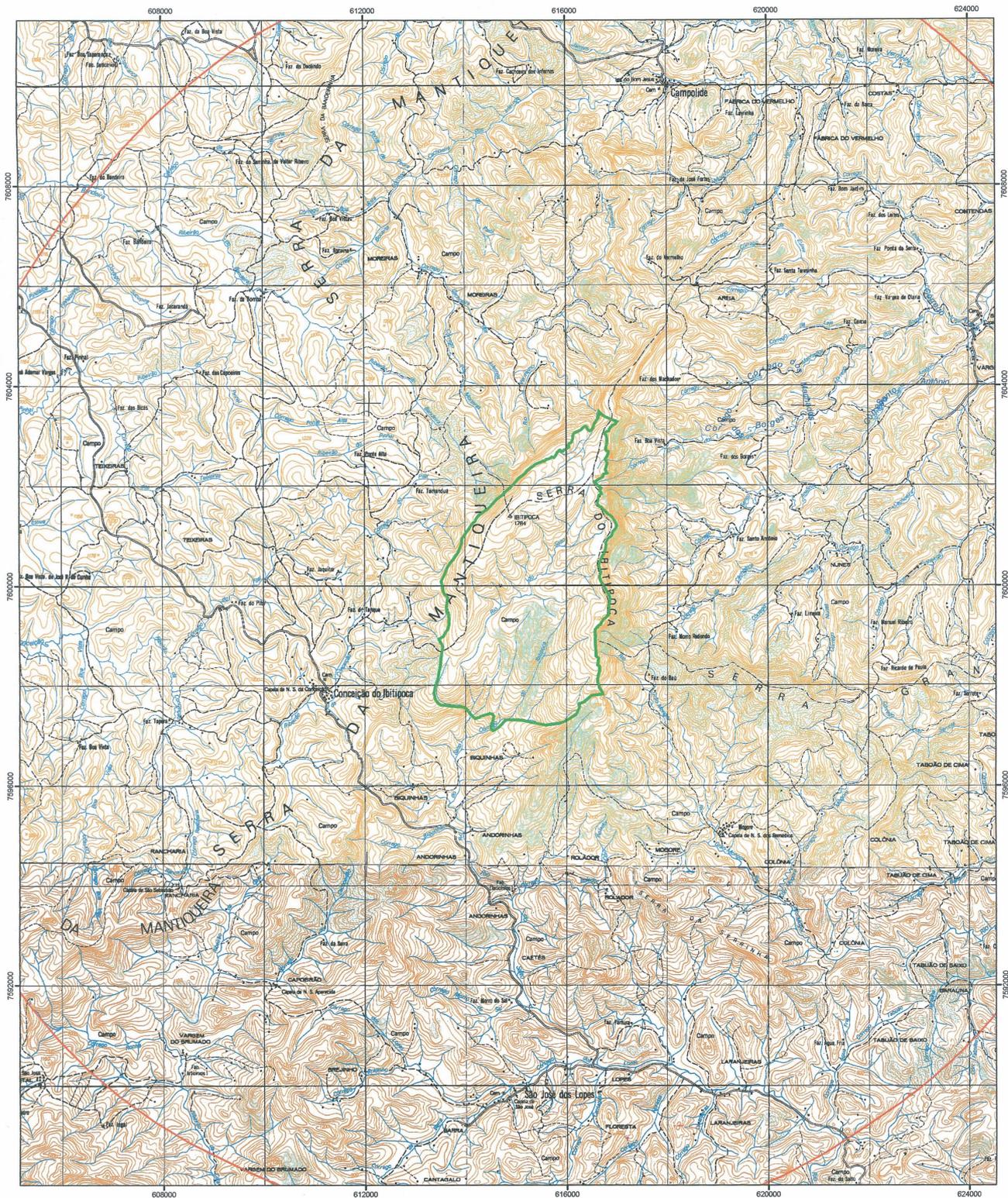
Os dados levantados nessa pesquisa, sobre a realidade do entorno, o manejo do PEIB e a percepção do visitante, tornaram-se fonte de algumas diretrizes frente à um PEA para o parque. Dentre estas, a principal enfatiza uma educação ambiental, direcionada tanto para o parque quanto para o entorno, com objetivos de enfatizar o papel dos atores sociais (comunidade, gestor e turistas) na conservação. As demais diretrizes referem-se a ações mais pontuais, não necessariamente nessa ordem, como:

- ✓ Preparar mais o visitante para inseri-lo no contexto da conservação, quanto às preocupações e atitudes inerentes a esta tarefa;

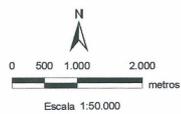
- ✓ Apresentar aspectos da biodiversidade, através de trilhas interpretativas;
- ✓ Capacitar guias e condutores ambientais da região;
- ✓ Desenvolver atividades escolares no Centro de Visitantes;
- ✓ Programar mensalmente exposições, palestras e vídeos diversos tanto no entorno, quanto no PEIB;
- ✓ Promover atividades interativas dos visitantes com o entorno;
- ✓ Trabalhar conceitos de unidade de conservação e ecoturismo;
- ✓ Enfatizar a responsabilidade de conservação em detrimento aos interesses econômicos e de uso público;
- ✓ Mostrar ao turista a importância do entorno para o PEIB;
- ✓ Estabelecer parcerias com as entidades sociais de base local, tais como a AMAI e o CTSI, reconhecendo estas como sujeitos de interação, participação e capacitação comunitárias;
- ✓ Organizar oficinas participativas sobre problemas identificados na vila e no parque;
- ✓ Priorizar ações que promovam mudanças sócio-ambientais benéficas;
- ✓ Conscientizar a população sobre a importância do conselho consultivo;
- ✓ Incentivar a participação funcional, interativa e a automobilização;
- ✓ Trabalhar os elementos da comunidade, para que estejam inseridos dentre todos os aspectos econômicos, sociais e culturais, políticos e espaciais e os ambientais.

Desse modo, a educação ambiental deve ser um processo crescente de construção de cidadania, possibilitando aos indivíduos e à coletividade, atuarem na busca de soluções para os problemas que percebem e os afetam.

ANEXOS



Parque Estadual do Ibitipoca e entorno



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum vertical: Ibitipoca, SC
Datum horizontal: Corrego Alegre, MG



Base: Carta topográfica IBGE, 1976, folhas de Bias Forles, e Lima Duarte, 1:50.000. Limite do Parque elaborado a partir de interpretação de imagem Ikonos.

Coordenação e execução: Sílvia R. Almeida Magalhães
Estagiária: Ana Carolina P. Euclydes
Belo Horizonte - Janeiro/2006

Mapa de Pontos Turísticos Ibitipoca/MG

* Distância aproximada da Portaria

- 1 - Infra-estrutura (a- portaria, b- centro de visitantes; c- camping)
- 2 - Mirante do Poente *200m
- 3 - Gruta dos Coelho *1.100m
- 4 - Prainha * 1.600m
- 5 - Gruta do Gnomo 1.900m
- 6 - Lago das Miragens 2.100m
- 7 - Ponte de Pedra *2.300m
- 8 - Cachoeira dos Macacos *2.850m
- 9 - Prainha das Efas *1.900m
- 10 - Tibum *2.100m
- 11 - Lagos dos Espelhos *2.400m
- 12 - Gruta do Mojolinho *3.200m
- 13 - Gruta do Pião *4.500m
- 14 - Gruta dos Viajantes * 5.000m
- 15 - Pico do Pião *5.200m
- 16 - Cachoeirinha *7.500m
- 17 - Janela do Céu *8.000m
- 18 - Gruta dos Moreiras *6.000m
- 19 - Gruta dos 3 Arcos *5.900m
- 20 - Gruta dos Fugitivos *5.800m
- 21 - Lombada *4.400m
- 22 - Cruzeiro *3.100m
- 23 - Gruta da Cruz *3.150m



Conceição do Ibitipoca

Caminhe apenas nas trilhas existentes e marcadas no mapa

Município de
Lima Duarte/MG
Latitude: 21° 42' sul
Longitude: 43° 53' oeste

Sempre respeite a natureza!

incentiva
allpress muito mais
colorido papel!

(11) 5041-0900 www.allpress.com.br

Parque Estadual do IBITIPOCA

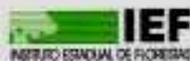
Regras para uma visita ecologicamente correta.

- Contrate um monitor ambiental, seu passeio torna-se mais educativo e seguro. Conheça mais sobre Ibitipoca. Visite o Centro de Informações. Na Internet, acesse www.ibitipoca.tur.br.
- Com o trânsito de veículos (permitido apenas da portaria até o estacionamento): rode com carros e motos em baixa velocidade (10 a 20 km/h), dentro do parque e apenas nas estradas permitidas. Estacione seu veículo sempre nas áreas específicas.
- **Caminhe apenas nas trilhas existentes e assinaladas no mapa. Não desobedeça as placas de sinalização e nem ultrapasse as áreas permitidas.** Ande sempre acompanhado de outras pessoas, com roupas adequadas e calçados antiderrapantes.
- Utilize apenas sabão e detergentes biodegradáveis e em locais apropriados.
- Nunca deixe as crianças desacompanhadas de um adulto.
- Ao montar sua barraca, faça-o apenas nas áreas delimitadas para camping.
- Em alguns pontos do parque (principalmente na parte alta) tem sinal para celular, leve seu aparelho, pois pode ser útil em caso de emergências. Administração: (32) 3281-1101
- Repete o horário de silêncio da 21 h às 6 h. Evite o uso de aparelhos sonoros.
- Não porte armas, sprays e materiais explosivos.
- Ao sair para suas caminhadas, leve o saco plástico e traga seu próprio lixo.
- Quanto ao uso do fogo, use carvão somente nas churrasqueiras e só fogareiro à gás. Não é permitido fazer fogueiras nem retirar madeiras do parque;
- Deixe os animais domésticos em casa, pois eles espantam a fauna silvestre e transmitem doenças. (Não é permitida a entrada no parque do seu animal doméstico);
- Durante a época de chuvas, os rios tornam-se muito perigosos. Tenha cuidado ao banhar-se neles, verifique antes a sua profundidade, as áreas mais profundas tem cor muito escura.

Sobre as grutas, tenha os seguintes cuidados:

- Use roupas adequadas para se proteger, tal como calças compridas, camisas de mangas compridas e calçados fechados. Leve pelo menos uma lanterna ou uma fonte de iluminação por pessoa;
- Entre com cuidado e em silêncio (nunca sozinho e nem após às 17 horas), para não molestar os andorinhões, os morcegos e os demais espécimes da fauna que se abrigam ali e evitar desmoronamentos.
- Não escreva em suas paredes ou acenda fogueiras no interior delas;
- Ao esvaziar a carbureteira (cheirosa), coloque os resíduos em saco plástico e jogue-o nos latões de lixo;

O principal: respeite a fauna, flora, os funcionários e guias do PEIB.



ROTEIRO PARA CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO – Entrevistas semi-estruturadas
Parque Estadual do Ibitipoca – MG

Entrevistador: pesquisador
Entrevistados: Moradores do Arraial de Conceição do Ibitipoca, MG

Data ____/____/____ **Hora:** _____:_____ h **Local:** _____

Nome do entrevistado: _____

Função na comunidade: _____

AMAI (Associação de moradores e amigos de Ibitipoca)

1. Como surgiu a AMAI? Quais as primeiras iniciativas, objetivos e projetos?
2. Fale sobre a vila de Conceição de Ibitipoca antes e depois do "turismo"
3. Como é a relação entre os moradores e a AMAI?
4. Como é a relação entre a AMAI e o Parque Estadual do Ibitipoca?
5. Como é a relação da Amai com outros movimentos sociais?
6. A associação contribui para o direcionamento do turismo em Ibitipoca? De que maneiras?
7. Há projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela AMAI?
8. Comente sobre o Plano diretor.

Moradores tradicionais

1. Fale sobre a vila de Conceição de Ibitipoca antes e depois do "turismo" (Você acha que ocorreu um crescimento ordenado da vila, ao longo desse últimos anos? De que modo?)
2. Fale o que a vila de Conceição de Ibitipoca representa para você e sua família
3. Fale o que o Parque Estadual do Ibitipoca representa para você e sua família
4. Sobre os turistas, você observa se há um respeito deles pela cultura local?
5. Há projetos de Educação Ambiental na Vila?
6. Os turistas conhecem bem o entorno ou se preocupam apenas com a visita ao Parque?

Donos de pousadas e comerciantes

1. Fale sobre a vila de Conceição de Ibitipoca antes e depois do "turismo" (Você acha que ocorreu um crescimento ordenado da vila, ao longo desse últimos anos? De que modo?)
2. Na sua opinião a infra-estrutura da vila está adequada a demanda turística? Questão Ambiental.
3. Os turistas conhecem bem o entorno ou se preocupam apenas com a visita ao Parque?
4. Como os turistas se relacionam com a vila?
Há projetos de Educação Ambiental sendo desenvolvidos?

Escola Municipal Padre Carlos (professora)

1. Fale o que a escola representa para a vila de Conceição de Ibitipoca
2. Fale o que o Parque Estadual do Ibitipoca representa para a escola
3. Há projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela escola?
4. Segundo a sua opinião, os alunos se interessam pelo Parque? De que forma?

Quadro A.1.: Efetividade de manejo – Parques em Minas Gerais

Unidades de Conservação	Demarcação	Desapropriação	Recursos Humanos	Infra-estrutura	Relação com Entorno	Parcerias	Recursos Financeiros	Proteção e Fiscalização	Controle de Incêndios	Plano de Manejo	Pesquisa	Nota Obtida	Efetividade de Manejo
P. E. Rio Doce	5	4	5	5	4	3	2	3	5	5	4	7,72	Satisfatória
P. E. Rio Preto	5	3	4	4	4	3	4	5	5	3	4	7,50	Média
P. N. Canastra	5	4	4	5	4	3	3	4	4	4	3	7,27	Média
P. N. Caparaó	5	2	3	4	2	4	4	5	5	3	4	6,81	Média
P. N.S. do Cipó	5	3	3	2	4	4	2	3	5	3	5	6,36	Média
P. E. Itacolomi	2	2	5	5	1	4	5	5	5	3	4	6,31	Média
P. E. Ibitipoca	4	4	4	4	4	3	4	3	5	1	2	6,13	Média
P.N.G. Sertão Veredas	3	2	3	2	4	5	4	5	5	4	3	6,59	Média
P. E. Serra Rola Moça	2	3	4	4	2	3	4	4	5	3	4	6,13	Média
P. E. Nova Baden	5	3	4	3	2	3	3	4	5	1	1	5,45	Média
P.E. Brigadeiro	4	2	3	2	2	3	3	4	4	4	4	5,45	Média
P. E. Verde Grande	5	1	1	1	1	3	1	3	1	1	1	1,81	Insatisfatória
P. E. Sete Salões	5	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1,81	Insatisfatória
P. E. Serra Candonga	5	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1,81	Insatisfatória
P. E. Rio Corrente	5	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1,81	Insatisfatória
P. E. Serra das Araras	2	5	1	1	1	2	1	2	2	1	1	1,81	Insatisfatória
P. N. Cavernas Peruacu	3	3	2	2	1	1	2	1	2	1	1	1,81	Insatisfatória
P. E. Grão Mogol	4	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2	1,36	Insatisfatória
P. E. Lagoa Cajueiro	5	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1,36	Insatisfatória
P. E. Pico do Itambé	1	1	1	2	2	3	1	1	1	1	1	1,36	Insatisfatória
P. E. Serra Papagaio	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1	0,90	Insatisfatória
P. E. Veredas Peruacu	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0,68	Insatisfatória
P. E. Biribiri	2	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	0,68	Insatisfatória
P. E. Mata Seca	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0,22	Insatisfatória
P. E. Serra Negra	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0,22	Insatisfatória
P.N. da Sempre Viva	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	0,22	Insatisfatória
P. E. Sumidouro	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0,22	Insatisfatória

Obs. O cenário 5 é o melhor, decrescendo até 1, o pior cenário para a unidade de conservação.

Fonte: Lima et al (2005)

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O GESTOR – Entrevista semi-estruturada
Parque Estadual do Ibitipoca – MG

Data ____/____/____ **Hora:** ____:____ h **Local:** _____

Nome: _____ **Início da gestão:** _____

1. Qual o primeiro e principal fator de criação do parque (objetivos, motivo na época)?
2. A gestão administrativa do parque possui estratégias de manejo do uso público, com base no conhecimento das perspectivas e experiências do visitante?
3. O conhecimento do perfil do turista de Ibitipoca é o bastante para se estabelecer decisões sobre o manejo e qualidade de visitação, de modo a assegurar a conservação dos recursos naturais?
4. Cite as principais iniciativas e alternativas para um Programa de Educação para o Visitante?
5. Como é a comunicação gestor-turista, gestor- funcionários e funcionários- turistas, logo que o turista chega ao parque (recepção, portaria) até a saída?
6. Como é o comportamento do visitante em relação aos impactos, se ele respeita o parque, se ele é um visitante mais voltado para a conservação, preocupado com o ambiente ou se ele é totalmente relapso a essas questões?
7. Fale sobre as UCs quanto à inserção da sociedade em áreas protegidas e a promoção de atividades que possibilitam o conhecimento sobre a biodiversidade, sobre os atrativos naturais, como é essa questão no PEIb também. Como o sr. vê a importância de se inserir a sociedade em uma área natural?
8. Os danos causados pelo uso público, algumas vezes, são analisados por atividades que são oferecidas no parque, como impactos ambientais em camping e erosão em trilhas. Como vocês fazem essa observação de quando precisa interditar uma trilha ou abrir uma portaria para interditar camping. Quando, como e por que chegam essas decisões?
9. Sobre a biodiversidade do parque, estudos já realizados, como o senhor avalia as perspectivas para a preservação? Há ações efetivas para o manejo da fauna e flora sendo realizadas?
10. Como o sr. avalia as zonas de preservação dentro da unidade?
11. A percepção do turista poderá contribuir como ferramenta ao manejo do parque. Para tanto, apresente qual a investigativa que considere primordial para se estabelecer essa afirmativa.
12. Sobre a percepção do turista em relação ao parque.
13. Cite uma medida estratégica importante para a conservação do PEIb.

14. Na sua opinião, quais são as medidas estratégicas para a conservação da diversidade biológica e uso público no parque? Coloque em ordem de crescente de prioridade.

- () Manutenção do fluxo de turistas
- () Manutenção da infra-estrutura do Parque
- () Monitoramento das trilhas (manejo de uso e impactos)
- () Manutenção das zonas de preservação para fins científicos
- () Monitoramento de locais de riscos
- () Vigilância do Parque/ Observação do comportamento inadequado do turista
- () Limpeza quanto ao lixo
- () Manutenção da qualidade da água
- () Controle de Portaria (entrada e saída)
- () Proibição de coleta indiscriminada de espécies da fauna e/ou flora
- () Sistema de Guias
- () Programas de Educação para o Visitante



Pesquisa de Visitante – Parque Estadual do Ibitipoca

Data / /

Prezado/a visitante,

Estamos realizando esta pesquisa para melhorar a gestão do uso público do Parque Estadual do Ibitipoca. Gentileza, preencher o questionário e entregá-lo na saída a um dos nossos funcionários. Sua opinião é muito importante para nós. **Favor responder individualmente.**

Obrigado e uma boa estadia no Parque Estadual do Ibitipoca.

“Favor preencher corretamente as questões de acordo com as instruções indicadas nas mesmas”.

<p>1.1 - Em quantos dias pretende visitar o Parque? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p> <p>A () Menos de 1 dia D () Entre 7 e 9 dias B () Entre 1 e 3 dias E () Mais do que 9 dias C () Entre 4 e 6 dias</p>	<p>1.2 – Que tipo de hospedagem foi utilizado? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p> <p>A () Hotel/Pousada B () Morador do entorno C () Acampamento no Próprio Parque D () Casa de parentes e amigos E () Permanência inferior a 1 dia F Outros. Qual (is)? _____</p>
<p>1.3 – Quantas vezes você já visitou esse parque? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p>	<p>A () É a primeira vez B () Já visitou outras vezes</p>
<p>1.4 – Como você ficou sabendo do Parque? (Esta pergunta permite mais de uma resposta)</p> <p>A () Hotel/Pousada F () no IEF B () Agência de Viagem G () Internet C () Amigos/Parentes H () Folder/Guias D () Meios de comunicação E () Escola/Faculdade I -Outros. Qual (is)? _____</p>	<p>2.1 – Qual o principal motivo de sua visita a este Parque? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p> <p>A () Esporte B () Trabalho / Pesquisa e-Estudo C () Lazer / Descanso / Contemplação da Natureza D Outros. Qual (is)? _____</p>
<p>2.2 – Qual o meio de transporte utilizado para chegar ao Parque? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p> <p>A () Carro próprio D () Transporte Coletivo B () Carro alugado E Outros. Qual (is)? _____ C () Excursão</p>	<p>3.1 – Como você avalia o Parque? (Esta pergunta permite somente uma resposta)</p> <p>A () Muito Bom D () Ruim B () Bom E () Muito Ruim C () Regular</p>

“ATENÇÃO” - FAVOR PREENCHER O VERSO TAMBÉM. OBRIGADO! 😊

3.2 – Como você avalia as estruturas e serviços? (Esta pergunta permite somente uma resposta para cada item)

	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom.	Não utilizou
Infra-estrutura	A	B	C	D	E	F
Centro de Visitantes	()	()	()	()	()	()
Sanitários	()	()	()	()	()	()
Trilhas	()	()	()	()	()	()
Área para Churrasco	()	()	()	()	()	()
Área de Acampamento	()	()	()	()	()	()
Estradas Internas	()	()	()	()	()	()
Sinalização interna do Parque	()	()	()	()	()	()
Sinalização externa de acesso	()	()	()	()	()	()
Serviços	A	B	C	D	E	F
Regulamento Interno	()	()	()	()	()	()
Cortesia e atenção no atendimento	()	()	()	()	()	()
Informações Educativas	()	()	()	()	()	()
Limpeza em geral	()	()	()	()	()	()
Fiscalização pelos guardas-parque	()	()	()	()	()	()

4.1 – Dê sua opinião sobre o Parque...

O que mais gostou?	O que menos gostou?	Sugestões:
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

5.1 – Escolaridade:

(Esta pergunta permite somente uma resposta)

- A () Pós Graduação E () 2º Grau Incompleto
 B () Superior Completo F () Até ensino médio
 C () Superior Incompleto G () Sem escolaridade
 D () 2º Grau Completo

5.2 – Renda Pessoal:

(Esta pergunta permite somente uma resposta)

- A () Até R\$500,00
 B () Entre R\$500,00 a R\$1.000,00
 C () Entre R\$1.001,00 a R\$3.000,00
 D () Acima de R\$3.000,00
 E () Sem Renda

5.3 – Local de residência:

Cidade	Estado	País
_____	_____	_____

5.4 – Sexo: (resposta individual)

- A () Feminino
 B () Masculino

5.5 – Profissão:

5.6 – Faixa etária: (Apenas uma resposta)

- A () até 20 D () de 41 a 50
 B () de 21 a 30 E () de 51 a 60
 C () de 31 a 40 F () acima de 60

Deixe seu e-mail (legível): _____

MUITO OBRIGADO! ☺

Questionário nº _____ Data ____/____/____ Hora: ____:____ h Local: _____

Idade _____ **Sexo** F M **Escolaridade** _____

Visitação 1ª até 3x/ano + 3x/ano. Quantas? _____ Finais de semana e feriados Independente de finais de semana e feriados **Preferência** primavera verão outono inverno indiferente

Estado _____ **Chegou** à pé Bicicleta Ônibus Carro Outro _____

Está com quantas pessoas ____ Família casal amigos grupos _____

Visita Pesquisa Ecoturismo Visita escolar Lazer familiar Outro _____

Centro de Visitantes Não visitei Visitei e não li as informações Visitei e li. **Opinião:** 😊 😐 ☹️

O parque em 1 palavra _____ **Importância** _____

Atividade principal Observar a natureza Acampar Nadar/cachoeira Explorar as grutas Outras _____

Atrativos turísticos (em ordem de preferência) Trilhas Grutas Cachoeiras Mirantes

Sentido que mais utiliza na natureza Visão Tato Audição Olfato

Na natureza, você é 1. Retraído, pensativo, tímido, introspectivo, sério

2. Dominante, alegre, aventureiro, otimista, argumentador 3. Tranquilo, cooperador, carinhoso, sociável

Você prefere observar fauna flora paisagem água Outros: _____

O parque em 1 palavra _____ **Importância** _____

Você se considera um ecoturista? Não Sim . Por que? _____ **Fale de Ecoturismo.**

Responsabilidade de conservar o parque

Órgão dos governo (secretarias do meio ambiente)

ONGs

Gestor do parque e equipe administrativa

Comunidade

Turistas

Outros. Quais _____.

Conservação (em ordem de prioridade)

Criação de parques naturais

Criação de museus e zoológicos

Pesquisas e educação

Financiamentos do governo

Preservação completa do patrimônio natural

Outras. Quais _____.

Quantidade de pessoas no parque hoje →    

Atividade mais importante no Parque: Fiscalização Visitação Proteção e manejo de espécies

Educação ambiental Participação social

Você se preocupa com o ambiente do parque? Sim Não.

Como colabora para conserva-lo? _____

Impactos → Observei: muito pouco (--) pouco (-) muito (+) bastante (++) Não observei (0)

lixo árvores danificadas erosão nas trilhas ruído de pessoas poluição da água

desmatamento trilhas interditadas queimada/fogo encontro c/ outros grupos vandalismo/depredação

outros _____

Observou comportamento inadequado de algum visitante? Não Sim.

Quais? _____

Biodiversidade (espécies observadas): _____

Escolha 1 espécie símbolo para o parque: _____

Você observou as obras no Parque? Não Sim. **Opinião:** _____

_____ (interfere na sua visita, na paisagem, é necessário?)

Sugestões para o parque: _____



Legenda:

- 1. Chegada da vila
- 2. Praça da Igreja Matriz
- 3. Movimento turístico

- 4. Escola Estadual Padre Carlos
- 5. Sede da AMAI
- 6. Reunião com a comunidade/Plano de Manejo

- 7. Portaria do PEIB
- 8. Placa na entrada/regras



9



10



11



12



13



14



15



16

Legenda:

9. Vias de acesso

10. Fiscalização

11. Obras em agosto/2007

12. Utilização das infra-estruturas

13. Turista preenchendo questionário

14. Visitantes no Lago dos Espelhos

15. Entrevista

16. Escada para o atrativo
Janela do Céu



Legenda:

17. Percepção da paisagem
18. Fase de obras/Segurança
19. Visitantes na trilha

20. Gruta dos Viajantes
21. Centro de Visitantes
22. Maquete interativa do PEIB

23. Conductor ambiental
24. Lixeiras



Legenda:

25. Paredão

26. Janela do Céu

27. Vista do Pico do Pião

28. Cachoeira dos Macacos

29. Circuito das Águas – Prainha das Elfas

30. Ponte de Pedra